



 Fundação
Joaquim Nabuco

Volume 42
Número 2
2018

CIÊNCIA TRÓPICO



Volume 42
Número 2
2018

CIÊNCIA TROPICO

Michel Temer

Presidente da República

Rossieli Soares da Silva

Ministro da Educação

Ivete Jurema Esteves Lacerda

Presidente da Fundação Joaquim Nabuco

Antônio Magalhães

Coordenador Geral da Editora Massangana

Joana Cavalcanti

(Coordenadora Interina)

Editora

Alexandrina Sobreira de Moura

Diretoria de Pesquisas Sociais

Conselho Editorial

Cátia Lubambo

Fundação Joaquim Nabuco

Pedro Hespanha

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

José Paulo Chahad

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

Maria Cecília MacDowel Santos

Universidade de São Francisco, Califórnia
e Centro de Pesquisas Sociais da Universidade de Coimbra

Marion Aubrée

Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC)
et no Centre d'Etudes Interdisciplinaires des Falts Religieux (CEIFR)
da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS – Paris)

Maria do Carmo de Lima Bezerra

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Silvina Carrizo

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Juan Carlos Lerda

Universidade do Chile

Denilson Bandeira Coêlho

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB)

© 2018, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br

<http://www.fundaj.gov.br>

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Luis Henrique Lopes da Silva e Rosane Medeiros de Souza

Diagramação: Patricia Okamoto e Robson Santos | Tikinet

Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana

Ilustração da capa: Trabalho gráfico executado sobre fragmento da obra do Artista Plástico pernambucano José Patrício. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife:
Editora Massangana, 1973 –
v.: il.

Semestral.

Textos em português, inglês, francês e espanhol.

Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (jan. 1952 - out. 1972).

A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser denominado de Fundação Joaquim Nabuco.

A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão *on-line*.

ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.
I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

SUMÁRIO

Alexandrina Sobreira de MOURA	7-10	Nota editorial
Davi GONÇALVES	13-28	Time, Literature, and Translation: a shared cosmopolitanism
Aldem BOURSCHEIT Aldo MENEGAT	29-52	Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal: zona de ação pela sustentabilidade
Álvaro Botelho de Melo NASCIMENTO	53-70	Redes sociais e bem-estar: laços sociais e a felicidade pessoal
Paulo SCHMIDT Júlia de Medeiros GASS	71-98	Estudo comparativo entre a História da Contabilidade Tradicional e a sua Nova História
Marcelo Nassif de MAGALHÃES	99-114	Governança de Tecnologia da Informação como ferramenta de obtenção de vantagem competitiva nas organizações
Hérrisson Fábio de Oliveira DUTRA Ana Carmen PALHARES Sérgio Carvalho Benício de MELLO	115-146	Graftagem Rebelde: traços de uma análise cartográfica no Recife Antigo

ISSN 0304-2685

ISSN eletrônico 2526-9372

Ciência & Trópico	Recife	v. 42	n. 2	p. 1-146	jul. – dez.	2018
-------------------	--------	-------	------	----------	-------------	------

NOTA EDITORIAL

No ano em que completa 45 anos, o comitê editorial da Revista Ciência & Trópico tem o prazer de lançar o vol. 42, n. 2 do ano de 2018, o que contribui com a contínua atualização deste periódico inaugurado pelo sociólogo Gilberto Freyre. A Revista reafirma seu caráter interdisciplinar e plural para a produção do conhecimento, trazendo reflexões sobre Literatura e Tradução, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Contabilidade, Tecnologia da Informação, além de discussões filosóficas e sociológicas acerca da grafiteagem e do papel das redes sociais na sociedade.

Dando início à edição, o Dr. Davi Gonçalves, no artigo *Time, literature, and translation: a shared cosmopolitanism*, visa a desconstruir a narrativa de *Sunshine sketches of a little town*, em busca do que se esconde por trás do tom jocoso de seu narrador. O autor afirma que as histórias não nos contam as coisas apenas objetiva e linearmente, mas estão frequentemente a nos pedir que reflitamos sobre o que elas não dizem de forma efetiva. O argumento nos leva a reconsiderar o relacionamento com os sentidos que são externos a nós – os sentidos que “não vimos chegando”. A tradução seria, portanto, análoga a um tipo de viagem no tempo: uma jornada do meu lugar nenhum para o lugar nenhum do outro. O autor justifica que, se a cor local da cidade fictícia de Leacock (1912), Mariposa, é o que faz dela única, generalizar sobre seus atributos seria um erro; independente das alegações do narrador, Mariposa não é semelhante a qualquer cidade canadense. É necessário, portanto, estabelecer a correlação entre os cenários global e local.

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou costeiros reconhecidos pelo programa Man and Biosphere (MaB), desenvolvido pela Unesco e por agências internacionais. Essas reservas possuem três importantes funções: conservação, desenvolvimento e apoio logístico às áreas protegidas. Os autores Aldem Bourscheit e Rualdo Menegat, com o artigo *Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal: zona de ação pela sustentabilidade*, descre-

vem sobre a evolução do conceito e das práxis do desenvolvimento sustentável frente ao modelo de crescimento econômico vigente, quanto ao histórico e funções das Unidades de Conservação da Natureza – consideradas o principal instrumento para a manutenção da biodiversidade – e sobre a efetiva implantação das Reservas da Biosfera. Para tanto, deve-se partir de uma abordagem complementar a seu zoneamento clássico. O modelo é proposto a partir de experiência realizada no Distrito Federal (DF) com apoio do mestrado em Desenvolvimento Sustentável junto ao Fórum Latino-Americano de Ciências Ambientais – Flacam (La Plata, Argentina).

No artigo *Redes sociais e bem-estar: laços sociais e a felicidade pessoal*, Álvaro Botelho de Melo Nascimento aborda, sob uma ótica sociológica, o bem-estar subjetivo e sua relação com as configurações reticulares, no que toca as possibilidades e restrições decorrentes das redes sociais. Ao tomar como objeto a própria felicidade como um construto social, o autor discute o caráter propositivo, assinalando a maneira como construímos nosso entendimento sobre a felicidade e como acessamos recursos para sua obtenção por meio de arranjos reticulares e interacionais. Partindo de referenciais interacionistas, fenomenológicos e da abordagem sociológica das redes, propõe uma reflexão teórica sobre os aspectos microinterativos da vida, de modo a demonstrar o cotidiano como espaço de construção de sentidos e perspectivas de bem-estar. Nessa perspectiva, o artigo contém uma breve discussão sobre bem-estar subjetivo; uma apresentação panorâmica sobre redes sociais e sua relação com a sociologia; e, por fim, a relação entre redes sociais e bem-estar subjetivo.

A Contabilidade seguiu, desde o início de sua existência, os passos evolutivos da sociedade. Inicialmente tudo era registrado de modo precário, mas, a partir do surgimento da escrita e dos números, os registros contábeis tornaram-se mais desenvolvidos e complexos. Esse processo evolutivo fez com que escolas de pensamentos contábeis se sucedessem através da história, especialmente com visões tradicionais, seguindo os preceitos socio-políticos de sua época. A partir de 1929, surgiu uma nova perspectiva histórica para a contabilidade com a abordagem da Nova História da Contabilidade ou História Crítica, liderada por uma nova corrente de pensadores com ideias contrárias às apresentadas pelos tradicionalistas. Nesse momento, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar as características que distinguem a Nova História da Contabilidade (NHC) da História Tradicional da Contabilidade (HTC). Nessa linha, os autores Paulo Schmidt e Júlia de Medeiros Gass, em *Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história*, realizaram uma análise descritiva e documental sobre a NHC e a HTC, por meio de uma abordagem qualitativa. Como resultado, concluem que inexistente consenso sobre esse processo evolutivo e que há divergências significativas entre os defensores de cada corrente. As principais contribuições do estudo estão relacionadas com

o entendimento de que essa nova concepção sobre a história pode influenciar de formar substancial o foco de pesquisas sobre Contabilidade.

Por meio de uma pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico, Marcelo Nassif de Magalhães analisa, no artigo *Governança de TI como ferramenta de obtenção de vantagem competitiva nas organizações*, como a governança de TI pode auxiliar as organizações na obtenção de vantagem competitiva. Ao estudar artigos publicados sobre a temática, o autor conclui que, adotados os critérios de governança de TI para a obtenção de vantagem competitiva na organização, a possibilidade de sucesso é satisfatória. Para tanto, os gestores devem realizar uma boa gestão financeira, empregando os critérios de governança de TI e seguir o modelo de Chi e Sun (2015). Enfatiza ainda que, uma boa governança de TI atende aos preceitos da obtenção de vantagem competitiva: agregar valor; ajudar a empresa na proteção de integridade de um produto raro; auxiliar a proteção da integridade das informações necessárias para gerar e comercializar produto insubstituível. A pesquisa apresentada auxilia o meio acadêmico a conhecer sobre governança corporativa, além de colaborar com os gestores no no emprego adequado da GTI.

Por fim, Herrisson Fabio Oliveira Dutra, Sergio Carvalho Benício de Mello e Ana Carmen Palhares discutem a produção visual de grafiteiros no Recife Antigo, bairro histórico da capital pernambucana, com o intuito de identificar como o grafite dialoga com questões de pertencimento territorial, legitimidade e identidade. O artigo *Grafitagem rebelde: traços de uma análise cartográfica no Recife Antigo* tem, como pano de fundo, a contenda do poder público entre a promoção do bem estar social e o atendimento dos interesses do capital no planejamento urbano das cidades. Para isso, foram apresentadas proposições sobre o direito à cidade contempladas por David Harvey, Henri Lefebvre, Jean Lojkin entre outros. A pesquisa se inspirou nas diretrizes do método cartográfico rizomático descrito pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari. De 47 grafites identificados, 11 foram selecionados e organizados em 4 mapas que contemplam a estética da grafitagem, o anticapitalismo, a insustentabilidade da exploração de recursos naturais e a exploração sexual de menores. Ao término, abre-se a possibilidade para novos entendimentos dos mapas apresentados, demonstrando que, a cada novo olhar, a arte da grafitagem evoca diferentes questões nas lutas de classe de base urbana.

A Revista *Ciência & Trópico*, que contempla um espaço multidisciplinar e busca o compartilhamento de produções intelectuais nacional e internacionalmente, reitera, portanto, seu objetivo de promover o debate e a circulação de conhecimento nas diversas áreas de pesquisa, deixando espaço amplo para o debate que vise à valorização da cidadania e da diversidade de vozes de identidades plurais.

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora-chefe

ARTIGOS

TIME, LITERATURE, AND TRANSLATION: a shared cosmopolitanism

Tempo, literatura e tradução: um cosmopolitanismo compartilhado

Tiempo, literatura y traducción: un cosmopolitan compartido

Davi Gonçalves¹

ABSTRACT

The purpose of this article is to deconstruct the narrative of *Sunshine sketches of a little town* (LEACOCK, 1912) as to make out what might be hidden in-between the jokes told by its narrator. Stories do not only tell us things objectively nor linearly, but are successively asking us to reflect upon what they are not effectively saying. This is what allows our reconsideration about our relationship with meanings external to us – the meanings “we have not seen coming”. Translating would be, thereby, analogous to some sort of reverse time travel: the journey from my nowhere to the direction of the nowhere of the other. If the local colour of Leacock’s (1912) fictional town, Mariposa, is what makes it unique, to generalise its features would be a mistake; regardless of his narrator’s assertions, Mariposa is not synonymic to every Canadian town. I am not trying to argue here nonetheless that the local has no relevance to the global, or vice versa; my point is that one does not need to imply the absence of the other, it is their correlation that must be restored.

KEYWORDS: Cosmopolitanism. Literary translation. Time.

RESUMO

O propósito deste artigo é o de desconstruir a narrativa de *Sunshine sketches of a little town* (LEACOCK, 1912), em busca daquilo que se esconde por trás do tom jocoso de seu narrador. As histórias não nos contam as coisas apenas objetiva e linearmente, mas estão também frequentemente a nos pedir que reflitamos sobre o que elas não dizem de forma efetiva. É isto que nos leva a reconsiderar nosso relacionamento com os sentidos que são externos a nós – os sentidos que “não vimos chegando”. A tradução seria, dessa forma, análoga

1 Possui Licenciatura em Letras Inglês e Literaturas Correspondentes pela Universidade Estadual de Maringá (2010); Bacharelado em Tradução em Língua Inglesa pela mesma instituição (2011); Mestrado (com bolsa CAPES) em Estudos Linguísticos e Literários em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGI/2014); e Doutorado (também com bolsa CAPES) na área de Teoria, Crítica e História da Tradução na mesma instituição (PGET/2017). Atualmente é Professor Colaborador no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR). bauer.davi@gmail.com

a um tipo de viagem no tempo: uma jornada do meu lugar nenhum para o lugar nenhum do outro. Se a cor local da cidade fictícia de Leacock (1912), Mariposa, é o que faz dela única, generalizar sobre seus atributos seria um erro; independente das alegações do narrador, Mariposa não é sinônima a qualquer cidade canadense. Não busco demonstrar, por outro lado, que o local é irrelevante para o global, ou vice versa; meu argumento é que não é necessário implicar a ausência de nenhum dos dois, mas sim sua correlação.

PALAVRAS-CHAVE: Cosmopolitanismo. Tradução literária. Tempo.

RESUMEN

En este estudio busco, en la desconstrucción de *Sunshine sketches of a little town* (LEACOCK, 1912), lo que se esconde detrás del tono jocoso de su narrador. Las historias no nos cuentan las cosas sólo objetiva y linealmente, pero también, a menudo, nos piden que pensemos sobre lo que no están a decir efectivamente. Eso es lo que nos lleva a reconsiderar nuestra relación con los sentidos que son externos a nosotros – las imágenes que ahí están, pero que todavía no las vemos. La traducción sería, así, comparable a un tipo de viaje en el tiempo: una jornada de mi ningún lugar para el ningún lugar del otro. Si el color local de la ciudad ficticia de Leacock (1912), Mariposa, es lo que hace de ella única, generalizar sobre sus atributos sería un error; independiente de las alegaciones del narrador, Mariposa no es sinônima a cualquier ciudad canadiense. No busco demostrar, por otro lado, que el local es irrelevante para el global, o viceversa; mi argumento es que no es necesario implicar la ausencia de ninguno de los dos, sino su correlación.

PALABRAS CLAVE: Cosmopolitanismo. Traducción literaria. Tiempo.

Data de submissão: 30/10/2017

Data de aceite: 27/04/2018

Este dia em que estamos, ou somos, não havendo qualquer motivo para pensar que virá a ser o último, também não será, simplesmente, um dia mais. Digamos que se apresentou neste mundo como a possibilidade de ser um outro primeiro dia, um outro começo, e, portanto, apontando a um outro destino. Tudo depende dos passos que Tertuliano Máximo Afonso der hoje. Porém, a procissão, assim se dizia em passadas eras, ainda agora vai a sair da igreja. Sigamo-la.

(SARAMAGO, José. *O homem duplicado*, 2002)

1 INTRODUCTION: “measured by clock and calendar”

This article’s epigraph concerns one of the many moments when Saramago’s protagonist in *The double* (2002), Tertuliano Máximo Afonso, reflects upon the very ontology of time. The idea of a homogeneous time moving on cylindrically and oblivious to the ones involved in the process, which also permeates Leacock’s text, is thoroughly discussed by Michael Cronin (2006). The theorist discredits such *sensu stricto* approach towards this undemanding structuring of temporal constructions by posing that the passage from one ephemeral present to another “modifies our relationship to the sum total of durational elements in the present but in a dynamic, creative rather than reactive and passive sense. What is new or revealing about our encounter with the present of the future is our changed relationship to the past” (2006, p. 33). Cronin’s insight seems to be of paramount importance not only when it goes to our interpretation of the temporal and spatial framework of *Sunshine sketches of a little town*’ (LEACOCK, 1912) characters (their chronotope), but actually even when it goes to my proposal to reinsert their narratives into the contemporary Brazilian context. My project is but to follow a dual movement: I am not dealing here with the insertion of Canadian past into Brazilian future, but with the passage from one ephemeral present into another (and which actually implies the manipulation of both past and present). Literature allows certain times and spaces to resurrect – or, better, it shapes *doppelgangers* of them – when one might believe they are already extinct or, at least, irretrievable; and it is through translation that the literary content is repainted.

But first I must present you to my object of research, as well as to the subject who has devised it. Stephen Butler Leacock, born in 1869, in southern England (in a village near Southampton, named Swanmore), moved with his family to Canada in 1876, only seven years old. He was a university professor, a political, economic, and social theorist as well as a writer of fiction novels, short stories, and memorable biographies – having written a book about the life of Mark Twain (1932) and another one about that of Charles Dickens (1934). By the way, visibly versatile, the name Stephen Leacock means something like the Mark Twain of Canada to some (perhaps overexcited) respectable subjects. He counts Groucho Marx, Jack Benny, and F. Scott Fitzgerald amongst his public admirers; even Charlie Chaplin extolled his work, and actually petitioned him to write a screenplay. Unquestionably an *avant-garde* artist, other Canadians, however, also tend to see Leacock as Eurocentric, male chauvinist, and xenophobe, which reminds us he was not that different from a great number of North American intellectuals of his time. Hence my determination not to romanticise him; if Leacock was a

paragon of virtue or not, that does not bear upon the aesthetic richness of his work. My chosen author was not selected for this analysis because I believe his character to be impeccable or his sense of humour innocuous; as a matter of fact I do not as at some of his jokes there is frankly nothing for us to laugh about – reason why, in my translation, I simply change them into something I am willing to countersign as the translator/cowriter. Leacock was not “ahead of his time” and, honestly, is anyone really?

Speaking literally, howbeit appreciably ingenious in terms of language, in political terms Leacock’s texts lean much more towards the preservation of Canada’s monarchic dependence to Britain in opposition to the openness of the former to the international market, which, by that time, meant transferring such dependence to the U.S.A.. Leacock, as I understand, was not wrong in his scepticism regarding such “change” and, even though I do not agree with his solution either (as I do not agree Brazil was better as a monarchy than it is as a democracy, as many of our literary intellectuals have also implied), his cynically concocted writings tell us much more about the complex condition of Canada than perhaps he wanted them to. I am not justifying his actions, but my choice, which is justified by this thesis working hypothesis that, through Leacock’s particular usage of irony, he has not only reflected the disconcerting history of Canadian colonialisation and neocolonisation, but also originally shaped it in a way of his own. Not academically, though; i.e. in his rather platitudinous academic writings, which are marked by Imperialist tautology. Hoping to be taken seriously by his peers (which, for him, implied both discretion and resilience), Leacock has written many scientific works in his areas of aptitude – being the most prominent ones *Elements of political science* (1906), *Practical political economy* (1910), and *The unsolved riddle of social justice* (1920).

In Brazilian universities, if we have failed to talk about Leacock’s fiction within literature courses, these three texts are often mentioned in our articles and thesis about economics and international affairs. These are pieces wherein Leacock’s insights foreshadow a rather contemporary topic as the author argues for one middle ground between the falling socialism and the rising socialism at that specific period of their production. Besides that, he provides an ad rem and logical rationale therein, defending the financial assistance of the aid to help Canadians who have no conditions of working (aiming especially at ex-soldiers, wounded in battle, and the elderly). However, the writings that have eternalised the author both inside and outside Canada, and which resulted in his oversea recognition even before his death, in 1944, were the fictional and humorous narratives that he concocted. I.e. perhaps to Leacock’s surprise (or perhaps precisely as he expected, we shall never know for sure), if people were unenthusiastic about his economic treatises, his outwardly unpretentious

fictional stories have never become out of fashion – which may explain why he would gradually begin to privilege them. On the whole, Leacock has written almost thirty pieces of literature, but, among these pieces, *Literary lapses* (1910), *Nonsense novels* (1911), and *Sunshine sketches of a little town* (1912) are perhaps the ones most responsible for perpetuating the author's name, for better or for worse, especially throughout the Anglophone world. One of the clearest evidences of such recognition – that remains in posterity – and which undoubtedly enhances Leacock's contemporaneity and impact, is the award entitled Stephen Leacock Memorial Medal for Humour, established by the Lakehead University, Orillia, in 1946, and still in effect nowadays. Taking place every year, this award comprises, inter alia, the amount of value of \$ 15.000 to the best humorous fiction written in Canada during that period. The event usually occurs in June, in Orillia, Ontario – town which is today a tourist centre for those interested in his pieces, not only for it is where he spent most of his life, but because it is the place that has served as the main inspiration for his masterpiece.

However, regardless of his successful career as a prolific writer in the Early XX century Canada, and even though he is undoubtedly acknowledged by many of his kinsmen and women as an essential figure for the steady development of a literary identity to such a young nation, at that point, not everyone was pleased by the sorts of things Leacock's fictional texts would be saying. Tackling with issues such as humour, irony, sarcasm, exaggeration, etc. is never an easy task – and when an artist takes such risk s/he would now and then be disapproved or misunderstood, becoming, as a result, a persona non grata to many of those he wished to satisfy. Criticising the sketches, Margaret Atwood, the acclaimed Canadian writer and literary critic, deprecates “Leacock with his condescension and portraits of quaint provincials” (1982, p. 141). In Orillia itself, the town whose streets, points of reference, and even individuals served as inspiration for Leacock's novel and for the “quaint provincials” archetypes, opinions are divided to what concerns his stories “about” the place. As anyone would expected, “women do not tend to find sexist jokes funny, cripples don't respond well to ‘sick’ jokes about cripples, blacks don't like ‘nigger’ jokes, and Jews aren't fond of anti-Semitic jokes” (1982, p. 174). Therefore, since its first publication, if some Canadians felt represented by Leacock's fiction and did not hesitate to laugh of his sardonic sense of humour, others felt outraged and deeply disrespected by his saucy portrayals. Such ambivalent response to my research object should not come as a surprise, though – and I shall not conceal it; after all, when we tell a joke, we are well aware that some people are simply not going to laugh. Since “there is no such thing as universal humour, a joke that everyone will find amusing all the time” (ATWOOD, 1982, p.175), it would be right to infer that if

humour worked for everyone every time it would not be funny – and, then, it would not be humour.

The purpose of this article, therefore, is to deconstruct the main argument of *Sunshine sketches of a little town* (LEACOCK, 1912) as to make out what might be hidden in-between the jokes told by its narrator. Stories do not only tell us things objectively nor linearly, but are successively asking us to reflect upon the passage of time and the transformation of spaces less predictably, which would consequently allow our approaches towards any encounter with the present of the future to result in the urgent reconsideration about our relationship with the past. In the words of Benedict Anderson what comes to “take the place of the conception of simultaneity-along-time is an idea of homogeneous, empty time in which simultaneity is transverse, cross-time, marked not by prefiguring and fulfilment, but by temporal coincidence, and measured by clock and calendar” (1996, p. 20). Furthermore, for one to replace empty time with a less fixed idea of clocks and calendars, one must first be willing to acknowledge the possibility of other clocks and calendars. Translating would be, thereby, analogous to some sort of reverse time travel: the journey from my nowhere to the direction of the nowhere of the other. If the local colour of Mariposa, so significant in Leacock’s novel, is what marks it as the unique town our narrator describes, to generalise its features would be a mistake, regardless of his narrator’s assertions, Mariposa is not synonymic to every Canadian town. I am not trying to argue here nonetheless that the local has no relevance to the global, or vice versa; my point is that one does not need to imply the absence of the other, it is their correlation that must be restored.

2 DISCUSSION: “the social landscape of being”

As for my research to effectively set forth, and for me to analyse Leacock’s literary production and the position of *Sunshine sketches of a little town* (1912) within the Canadian context, it seems important to understand the nation’s situation in the period when the novel was published. Commonly associated to the bucolic vast and mesmerising rural environment of its countryside, Canada was, by the beginning of the XX century, inserted in the all-encompassing frame of “pristine” regions in time to be put inside the globalising world map, especially by those that welcomed with open arms the advent of development and growth based on the transformation of “natural settings” into human oriented landscapes. To put it bluntly, The industrial revolution logic started to affect thus not only the dynamics of Canadian social organisations, but actually everything connected to what was understood as the Canadian way of life. In this sense, when the idea of developmentalism gets to a certain place – as it does everywhere – not only the spatial construct

itself is affected, but actually, and perhaps more intensely, even how people relate with one another within such spatial construct, transforming the inside and the outside of their daily processes of socialisation.

There were, in 1912, many issues that had been affecting such socialisation in Canada, whose self-identity became somewhat strayed somewhere between a feeling nostalgia for its European origins (French and British) and of admiration/fear towards its big brother, the U.S.A. Congenitally allied to the U.K., Canada was regularly summoned to take part in many international conflicts that had little to do with the country itself, including World War I. When the war was finished, successive Canadian governments began to pressurise Britain to come up with a distinct approach towards their partnership, allowing Canada a greater level of independence. This was an important step, notwithstanding how ineffective and/or unfeasible at that given moment. But, beyond effective and immediate transformations in its political and social situation, this new gaze upon autonomy, attachment, assurances, etc. made all the difference. Finally, as the sensation of low self-esteem was gradually diminishing, no longer the superiority of Britain was taken for granted. Eventually, about twenty years after the publication of Leacock's sketches (1912), a deal aimed at "reconciling" both parts was made (the Statute of Westminster, of 1931) and thereby the Commonwealth was created, which served as a sort of guarantee that all colonies still shared loyalty to the same king, even though now they had full independence in terms of domestic policies.

For all intents and purposes, the background whence my object of research is originally grounded stood for a constitutionally flummoxed and abashed Canada in terms of its national state of affairs. All things considered, therefore, "the Canadian nation" wherein *Sunshine sketches of a little town* (LEACOCK, 1912) is originally located does not stand for a fixed entity – reason why problematising the idea of a concrete national identity is one of the basic premises of this thesis. Such idea is consistent with the fact that, in his/her references, the narrator commends the political involvement of Mariposans, as, in his/her view this made the town completely different from the metropolis. If the latter is marked by alienation and distancing from social community and political organisations, in the former everybody is part of everything. Deconstruction, in this sense, seems applicable to the literary translation of the novel inasmuch as it moves beyond any attempt to fit the process of translating within a fixed set of rules, as it advocates for one's raising awareness to what regards meanings that circumscribe the structure of any (hyper)textual activity, which happens to be precisely the case of people's identities in Mariposa. What is ironic in the following excerpt, by the way, is the fact that this liveness also meant the "concrete identity" of Mariposa inhabitants had nothing concrete whatsoever, which extends for the nation;

what constitutes its history is all histories surrounding Canada: its “singular” characteristics are the characteristics of other nations:

In Mariposa practically everybody belongs to the Knights of Pythias just as they do to everything else. That’s the great thing about the town and that’s what makes it so different from the city. Everybody is in everything. You should see them on the seventeenth of March, for example, when everybody wears a green ribbon and they’re all laughing and glad, – you know what the Celtic nature is, – and talking about Home Rule. On St. Andrew’s Day every man in town wears a thistle and shakes hands with everybody else, and you see the fine old Scotch honesty beaming out of their eyes. And on St. George’s Day! – well, there’s no heartiness like the good old English spirit, after all, why shouldn’t a man feel glad that he’s an Englishman? Then on the Fourth of July there are stars and stripes flying over half the stores in town, and suddenly all the men are seen to smoke cigars, and to know all about Roosevelt and Bryan and the Philippine Islands. (LEACOCK, 1912, p. 42) ²

Here readers see that every Mariposan gets into the atmosphere of Saint Patrick’s Day, both in their clothing, wearing a green ribbon, and in their behaviour, by being glad. In a similar fashion, on St. Andrew’s Day every man in town wears a thistle and shakes hands with everybody else, and you see the fine old Scotch honesty beaming out of their eyes. These Canadian men who could also curiously give shape to their Celtic nature and exhibit their Scotch eyes now make the readers confused since they might start asking themselves what nation really represents such people. This matter is not solved but enhanced in the following utterances when the narrator says that on St. George’s Day what surfaces is the good old English spirit. When could the national spirit of an Irish, Scottish, Canadian, and now English subject be even more complicated? Well, on the fourth of July, when there are stars and stripes flying over half the stores in town, men smoking cigars, and talking about Roosevelt and the Philippine Islands. Now the Canadian men with their Celtic nature, their Scotch honesty, and the good old English spirit are all surrounded by U.S. flags and talking about the president. Yes, the narrator was right: in

2 Em Mariposa praticamente todo mundo faz parte dos *Knights of Pythias* assim como fazem também parte de qualquer outra coisa. Essa é a maior vantagem da cidade em relação à Cidade Grande. Todo mundo faz parte de tudo. Você devia vê-los, por exemplo, no *dezesete de Março*, quando todos vestem uma fita verde e caminham por aí sorridentes e satisfeitos – você conhece a natureza Celta, não é mesmo? – e conversando sobre a *Home Rule*. No *St. Andrew’s Day* todos os homens da cidade colocam um *cardo* em suas camisas e apertam as mãos de todos os outros que passam por eles, e você pode então ver aquela velha e linda honestidade escocesa no brilho dos seus olhos. Ah, e no *St. George’s Day*! Bem, não existe cordialidade maior do que aquele belo e tradicional *espírito inglês*, afinal de contas *por que um homem não se orgulharia de ser inglês?* Então no *quatro de julho* você começa a ver aquelas estrelas e listras voando por sobre mais da metade das lojas da cidade, e de repente aparecem todos os homens a fumar seus charutos e a conversar acerca de tudo sobre *Roosevelt* e as *Ilhas Filipinas*. (My translation)

Mariposa everybody is everything, especially when it goes to their identities, as they belong to Canada and to several other nations at the very same time.

As a matter of fact, when the narrator sets forth these symbolic days, his/her description ends up problematising the very idea of national identity. And, again, given the fact that most of the dates s/he mentions probably mean almost nothing for my target readers (if one takes into account their spatial and temporal completely distinct systems of meaning), translator's notes are in my view also required for the following information to be conveyed. So let us take a look at such references. First, when the narrator brings forward that, on the seventeenth of March, everybody wears a green ribbon, it is important for the reader to be aware that what is celebrated on such day is Saint Patrick's Day. This is a celebration that comes from Ireland and carries the name of this saint because he is the most significant one in the country. It is very common to celebrate such date in every British country and in the ones that originate from its ex-colonies, such as Canada, and, as the narrator observes, in Mariposa people do so by laughing and feeling glad, as they talk about Home Rule. "Home Rule" is a British expression that means an autonomous self-governing entity, to which there is actually no translation. Such term was created when the possible self-government of British nations other than England (Wales, Scotland, and Ireland) began to be discussed. The term could be translated as *federalismo*, but there are differences in details related to the word since the autonomy given to Brazilian states differs from that given to British nations – and since the political freedom provided by the main state government varies immensely from case to case depending on its constitutive and institutional laws.

Furthermore, the second reference readers are provided with is to Saint Andrew's Day – when every man in town wears a thistle. Celebrated on the thirtieth of November, this is now not an Irish but Scottish feast day – actually it is Scotland's official national day. In this case it is curious that even though such celebration has a general association with Anglophone regions, such as Saint Patrick's Day, Saint Andrew is actually culturally present in many other countries like Russia, Greece, and Ukraine. The holiday is still much more common in English speaking nations – among them of course especially in Scotland, where it has originally come from in the first place. In this previous excerpt the reference to Andrew's Day has another important allusion which is to the fact that Mariposan people wear a thistle on their shirts during the event. Why is that an issue? Well, because even though "thistle" is a very common flower in North America, in Portuguese it is far from being so. Nevertheless, there is a translation for the term into Portuguese: the word *cardo*. Suitably, regardless of the fact that it does not really mean much for a Brazilian reader – inasmuch as the flower is not well known at all in Brazil, let

alone its meaning concerning Saint Andrew's Day – my decision has been to use the available translation of the term. I could of course have kept the word in English, as it has been done in other occasions, but it seemed in this case more interesting to bring the translation and explain the reference in a note discussing its nature and symbolic meaning.

If the usage of the word *cardo* is not common in Brazil, perhaps my translation of Leacock's novel, by employing the term, might contribute for such picture to change – bearing in mind that translations are also responsible for transforming the target language. It is in this sense that the target language also learns with the source one. Such is a purple flower, which has leaves with sharp prickles, taken as a symbol of nobleness and value first by the Celts and later by most communities descending from Celtic roots. Assuming different levels of importance in each of these communities, the thistle would ultimately become the national symbol of Scotland – hence its importance for celebrating the country's national day – and can be spotted in several Scottish institutions, being the symbol of hundreds of sport clubs of all kinds, of the Scottish police service, and even of the Encyclopaedia Britannica. In the case of Canada, the flower can already be thought as a symbol of the British crown connection with its former colonies; it does not play of course the same role that it plays in Scotland – but is found in a varied number of Canadian institutions and symbols as well – such as Montreal's flag. Finally, the two last references readers are given refer firstly to Saint George's day, when every Mariposan feels cheerful for they are also Englishmen (even though they are not).

Celebrated on the twenty-third of April, such is a festivity which takes place mainly in Anglophone nations – with some variations depending on which Christian Church (Anglican, Orthodox, etc) is the hegemonic one therein; but in most regions it follows the tradition of being associated to the final part of the Eastern week. Moreover, there is also a reference to the fourth of July, when there are stars and stripes and people talk about the American president Roosevelt. The fourth of July is U.S.A. Independence Day, which celebrates its independence from the British Crown – in 1776. Curiously, therefore, what we have is a portrait of Mariposans celebrating all sorts of national holidays (Irish, Scottish, English, and U.S.), but none of them are specifically Canadian. This “identity panoply” can be read at least in two different manners, as I myself see it: the narrator might be emphasising the cultural hybridity of the country, how so many cultures interact within it and how liquefied the national spirit of Mariposans is (since such spirit travels from one time and space into another depending on what they are supposed to celebrate). Or maybe s/he could also be criticising the fact that regions constructed mainly through migration, like Canada, are not really given a

history of themselves; they are only supposed to repeat those already merited narratives of hegemonic historiography, having the same holidays hegemony has, such as it is forced to fight the same wars hegemony enters into.

In the end, it does not really matter what Leacock was thinking when he set forth this or other discussions, more relevant than that is how this excerpt potentially ridicules the notion of a single “national identity”, no matter for which country. Having said that, it is also worth mentioning that this excerpt of Leacock’s novel is also coherent with Szeman’s insight regarding the paradoxical dichotomy of the domestic/international in Canada. “From the beginning, the opposition between the national and the foreign at work in cultural nationalism was an unreal one that did not allow us to see the share of the foreign in the nationally specific, or the imitative in the original and of the original in the imitative” (2001, p. 30). On the other side of such dialectic conundrum, rejecting nationalism “while embracing what might be seen as a more cosmopolitan perspective is equally problematic” (2001, p. 31). Between nationalism and cosmopolitanism, here the narrator elaborates upon the influence of globalisation in Canada, as it has played a key role for any notion of idealised “purity” to become preposterous therein. It is “the deterritorializing force of globalization” that would meet a rather structured opposition against this version of considerably “banal nationalism – the everyday minute reinforcement; the continuous routinized ‘flagging’ of national belonging, particularly through media discourse – sponsored by developed nation-states” (TOMLINSON, 1999, p. 273).

As farfetched as it may seem, the novel discloses a reverie of national belongingness and limpidness that is much more common to contemporary nation-states than perhaps one wished, as the last political events clearly demonstrate. This rather questionable and imaginary idea of attachment to one’s nation (which is curiously represented in the novel by the national symbols of other countries – e.g. Ireland, Scotland, U.S.A, etc.) dates back in the history of Canada as well as in that of many other countries. The dream of the nation has, as an inevitable result, produced the idea of national specificity as “what we have come to know as communal definitions of cultural identity based around specific, usually politically inflected, differentiations” (TOMLINSON, 1999, p. 274). What this problematic logic of communal definitions has often failed to take into account is the fact that all this reasoning takes place not in a random and/or occasional fashion; it is part of a rather solid agenda that implies a de facto imposition of values which are not one’s own. “Belonging”, however, does not need to be synonymic to “accepting”; to belong is to understand one’s spatial constraints and assets – a necessary step for any sensible judgment of one’s place to be undertaken.

Belong and not belong would then prove to be synonyms, and this is why the characters of *Mariposa* celebrate their uniqueness through the symbols of other countries that, here and there, have interfered in the history of Canada. Our place is predetermined, but not our position; for we do not choose where we are born, but we do choose what to make of it. As Tomaney puts it, “belonging is a task that requires an individual working to maintain a sense of unity or integrity while engaged in ongoing, dynamic, and developing interactions within the physical, historical and social landscape of their being” (2012, p. 664). Furthermore, this excerpt is coherent with my problematisation of belongingness since it emphasises hypertextual interconnection to the detriment of an isolated originality – everything that exists comes from something else. This excerpt reminds me that there is indeed no need for me to worry so much about translating the early XX century Canada into the early XXI century Brazil, these are elusive instances, temporal and special constraints that are not fixed and restricted to a single identity. The very book I am translating puts its national identity into question, so why would I care about grasping its essence? There is no essence, there is only literature – and that is what I must worry about.

3 FINAL REMARKS: “the particular claims of singular locations”

According to Cronin it is vital to grasp the nature of the relationship between “the local and the global, the particular and the general, the universal and the specific, as it is this relationship which must inevitably be at the heart of how we might conceptualise translation and translation practice in the contemporary period” (2006, p. 11). A first step before placing the novel within the literary system where the target language resides is thus to understand the particular and the general not as opposed but as partners in the process of meaning-making. Approaching such partnership as non-exclusive and bilateral is a technique that should be at the heart of how one conceptualises translation – as standing in-between the inside and the outside, the universal and the local, the foreign and the domestic. In this sense one does not have to cherry-pick those aspects of *Mariposa* that make it similar to a more universal context; to approach the local respecting its idiosyncrasy is more fruitful than trying to make it look universal when, actually, nothing (and everything) is. As a matter of fact, during translation, “the ‘traces of difference’ cannot be ignored [...] in a desire to float free of attachment or through some residual guilt about the pull of a culture or an identity in a world where the fluid and the borderless and the emancipated are held up as virtual synonyms” (2006, p. 12).

If it is our differences that mark us as different they are also what makes us similar; just like it happens in Mariposa, we are also all limited by our local restraints, and that is exactly what stands for the global nature of our local frames and discourses – it is because I fit in my context that I might transgress it. That is to say differences do exist, and such issue is no longer seen as debatable; however, the question is how to make our contemporary “cosmopolitanism attentive to those differences, to the particular claims of singular locations, without which translation as a meaningful activity would cease to exist. If there are no singular locations there is nothing left to mediate, and by extension nothing to translate” (CRONIN, 2006, p. 13). Perhaps one of the greatest achievements of XXI century is the fact that we, as cosmopolitan subjects, have now access to thousands of cultural, linguistic, social, political, and financial different epistemes, and perhaps one of the greatest challenges of this same century is to make us attentive to those differences. Without the possibility of belongingness translation makes no sense – it is because we set off from a contextual origin that there are destinies for us to fantasise upon.

In-between contextual origins and destinies, the cosmopolitan translator, the one I herein advocate for, rejects the imposed vis inertiae of singular contextual frames and emerges as capable of bringing other voices to the arena, talking back to the universalising narratives that inflicted on local values. Thereby, the translator replaces contextual origin with the myth of a shared common one. In our era of mass transportation, global tourism, significant migration and the relentless time-space compression of economies driven by information technology, “cosmopolitanism might be the body of thought most apt to describe our essential connectedness as global producers and consumers” (CRONIN, 2006, p. 9). It is exactly when dealing with literature (e.g. writing, reading, or translating) that one can notice how the cosmopolitan subject indeed undertakes both tasks: the writer, the reader, and translator are successively capturing meanings and therewith producing new ones (consuming and providing at the very same time). This is so for, when the cosmopolitan subject consumes literature, s/he ends up allowing the other to enter his inner self; and, likewise, when such subject is producing and/or translating literature, s/he ends up unconsciously allowing this compound of both other and self to be fused and re-textualised once again to “another other”. This process is endlessly repeated, and evinces the ultimate role of literature to allow other and self to dialogue, bringing together what seemed to be separate and to approach those who seemed far away from one another – eventually, heterogeneity supersedes homogeneity, as the hypertext takes the place of the text.

Translation, in the end, reminds us there is an inevitable void between what the literary work states and what I restate as I interpret it, inasmuch

as no two subjects mean exactly the same thing, even if they use the same words. Even if they did, there is no conceivable way for us to interpret, let alone to demonstrate impeccable homology. “No complete, verifiable act of communication is thusly possible. All discourse is fundamentally monadic or idiolectic” (STEINER, 1975, p. 250). The system of meanings that I aim at building after reading *Sunshine sketches of a little town* (LEACOCK, 1912), my analysis of how national identities are developed in the novel, and, consequently, the way I re-textualise these identities in my Portuguese translation, are surely unique. As soon as a book is published no one can control its meanings any longer. Literature transmits meaning and, like all communication, such meaning can never be hindered – does literature communicate at all? This is why translating does not have to do with allowing a text, in this case Leacock’s novel, to inform readers vis-à-vis the very same things they were informed when such text was originally written – it has to do with allowing new things to surface from such text now inserted in a distinct linguistic and literary tradition. Original and translation are thus not opposed, but united through the boosting of the story which they share; i.e. their contact consists not in a space being placed alongside another, but in a space which is amplified for the source and target identities to be fused within it. Translations do not stand for a quarrel between original and target texts; they are actually the token of a partnership which is established between them both.

REFERENCES

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. London: New Left Books, 1996.
- ATWOOD, Margaret. *Second words: selected critical prose*. Toronto: Anansi, 1982.
- CRONIN, Michael. “Translation and new cosmopolitanism.” *Translation and identity*. London: Routledge, 2006.
- LEACOCK, Stephen. *Elements of political science*. London: John Lane, 1906.
- _____. *Practical political economy*. London: John Lane, 1910a.
- _____. *Literary lapses*. London: John Lane, 1910b
- _____. *Nonsense novels*. London: John Lane, 1911.
- _____. *Sunshine sketches of a little town*. Toronto: Bell & Cockburn, 1912.

_____. *The unsolved riddle of social justice*. London: John Lane, 1920.

_____. *Mark Twain*. New York: Haskell House Pub Ltd, 1932.

_____. *Charles Dickens: His life and work*. Ontario: Fitzhenry & Whiteside, 1934.

SARAMAGO, José. *O Homem Duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

STEINER, George. "The claims of theory." *After babel: Aspects of language and translation*. London: Oxford UP, 1975. 236-295

SZEMAN, Imre. "Literature on the periphery of capitalism: Brazilian theory, Canadian culture." *Ilha do desterro*. 40, n. 3, 2001, p. 25-42.

TOMANEY, John. *Progress in human geography*. UK: University College London, 2012.

TOMLINSON, John. *Globalization and culture*. Chicago: Chicago UP, 1999.

**RESERVA DA BIOSFERA DO CERRADO
NO DISTRITO FEDERAL:
zona de ação pela sustentabilidade**

*Brazilian Savannah biosphere reserve in the Federal District:
action zone for sustainability*

*Reserva de la Biosfera del cerrado en el Distrito Federal:
zona de acción por la sostenibilidad*

Aldem Bourscheit¹

Rualdo Menegat²

RESUMO

Reserva da Biosfera é um instrumento desenhado pelas Nações Unidas para servir como palco de uma articulação política multissetorial voltada ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável e de meios mais eficazes para a conservação da diversidade biológica, medidas essas ainda carentes de uma equalização conceitual que determine maior efetividade a suas práticas. Dessa maneira, neste artigo, descrevemos sucintamente sobre a evolução do conceito e das práticas do desenvolvimento sustentável frente ao modelo de crescimento econômico vigente, quanto ao histórico e funções das chamadas Unidades de Conservação da Natureza – tidas como principal instrumento para a manutenção da biodiversidade – e, por fim, sobre como as Reservas da Biosfera poderiam ser mais bem implantadas a partir de uma abordagem complementar a seu zoneamento clássico. O modelo é proposto a partir de experiência realizada no Distrito Federal (DF) em apoio a mestrado em *Desenvolvimento Sustentável* junto ao *Fórum Latino-Americano de Ciências Ambientais – FLACAM (La Plata, Argentina)*.

PALAVRAS-CHAVE: Reservas da Biosfera. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Conservação. Unidades de Conservação da Natureza.

1 Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo (RS); Especialista em Meio Ambiente Economia e Sociedade pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – Flacso, Buenos Aires (Argentina); Mestrando em Desenvolvimento Sustentável pelo Fórum Latino Americano de Ciências Ambientais – FLACAM, La Plata (Argentina); Membro da Comissão sobre Educação e Comunicação da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN. jornaldem@gmail.com.

2 Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre (RS); Professor da Cátedra Unesco/Unitwin-FLACAM, La Plata (Argentina); Mestre em Geociências pela UFRGS, Porto Alegre (RS); Doutor em Ciências na área de Ecologia de Paisagem pela UFRGS, Porto Alegre (RS); Membro da International Commission on History of Geological Sciences – Inhigeo, Viena (Áustria). rualdo.menegat@ufrgs.br.

ABSTRACT

The concept of Biosphere Reserve was created by the United Nations to serve as a stage for multisectoral political articulation aimed at promoting sustainable development and providing more effective means of conserving biological diversity; measures that require common ground to ensure effective conservation action. This a development in the context of the current model of economic growth and the functions and track record of protected areas – considered the mainstay of biodiversity conservation. Finally, based upon the findings of a project undertaken as part of the Master's Program in Sustainable Development at the Latin American Forum of Environmental Sciences (FLACAM, acronym in Spanish) in La Plata, Argentina, the article goes on to discuss Biosphere Reserves and suggests that its implementation could be improved by adopting a complementary approach to its traditional zoning.

KEYWORDS: Biosphere Reserves. Sustainable Development. Conservation. Protected Areas.

RESUMEN

Las Reservas de la Biosfera son un instrumento diseñado por las Naciones Unidas para servir de marco para una articulación política multisectorial enfocada en el establecimiento del desarrollo sustentable y de medios más eficaces para la preservación de la diversidad biológica, medidas estas que aún carecen de una ecualización conceptual que determine una mayor efectividad en sus prácticas. De este modo, en el presente artículo nos ocupamos sucintamente sobre la evolución tanto del concepto como de las praxis del desarrollo sustentable frente al vigente modelo de crecimiento económico; acerca del histórico y de las funciones de las denominadas Unidades de Conservación de la Naturaleza – a las que se las considera el principal instrumento para la preservación de la biodiversidad – ; y, por último, sobre de qué modo podría efectuarse una mejor implantación de las Reservas de la Biosfera a partir de un abordaje complementario al de su clásica zonificación. El modelo propuesto parte de la experiencia acometida en el Distrito Federal (DF) y sirve como apoyo para la maestría en Desarrollo Sustentable del Foro Latinoamericano de Ciencias Ambientales – FLACAM (La Plata, Argentina).

PALABRAS CLAVE: Reservas de la Biosfera. Desarrollo Sustentable. Sustentabilidad. Conservación. Unidades de Conservación de la Naturaleza.

Data de submissão: 31/10/2017

Data de aceite: 19/04/2018

1 INTRODUÇÃO

Poucos autores foram tão bem-sucedidos em antecipar os atuais paradigma científico e modo de relacionamento da sociedade moderna e industrial com os ambientes e recursos naturais quanto o político, filósofo e ensaísta inglês Francis Bacon (1561-1626). Em seu livro *Novum Organon* (1992 [1620]) afirmou que “devemos tratar a natureza como o inquisidor da Santa Inquisição trata o inquirido: deve torturá-la até ela entregar todos os seus segredos”.

Tal linha de pensamento, consolidada na Europa Ocidental a partir dos séculos XVII e XVIII e, especialmente, em cenários político-econômicos pós Revolução Industrial, expandiu-se pelo mundo (PORTO-GONÇALVES, 2015) e permeia fortemente as práticas diárias das cadeias produtivas e das instituições de ensino e de pesquisa. Influencia, inclusive, as interfaces entre as sociedades e indivíduos humanos e submete a natureza – animais, vegetação e os inúmeros tipos de ecossistemas – a grande pressão e a distintas formas de *violência*.

Os efeitos colaterais dessa ideologia dominante na relação humanidade – natureza são muitos. Entre eles, encontram-se os abissais níveis de desigualdade social inter e intra nações, as multidões de refugiados políticos e alimentares, a perda acelerada de solos férteis, a contaminação das águas e a destruição de nascentes, bem como a eliminação de incontáveis formas de vida (biodiversidade) que evoluíram sob processos naturais.

Esse cenário é sintomático do alto grau de insustentabilidade do modelo de desenvolvimento em curso. Contudo, a população mundial ainda não percebe tamanha debacle, em escala mais aguda, porque o uso desregrado de recursos naturais renováveis e não renováveis está em parte mascarado pelo incessante *fluxo compensatório* das economias globalizadas – fundamentadas na desconsideração de barreiras (ecológicas) e fronteiras (político-econômicas) locais e nacionais.

Nesse sentido, as crises climática, energética e de matérias-primas que abalam os alicerces do mundo pós-moderno demonstram que os recursos naturais planetários são finitos e que precisam ser manejados com maior racionalidade. Tais crises também refutam algumas premissas básicas da mesma ideologia prevalecente, como a possibilidade de expansão econômica tradicional e do esbanjamento ilimitados (LUTZENBERGER, 1980).

Mesmo diante deste cenário, é preciso reconhecer que não há imperativos para um bom relacionamento entre a sociedade humana e os ambientes naturais. Todavia, urge que melhores padrões sejam estabelecidos, disseminados e respeitados por meio do diálogo de saberes entre distintas culturas e modalidades de produção de conhecimento. Para tanto, os limites são, antes de tudo, políticos (PORTO-GONÇALVES, 2015), e eles

poderão ser refundados com base em um desenvolvimento sustentável concreto e efetivo, o que pode ser mais bem exercido em territórios para este fim formalmente designados.

Adiante, o propósito central deste artigo é discutir, em um primeiro momento, o conceito de Desenvolvimento Sustentável (item 2) e de Unidades de Conservação (item 3). Em um segundo momento, a partir das reflexões estabelecidas, considerar práticas de conservação a partir do conceito de Reserva da Biosfera.

Esses elementos, por sua vez, foram utilizados para se propor uma ampliação das possibilidades de Conservação da Natureza na Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal (Brasil), em termos de uma articulação política multissetorial capaz de levar o conceito e as práticas de sustentabilidade para além dos limites de Áreas Protegidas, envolvendo de forma mais decisiva a população do seu entorno.

2 PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Expressão disseminada e amplamente utilizada em nível global, mas ainda pouco praticada sob diretrizes equalizadas e com a necessária amplitude para a promoção de uma bem-vinda mudança de paradigma civilizatório, *desenvolvimento sustentável* é um conceito cujo sentido mais amplo tem, pelo menos, quatro séculos de construção histórica e política.

Seus registros primevos vêm da Saxônia, estado alemão onde, na metade do século XVI, foram fixadas regras para um manejo que permitisse a manutenção e a regeneração de florestas nativas (BOFF, 2012). Outras experiências semelhantes, de início sempre vinculadas à silvicultura³, espalharam-se pela região e pelo país, dando corpo à expressão *Nachhaltigkeit* (sustentabilidade) e a práticas afins. Graças à instituição de academias alemãs formais dedicadas ao tema e ao intercâmbio estudantil que se verificava desde essa época, não tardou para que o conceito e experiências de *sustentabilidade* - sempre com suas limitações e sob determinadas adaptações práticas -, alcançassem a Escandinávia, os Estados Unidos e a Índia.

Já no Brasil colonial, no fim do Século XVII, a construção de novos engenhos de cana-de-açúcar foi proibida a uma distância de pelo menos dois quilômetros de empreendimentos semelhantes. Assim, haveria espaço para plantio e manutenção de florestas suficientes para garantir o funcionamento

3 “A Silvicultura se ocupa das atividades ligadas ao cultivo das árvores. Ela tem sido tradicionalmente aplicada como um dos mais importantes instrumentos para a obtenção de matéria-prima destinada ao atendimento de diversas demandas, que vão do pequeno agricultor à grande indústria de base florestal. Tem se tornado também importante instrumento a contemplar as práticas de reflorestamento destinadas ao atendimento de diversas demandas ecológicas e ambientais”. Fonte: www.ipef.br/silvicultura/.

desses empreendimentos. Afinal, nessa época havia sido constatado que: “se a localização dos engenhos fosse deixada ao critério dos cidadãos, declarou o regente e governador de Portugal ao estabelecer essa norma, dentro de pouco tempo não haveria mais combustível para abastecer nenhum engenho, e toda a indústria ficaria arruinada” (PERLING, 1992).

Tal visão com certo enfoque de desenvolvimento sustentável, focada na proteção de recursos naturais aferidos como estratégicos para a continuidade de atividades econômicas, vem permeando conceitos e práticas até os dias presentes. Ela claramente pode ser verificada, por exemplo, no livro *Os limites do crescimento*, de Donella Meadows, editado pelo Clube de Roma (1972)⁴; também nos resultados da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, em Estocolmo (Suécia), naquele mesmo ano; e no relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela *Comissão Brundtland* (1987)⁵.

Esta última nos legou o conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável, resumidamente como sendo aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Essa interpretação também lastreia outros modelos político econômicos, tanto práticos quanto teóricos, que se propõem a nos conduzir a um desenvolvimento sustentável. Todavia, a grande maioria ainda desconsidera o fato de que um planeta finito não suporta um projeto de crescimento econômico tradicional infinito, como se os recursos naturais fossem inesgotavelmente providos por uma lendária cornucópia⁶.

Duran et al (2015), por exemplo, enfatizaram que a relação entre crescimento econômico e proteção do meio ambiente é deveras importante ao considerarmos o desenvolvimento sustentável. Isso porque a abordagem do simples crescimento econômico indicado pelo PIB – Produto Interno Bruto sem a devida quantificação das reais vantagens a médio e longo prazo que decorrem da proteção ambiental é inaceitável quando se planeja a sustentabilidade.

Nesse ínterim, podemos relacionar, dentre tantas, proposições como *economia verde*, *ecossocialismo*, *economia circular*, *ecodesenvolvimento* e *bioe-*

4 Grupo fundado por Aurelio Peccei e Alexander King, reunindo 30 cientistas, economistas e industriais Europeus em 1968, para estudar e propor soluções para os complexos problemas gerados pela crescente pressão que a explosão demográfica já exercia sobre os ecossistemas e sobre os recursos naturais não renováveis. Teve grande influência sobre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo (Suécia).

5 Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada independentemente em 1983 e sugerida pelas Nações Unidas, após a sobre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, e chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

6 A cornucópia é um símbolo da mitologia grega que representa a fertilidade e a abundância. É uma espécie de fonte natural que fornece gratuitamente e ilimitadamente todos os bens necessários às expectativas humanas. Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2012/10/03/o-mito-da-cornucopia-e-os-cornucopianos-modernos-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>.

conomia. Em essência, esses conceitos servem como direcionamentos e experiências positivas, mas ainda se mostram incompletas na busca de uma sustentabilidade integral, justamente por não superarem um antropocentrismo elementar.

Afinal, desde os discursos da filosofia ocidental e das religiões judaico-cristãs até às práticas modernas, predomina uma visão de vida humana como sendo superior às demais formas viventes no planeta. Essa concepção tem embasado e justificado o domínio e a exploração da natureza pela humanidade (CISNEROS apud CECCON e PÉREZ, 2016) na vigente e insustentável escala.

Endossando esse foco, por exemplo, a *Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos ao Desenvolvimento* (1986)⁷, afirma que:

o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes.

De acordo com Leff et al. (2002), a geopolítica dominante está diretamente atrelada ao modelo de globalização econômica. Por sua vez, esse modelo tem levado a uma *desnaturalização da natureza* baseada na geração e na aplicação de tecnologias e em apenas um *discurso* de desenvolvimento sustentável que, na prática, acarretam uma apropriação e uma mercantilização agressiva dos ambientes e de seus recursos naturais. Claro, pois o crescimento econômico clássico traduz-se em aumento direto das atividades industriais, comerciais, de serviços e do consumo e, nas *pontas desses sistemas*, em maior extração de recursos naturais, mais produção e mais descarte de rejeitos na natureza.

Essa lógica resulta na depreciação e degradação dos *ativos naturais*, especialmente daqueles com características tropicais (NOVION e MATHIAS, 2006). Da mesma forma, o uso indiscriminado e predatório de tamanho patrimônio, conforme VIDAL (2000) pode colocar em risco a qualidade de vida das futuras gerações.

Tal modelo assemelha-se ao predominante no Brasil, onde a ocupação massiva do território se dá com usos, práticas e tecnologias muitas vezes desconectadas das realidades e possibilidades sociais, culturais e ambientais das distintas regiões.

Afinal, as paisagens naturais são alteradas pelos grupos humanos para que lhe proporcionem conforto, segurança e alimentos. Todavia, ao longo dos

⁷ <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>.

séculos, o avanço tecnológico possibilitou a maximização e a potencialização dessas ações antrópicas, tornando-as capazes de executar aquelas mesmas transformações em intervalos de tempo cada vez menores. Dessa maneira,

a omissão e/ou displicência em relação ao tempo necessário para que a natureza se recuperasse dos referidos impactos antrópicos, desencadeou uma projeção geométrica de intervenções no meio, tendo como consequências modificações incisivas em sua dinâmica, que mais tarde viriam a afetar o homem de forma latente, colocando-o em eminente estado de risco, inclusive de continuidade da espécie, deve-se reforçar que a população mundial já ultrapassou os 7 bilhões de habitantes, ou seja, cada vez existem mais pessoas e menos recursos naturais. (MELO, 2016).

Além disso, efeitos colaterais de ações humanas são especialmente sentidos em áreas urbanas e adjacências devido ao constante aumento da população, colhendo como consequência direta o uso exaustivo do solo, tanto para fixação de residências quanto para outras atividades ligadas ao ambiente urbano, como produção industrial, esgotamento de resíduos e afins.

Claro, pois a urbanização brasileira é baseada na apropriação dos melhores terrenos nas cidades, pelo mercado imobiliário e pela ausência de áreas urbanizadas para moradias populares. Isso faz com que a população de baixa renda majoritariamente fixe moradia em espaços desprezados pelo mercado imobiliário, geralmente locais ambientalmente frágeis, como margens de rios, mangues e encostas íngremes (GUERRA apud MELO, 2016).

Esse fenômeno se fez sentir, no Brasil, especialmente a partir dos anos 1940, com a ampliação de movimentos migratórios para cidades fundamantadas na modernização do campo e na industrialização nacional, sempre sedenta de mão de obra barata. Já na época, a carência de infraestrutura fomentou um crescimento urbano desordenado para atendimento do inconste fluxo demográfico.

Assim, a remoção da cobertura vegetal nativa foi acelerada e intensificada para dar espaço a novos assentamentos, tornando o meio (MELO, 2016) mais suscetível a esses movimentos migratórios massivos, despejo de dejetos residenciais nos corpos d'águas, maximizando a possibilidade de contaminação dos habitantes por doenças de veiculação hídrica, e, ainda, ampliando as chances de perdas de fauna e flora silvestres.

Desse exercício, denota-se, inclusive, uma visão particular sobre os progressos econômico, científico e tecnológico, como se eles, isoladamente, fossem garantidores de soluções efetivas e democráticas para a problemática socioambiental. Logo, se tal paradigma de desenvolvimento não for superado, a nação brasileira poderá seguir alijada de um modelo de desenvolvimento focado nos interesses coletivos, na sustentabilidade e na construção de um futuro em que as pessoas sejam condutoras de seu próprio destino (VIDAL, 2000).

Outras avaliações, por sua vez, apostam que a economia globalizada e o desenvolvimento tecnológico nos moldes atuais estão eliminando, talvez definitivamente, as bases (naturais) para modelos realmente sustentáveis de desenvolvimento (FERREIRA, 2003). Além disso, como afirma Taddei (2016), o modelo republicano que inspira os sistemas políticos dos estados-nação, que já não funciona bem para a governança dos problemas humanos, se mostra pequeno demais para a quantidade de agentes não-humanos que o Antropoceno⁸ trouxe para dentro da esfera política.

Dessa maneira, uma sustentabilidade real só será alcançada quando o progresso se tornar também um gerador de benefícios ao meio ambiente e for capaz de retornar à biosfera⁹ os nutrientes e a energia temporariamente capturados em nossos processos produtivos e de consumo. Ou seja, é preciso estabelecer uma nova racionalidade da sociedade humana para com os ambientes naturais, de associação, de construção e de restauração, e não mais focada em apropriação e destruição.

Afinal, a natureza não responde intrinsecamente a necessidades humanas. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que a alteridade da natureza não impõe dicotomias entre o humano e o natural, e que é necessário estabelecer laços de interdependência entre as sociedades humanas e o meio natural, entendendo que as primeiras integram as segundas, e sem hierarquias (CISNEROS apud CECCON e PÉREZ, 2016).

Diante desse desafio e especialmente na América Latina, há determinados contrastes entre os conceitos e práticas de *desenvolvimento sustentável* e de *sustentabilidade*. Com efeito, o primeiro é derivado especialmente do informe da *Comissão Brundtland* e, em suma, postula que o desenvolvimento e o processo de acumulação econômicos podem prosseguir desde que sejam fixados certos *limites ambientais*. O desafio, então, se resume a qual e a quanto do patrimônio natural se irá conservar.

Já o segundo, desenrola-se em uma prática centrada não apenas em manter a integridade dos ambientes naturais, mas também em melhorar a relação e a qualidade de vida das populações em aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos (CATAÑO apud CECCON e PÉREZ, 2016). Claro, pois diferentes movimentos sociais também reivindicam um maior vínculo com seu entorno, não apenas para melhorar as condições econômico-sociais, mas também para que a vida possa expressar-se de maneiras mais significativas (LEFF, 2002).

8 Termo cunhado pelo químico holandês Paul Crutzen (2002) e que aponta para uma era geológica onde é crescente e inegável a influência da humanidade sobre o destino do planeta. Ver Cléménçon (2012) e Balter (2013) sobre Antropoceno.

9 Expressão lavrada pelo geólogo austríaco Eduard Suess (1831-1914) que agrega todos os ambientes do planeta onde a vida ocorre (ver MENEGAT e PORTO, 2008).

E tal mudança de paradigma civilizatório só será lograda com uma *sustentabilidade compartilhada*, construída com a participação direta e equitativa de todos os atores sociais – governos, academia, empresas, camponeses, indígenas e cidadãos –, unidos em esforço comum, integrador e equalizador das diferentes visões sobre os rumos do desenvolvimento.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A BIODIVERSIDADE

Tentar apartar determinados territórios do mesmo uso a que seu entorno está destinado é prática enraizada na história humana. Registros assírios de 700 a.C. mostram a manutenção de reservas para caça destinadas para a realeza. Por sua vez, os romanos zelavam por seus estoques de madeira para a construção de navios e, na África colonial, recursos naturais foram conservados em determinados espaços ao longo dos dois últimos séculos.

Fruto direto das experiências e do questionamento da humanidade quanto a sua relação com os ambientes naturais, a ideia de *conservar a natureza*, como se denota, vem se desenvolvendo desde a Antiguidade e culminou, especialmente no Ocidente, com a separação de espaços a serem oficial e legalmente protegidos pelo Poder Público.

Os focos iniciais desse exercício foram a preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais (BENSUSAN apud BENSUSAN e PRATES, 2014). A preservação de paisagens veio na segunda metade do Século XIX e foi o principal motivador para o estabelecimento dos primeiros parques nacionais estadunidenses, como *Yosemite (1890)*, *Grand Canyon (1919)*, *Monte Rainier (1899)*, *Zion (1919)* e *Yellowstone (1872)*. Este último é apontado como o primeiro parque nacional implantado em nível mundial.

Inspirados por esse movimento, vários países partiram para a criação de suas próprias áreas protegidas. O Canadá estabeleceu seu primeiro parque nacional em 1885, a Nova Zelândia fez o mesmo em 1894, enquanto a África do Sul e a Austrália no ano de 1898. Já na América Latina, o México criou sua primeira área protegida em 1894, a Argentina, em 1903, e, o Chile, em 1926¹⁰.

Com bastante antecipação à publicação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000)¹¹, áreas são protegidas no Brasil pelo menos desde 1911. Naquele ano, o presidente Hermes da Fonseca (1855-1923) decretou uma reserva florestal no Acre, no sudoeste da Amazônia, atentando desde então para o fato de que (em Português arcaico):

10 Unidades de Conservação no Brasil. De onde vem essa ideia? Instituto Socioambiental – ISA. <https://uc.socioambiental.org/o-snuc/de-onde-vem-essa-ideia>. Acesso em: out. 2017.

11 Lei 9.985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>.

a devastação desordenada das mattas está produzindo em todo o paiz efeitos sensíveis e desastrosos, salientando-se entre elles alterações na constituição climaterica de varias zonas e no regimen das aguas pluviaes e das correntes que dellas dependem; e reconhecendo que é da maior e mais urgente necessidade impedir que tal estado de cousa se estenda ao Territorio do Acre, mesmo por tratar-se de região onde como igualmente em toda a Amazonia, ha necessidade de proteger e assegurar a navegação fluvial e, consequentemente, de obstar que soffra modificação o regimen hydrographico respectivo¹².

Relevante destacar que o estabelecimento do *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* da natureza atende também a uma recomendação da *Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas*¹³, cujo texto foi aprovado em 1992 e teve o Brasil como primeiro país a ratificá-lo.

Em termos legislativos, figuras semelhantes às *Unidades de Conservação (UC)*¹⁴ constam do arcabouço legal brasileiro desde 1934, quando veio a público a primeira versão do Código Florestal¹⁵. O texto determinava a manutenção de florestas *protetoras, remanescentes e de rendimento*. Todas eram de conservação permanente, tanto em terras privadas quanto públicas.

Ainda em território brasileiro e já em 1876, o engenheiro, inventor e abolicionista André Rebouças (1838 – 1898) – mais conhecido por capitanear obras de infraestrutura no país, como a ferrovia que liga Curitiba ao litoral paranaense – sugeriu a criação de dois parques nacionais: um no Paraná, de Sete Quedas a Foz do Iguaçu, e outro no Tocantins, na Ilha do bananal.

As propostas de Rebouças não avançaram, mas semearam debates e mobilização que contribuíram fortemente para a criação de nossos primeiros Parques Estaduais, em São Paulo (1896), e Parque Nacional, o de Itatiaia (RJ/MG), em 1937. Já os parques nacionais da Serra dos Órgãos (RJ) e do Iguaçu (PR) ganharam seus limites em 1939. Este último deve sua existência majoritariamente à mobilização do inventor e aviador Alberto Santos Dumont (1873 – 1932).

Atualmente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) abriga mais de 2.100 parques nacionais e outras categorias de UCs nos níveis Federal, Estadual e Municipal de gestão. A área acumulada sob esta proteção, até Julho de 2017, é superior a 1,5 milhão de quilômetros quadrados¹⁶, ou cerca de 18% da superfície do país. Claro que há grande distinção entre os

12 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8843-26-julho-1911-579259-publicacaooriginal-102172-pe.html>.

13 <https://www.cbd.int/convention/articles/default.shtml?a=cbd-08>.

14 O termo Unidade de Conservação é usado apenas no Brasil e legalmente se posiciona como parte do conjunto de Áreas Protegidas, que também englobam territórios Indígenas e Quilombolas e outros espaços sob-resguardo legal pelo Poder Público.

15 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm.

16 http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_JUL17%20-%2020B_Cat.pdf.

percentuais protegidos de cada domínio biogeográfico – Amazônia, Cerrado, Pantanal, Pampa, Caatinga e Mata Atlântica – e, não se pode esquecer, do reduzidíssimo índice de proteção dos ambientes costeiros e marinhos do país, hoje com apenas 1,5% de sua área abrigados em Unidades de Conservação¹⁷.

Em termos globais, Áreas Protegidas cobrem quase 15% das terras do planeta, pouco mais de 10% dos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição dos países e por volta de 4% das águas internacionais¹⁸, e podem ser encontradas em oito de cada dez países. Afinal, elas foram e são criadas também como testemunhos da visão, da identidade (SCHALLER, 2015), da história e da cultura de diferentes nações.

Além das funções iniciais de manter lugares sagrados e provisões de recursos naturais, as Unidades de Conservação têm hoje reconhecidos serviços como: manter quantidade e qualidade de água, ajudar a conter a crise global do clima, oferecer espaços de lazer e turismo, proteger ambientes e populações contra desastres¹⁹, manter e renovar estoques pesqueiros, melhorar a saúde humana por meio do contato com ambientes naturais, abastecer economias e mercados com matérias-primas, renovar os solos e abrigar polinizadores de interesse da agricultura, por exemplo.

Avançando, esses espaços são atualmente tidos como o principal instrumento para a conservação da biodiversidade (BENSUSAN e PRATES, 2014). Essa função ganhou peso com a constatação dos alarmantes índices de extinção de espécies registrados no Século XX, provocados especialmente pela degradação de ambientes naturais por atividades de interesse humano.

Todavia, a tarefa de manter a vida em suas mais variadas formas tem complexidades e características próprias, e que tendem a superar os territórios das Unidades de Conservação da natureza. Afinal, as principais ameaças à manutenção da biodiversidade costumam não atentar para os limites das áreas protegidas. Tais perigos podem ser resumidos em expansão desregrada das fronteiras agropecuária e urbana, ocupação de espaços por animais e plantas exóticas invasoras, eliminação ou degradação da vegetação nativa, uso indiscriminado do fogo, crise climática global, poluição (MMA, 2016), caça, tráfico e atropelamentos de fauna silvestre em rodovias, estradas e ferrovias.

A *Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas* conceitua biodiversidade como sendo “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros

17 <http://www.meioambiente.gov.br/informma/item/6420-brasil-tem-15-de-area-marinha-protegida-por-unidades-de-conservacao>.

18 Protected Planet Report 2016. Disponível em: <https://www.protectedplanet.net/c/protected-planet-report-2016>. Acesso em: out. 2017.

19 Arguments for Protection in brief. WWF International. https://1drv.ms/b/s!AvSip5pJo_9TtVeCAqt-ChBuWPfR.

ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.

Todavia, a compreensão de tal conceito está em constante evolução e determinados autores (BENNET, 2003; BENSUSAN, 2006; BENSUSAN e PRATES, 2014) ao mesmo tempo em que atestam a relevância das Unidades de Conservação como abrigos para a biodiversidade, avaliam que as mesmas são insuficientes – em número e área – para desempenhar a nobre tarefa da manutenção da vida e de serviços ecossistêmicos em ambientes terrestres e aquáticos.

Além disso, a diversidade biológica não pode ser resumida a uma *listagem com nomes e quantidade de espécies* formalmente catalogadas em determinados territórios. Pelo contrário, sua variedade é fruto da interação entre espécies e ambientes ao longo do tempo, inclusive com o ser humano (CRO-NON, 1995). Todavia, as Unidades de Conservação *sugerem* que a biodiversidade está sendo mantida em longo prazo, enquanto, na prática, permitem usos predatórios dos territórios em seu entorno, que, por sua vez, acabam carreando toda sorte de impactos às próprias Áreas Protegidas.

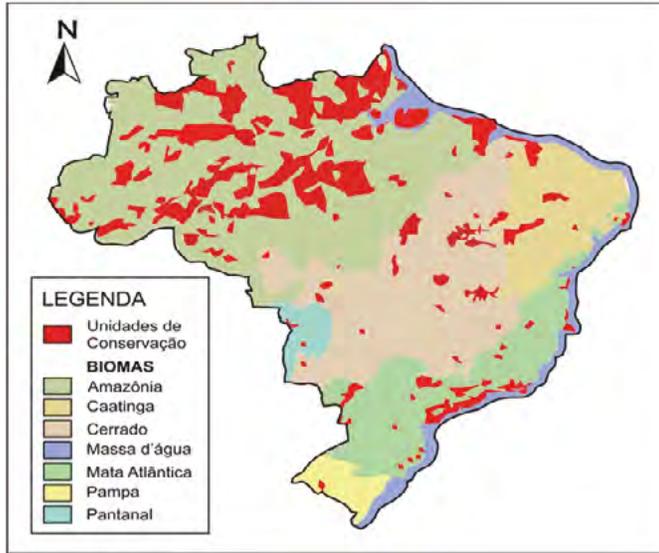
Como as Unidades de Conservação tornaram-se, especialmente nas últimas décadas, verdadeiras *ilhas de conservação* (**Figura 1**) em um oceano de destruição, a estratégia adequada seria não seguir investindo apenas na criação e na manutenção de Áreas Protegidas como método central para a manutenção da biodiversidade. A estratégia também deveria envolver o estabelecimento de redes e sistemas interligados com Áreas Protegidas, ferramenta inclusive benéfica à recomposição de ambientes naturais e ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável (BRIDGEWATER apud BENNET, 2003).

Essa necessidade é tão premente que aumentar limites (tamanho) e interconectar Áreas Protegidas existentes, figura entre as modernas recomendações para a manutenção da biodiversidade (HANCE, 2017), especialmente frente à crise global do clima. Ou seja, na medida em que crescem as pressões para uso econômico intensivo da terra e os espaços passíveis de proteção oficial se tornam cada vez mais raros, ampliar e conectar reservas ambientais já estabelecidas pode dar novo fôlego à conservação da biodiversidade.

Logo, a gestão dos territórios deve acontecer de forma integrada, pesando todos os usos dos recursos naturais e tratando as Unidades de Conservação como sistemas abertos e a serem interconectados com seu entorno, perfazendo ferramentas para o estabelecimento de parcerias reais e efetivas entre desenvolvimento econômico e conservação: “Mais que tudo, talvez, seja necessário pensar a conservação num contexto maior, não apenas que transcenda os limites das unidades de conservação, mas que abarque as diversas dimensões da humanidade, como modelos de desenvolvimento, necessidades econômicas e sociais, preferências culturais e avanços tecnológicos” (BENSUSAN e PRATES, 2014).

E essa tarefa, de suma relevância para a sobrevivência de todas as espécies no planeta, inclusive da humana, ganha ainda mais relevância e maior potencial de execução em territórios essencialmente destinados à prática do desenvolvimento sustentável, como os das Reservas da Biosfera.

Figura 1 – Mapa síntese das Unidades de Conservação do Brasil em Junho de 2017, como ilhas distribuídas no território.



Fonte: adaptado de INPA. Disponível em: <https://ppbio.inpa.gov.br/en/Maps/Ucs/All>. Acesso em: out. 2017.

4 AS RESERVAS DA BIOSFERA

As chamadas *Reservas da Biosfera* são o principal componente executivo do Programa Homem e a Biosfera (*MaB*, sigla em inglês de *Man and the Biosphere Programme*), lançado em 1968 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Conforme DOYLE (2009), a iniciativa foi pioneira ao tomar forma em uma época em que a humanidade não havia despertado para a necessária conciliação entre conservação e desenvolvimento:

Cumprir ressaltar o caráter precursor do Programa MaB, pois antecedeu dois marcos do movimento ambientalista. Um deles, o documento “Os limites do crescimento”, lançado em 1972 pelo Clube de Roma, que se tornou a pedra de toque do movimento ecológico. O outro, a Conferência da Organização das Nações Unidas ONU sobre o Ambiente Humano, realizada também em 1972, em Estocolmo, Suécia.

Essa iniciativa internacional visa aumentar a capacidade humana de efetivamente ordenar o bom uso dos ambientes naturais. Para tanto, está baseada na gestão ambiental integrada, nos conhecimentos e práticas das ciências naturais e sociais, da economia e da educação, objetiva desenvolver e aplicar melhores bases para o uso racional e para a conservação de recursos naturais, aprimorar as relações entre a humanidade e o meio ambiente, ampliar a capacidade de antecipação das consequências das ações de hoje sobre o mundo de amanhã.

Atualmente, já estão reconhecidas pelas Nações Unidas e pelos respectivos Governos Nacionais quase 670 Reservas da Biosfera, em 120 países, incluindo 20 espaços cujos limites tocam mais de uma nação²⁰. Dentre as reservas, 129 estão distribuídas na América Latina e no Caribe, incluindo sete no Brasil: da Mata Atlântica; do Pantanal; do Cerrado; da Caatinga; da Amazônia Central; da Serra do Espinhaço; e do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (**Figura 2**); as quais são de grande extensão territorial quando comparadas a outros representantes da Rede Global de Reservas da Biosfera.

Figura 2 – Croqui com as Reservas da Biosfera no Brasil.



Fonte: adaptado de MMA (2017).

Todos esses territórios, sempre voltados a uma articulação política multissetorial, são designados quando possuem atributos como: valores na-

20 <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/world-network-wnbr/wnbr/>. Acesso em: out. 2017.

turais que justifiquem a conservação da biodiversidade; áreas aptas à pesquisa e à adoção de métodos de manejo sustentável dos recursos naturais; e representatividade de um domínio biogeográfico, com extensão suficiente para sustentar todos os níveis de espécies representativas do ecossistema que se quer preservar (DOYLE, 2009).

Comumente, dedica-se às Reservas da Biosfera a expressão “laboratórios vivos” (RODRIGUES et al., 2006) para o desenvolvimento sustentável. Tal expressão traduz-se no fato de que, nesses espaços, devem ser envidados todos os esforços para que práticas humanas e manutenção do equilíbrio ecológico sejam, afinal e concretamente, harmonizados. Ou seja, as reservas “em lugar de se converterem em ilhas²¹ em um mundo cada vez mais ameaçado pelo impacto das atividades humanas, podem ser palco de reconciliação entre os seres humanos e a natureza e permitir a revalorização do conhecimento acumulado para responder às necessidades das gerações futuras (...), sendo muito mais do que simples zonas protegidas” (UNESCO, 2000 apud DOYLE, 2009).

Mesmo que Reservas da Biosfera estejam contempladas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985/2000), que por sua vez foi regulamentada pelo Decreto 4.340/2002, as mesmas não se configuram estritamente como Unidades de Conservação da Natureza. Em seu Artigo 41, a Lei do SNUC define as Reservas da Biosfera como “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais” em determinados territórios.

Sob o guarda-chuva da legislação brasileira, Reservas da Biosfera podem abrigar todos os tipos de Unidade de Conservação – de Proteção Integral ou de Uso Sustentável²² – e sob qualquer nível federativo de gestão – Federal, Estadual, Municipal ou Privado –, além de “corredores ecológicos” e “mosaicos” de Áreas Protegidas. Vale destacar que esses instrumentos – corredores e mosaicos –, ao lado das próprias Reservas da Biosfera, são apontados como ferramentas para uma *gestão integrada de territórios* pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP²³ (Decreto Federal 5.758/2006).

5 A RESERVA DA BIOSFERA DO CERRADO NO DISTRITO FEDERAL

Diante desse cenário, foi formalmente estabelecida, na metade dos anos 1990, a Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal (RBC/DF), com

21 Como têm se configurado, na prática, muitos Parques Nacionais e outras categorias de Unidades de Conservação.

22 <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>.

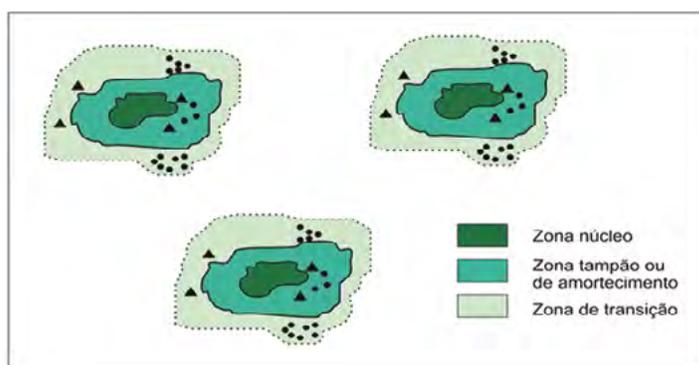
23 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm.

amparo atual nas leis distritais 742/1994²⁴, 3.678/2005²⁵ e 827/2010²⁶, bem como no Decreto 36.615/2016²⁷, que definiram seu conjunto de Áreas Protegidas, seu zoneamento e a composição de seu Comitê Consultivo²⁸.

Alinhada ao zoneamento clássico (**Figura 3**) de todas as Reservas da Biosfera, a RBC/DF (**Figura 4**) possui as seguintes zonas núcleo: o Parque Nacional de Brasília; as estações ecológicas de Águas Emendadas, do Jardim Botânico de Brasília e da Universidade de Brasília; bem como a Reserva Ecológica do IBGE; e o próprio Jardim Botânico de Brasília.

A zona tampão desses espaços se configura em uma faixa com três quilômetros de largura no entorno daquelas Áreas Protegidas.

Figura 3 – Zoneamento tradicional de Reservas da Biosfera, com suas respectivas zonas Núcleo (Unidades de Conservação), de Amortecimento e de Transição.



Fonte: Imagem adaptada de ATHOR, (2009; p. 353).

Na imagem, três usuais Reservas estão *desconectadas*, como se a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável pudessem ocorrer isoladamente nos territórios. Os pontos e triângulos representam os desejados índices de atividades econômicas e de ocupação humana, que devem se reduzir quanto mais próximos estiverem dos Núcleos das Reservas da Biosfera.

A zona de transição da RBC/DF ainda não foi delimitada por instrumento normativo formal, mas, conforme a legislação distrital vigente trata-se de um espaço “sem limites rígidos, onde os processos de ocupação e manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis, visando à formação de corredores ecológicos”. E esses

24 <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/buscarLei-4533!buscarLeiAtualizada.action>.

25 <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/buscarLei-523!buscarLeiAtualizada.action>.

26 <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/buscarLei-7502!buscarLei.action>.

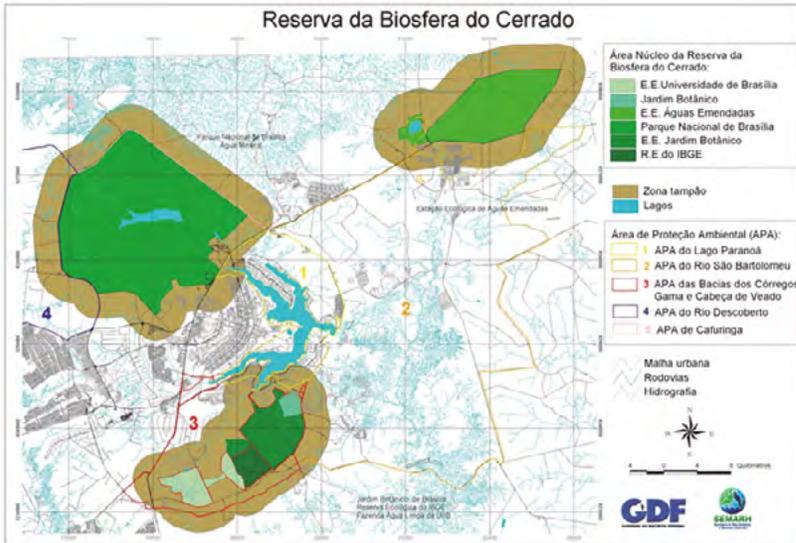
27 http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/a05f347bc20346ef8fbd6137bcd5998/Decreto_37615_09_09_2016.html.

28 Composto por 28 membros, sendo 14 representantes do Poder Público e 14 representantes da Sociedade Civil, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

mesmos corredores são, inclusive, reconhecidos pela legislação ambiental federal como instrumentos de gestão territorial para a manutenção de processos ecológicos em escala de paisagem (MMA, 2016).

Cabe destacar, também, que parcela significativa das zonas de Amortecimento e de Transição da RBC/DF está imersa em áreas de caráter urbano, o que perfaz desafios específicos para o estabelecimento de corredores e outros instrumentos voltados à conectividade.

Figura 4 – Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal (DF), com suas zonas Núcleo e de Amortecimento.



Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH.

6 ZONAS DE AÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE

Durante o desenvolvimento e a execução de projeto atrelado a Mestrado Profissional junto ao *Fórum Latino-Americano de Ciências Ambientais (Flacam)*²⁹, foi realizado com o *Comitê da Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal - RBC/DF* um exercício para a definição de *Conflitos e Potencialidades* frente à implantação da citada reserva.

Tal atividade valeu-se de uma variante das matrizes *SWOT* – acrônimo em inglês para *Strengths* (Fortalezas), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças) –, onde os diferentes membros do citado

²⁹ Sediado na cidade de La Plata (Argentina) e reconhecido como cátedra da Unesco/Unitwin para o Desenvolvimento Sustentável, desde 1995. Mais informações em <https://www.redflacam.com/>.

Comitê, conjuntamente, apoiaram a identificação dos principais entraves a serem combatidos e das oportunidades a serem potencializadas para uma efetiva implantação da RBC/DF (**Quadro 1**):

CONFLITOS



POTENCIALIDADES



Fonte: Elaboração própria.

Oferecendo foco ao conflito majoritário apontado pelo citado coletivo, à falta de *Conectividade* entre os Núcleos da RBC/DF (**Figura 5**), o mesmo ameaça a própria efetividade das Áreas Protegidas para o cumprimento de suas funções ambientais e sociais pelo alto grau de mudanças no uso da terra que se verifica no entorno desses espaços (MATTEUCCI apud ATHOR, 2009).

Figura 5 – Núcleos da Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal (tons mais escuros) apartados entre si e de seu entorno pelo crescimento urbano e pela eliminação da vegetação nativa.



Fonte: United States Geological Survey | <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em: abr. de 2018.

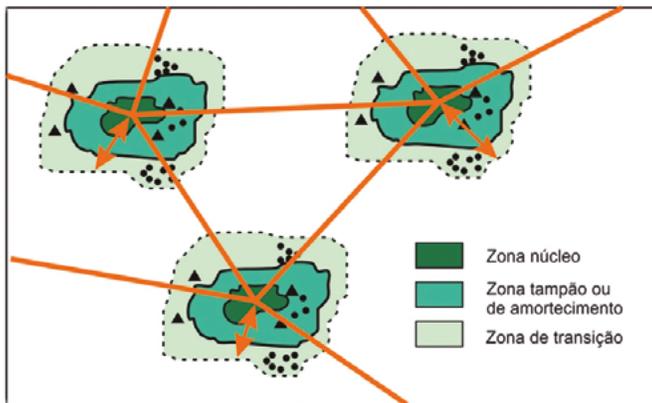
Claro, pois a conectividade entre Áreas Protegidas facilitaria a movimentação, a reprodução e a sobrevivência de inúmeras espécies em diferentes paisagens por meio de *corredores ecológicos* e outras medidas semelhantes. E tal ação é fundamental não apenas para o enfrentamento da crise global do clima, mas também porque resultará em benefícios às economias e às populações humanas a partir da manutenção e da recuperação de serviços ecossistêmicos.

O fenômeno da redução ou eliminação de conectividade, em termos regionais, é diretamente alimentado pela expansão urbana desordenada e pela eliminação da vegetação nativa. Apesar de ter mais de 90% de seu território abrigado em Unidades de Conservação – de Proteção Integral e de Uso Sustentável –, o Distrito Federal já perdeu sete em cada dez hectares de sua cobertura original de Cerrado, que é eliminado em uma taxa de aproximadamente 7.000 hectares anuais.

Reverter esse quadro dependerá de forte articulação intersetorial para que sejam restabelecidos corredores e outros meios de conectividade entre os Núcleos da RBC/DF e destes com outras Áreas Protegidas (**Figura 6**), por meio de técnicas apropriadas e fazendo uso dos espaços mais adequados.

Dessa maneira, poderá ser convertida a atual relação do desenvolvimento socioeconômico com o território em pauta, onde a manutenção de ambientes naturais e especialmente da biodiversidade estão *concentrados* nas Unidades de Conservação, enquanto seu entorno imediato sofre pressões e degradação predominantemente insustentáveis³⁰.

Figura 6 – Núcleos (Unidades de Conservação) da RBC/DF



Fonte: Imagem adaptada de ATHOR (2009, p. 353).

30 Algo que poderia se traduzir como: fiquem aí cuidando de seu “parquinho”, enquanto a gente promove o desenvolvimento do país. Desenvolvimento que subentende uma ocupação e um uso predatório da terra e dos recursos naturais. O estabelecimento de áreas protegidas nessas circunstâncias tenta neutralizar a resistência que as instituições envolvidas no território e as populações locais poderiam apresentar ao projeto de desenvolvimento (BENSUSAN apud BENSUSAN e PRATES, 2014).

Os Núcleos (Unidades de Conservação) da RBC/DF devem ser reconectados (laranja) entre si e com outras Áreas Protegidas em seu entorno. Os pontos e triângulos representam os desejados índices de atividades econômicas e de ocupação humana, que devem se reduzir quanto mais próximos estiverem dos Núcleos das Reservas da Biosfera.

Além disso, e pelo embasamento normativo já oferecido às *Zonas de Amortecimento*, tanto pela Lei do SNUC (Lei 9.985/2000)³¹ quanto pelo Decreto 4.340/2002³² e pela Resolução 428/2010³³ do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, depende-se que a ação mais intensa para a implantação da Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal deva acontecer em sua *Zona de Transição*.

Nas *Zonas de Amortecimento*, deve ser garantida a aplicação efetiva da legislação vigente, fazendo com que as mesmas cumpram com suas funções e, inclusive, se configurem como meios de conectividade entre as zonas *Núcleo* e de *Transição*. Por sua vez, as *Zonas Núcleo* da Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal (RBC/DF) podem ser trabalhadas como *Zonas Geradoras de Transição*. Afinal, ao mesmo tempo em que são promotoras de mudanças no padrão de ocupação do território regional, isoladamente as mesmas não apresentam respostas definitivas ao desenvolvimento sustentável e à conservação da natureza, especialmente da manutenção da biodiversidade.

Dessa maneira, é possível reposicionar o zoneamento da RBC/DF (**Figura 7**) desde as regiões onde é necessário um maior esforço político, técnico e, inclusive, de Comunicação, para o restabelecimento da conectividade entre Áreas Protegidas, para a manutenção e recuperação de serviços ecossistêmicos e para a própria manutenção das Áreas Protegidas ali abrigadas, além de se garantir, claro, o atingimento e a efetividade do zoneamento clássico de Reservas da Biosfera:

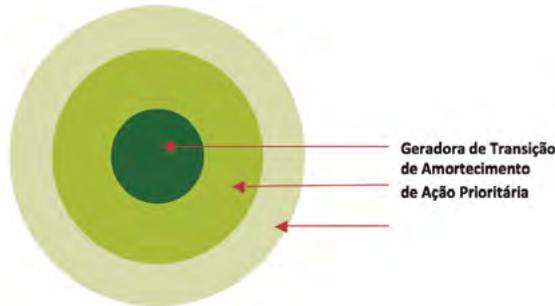
31 Zona de Amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

32 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm.

33 <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>.

Figura 7 – Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal interpretada como *Zonas de Ação pela Sustentabilidade – ZAS*.

Zonas



Fonte: Aldem Bourscheit Cezarino.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disposição clássica de Reservas da Biosfera nos distintos territórios (**Figura 3**) acarreta uma gestão e uma mobilização em torno dessas ferramentas ainda centralizadas em aspectos ambientais e ecológicos.

No caso brasileiro, essa gestão toma forma majoritariamente com Unidades de Conservação de Proteção Integral perfazendo seus *Núcleos*, além das *Zonas de Amortecimento*, que coincidem com o regramento da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e das *Zonas de Transição*, em sua grande maioria carente de melhor regramento.

Tal realidade pode sobrecarregar os órgãos ambientais em termos de gestão e de orçamento, em todos os níveis federativos. Afinal, em se tratando de Unidades de Conservação, a responsabilidade legal dos mesmos tende a se concentrar no limite máximo das *Zonas de Amortecimento* dessas Áreas Protegidas. Quanto ao segundo aspecto, o orçamento da área ambiental figura frequentemente entre os menores quando comparado a seus pares administrativos.

O Ministério do Meio Ambiente, que tem encabeçado a articulação federal pela implantação da *Rede Brasileira de Reservas da Biosfera*, no caso, teve metade de seu orçamento cortado para o ano de 2017. No mesmo órgão, uma redução orçamentária mais expressiva é registrada desde 2013, e as perspectivas para 2018 são de ainda mais arrocho³⁶.

Adiante, uma abordagem ainda focada em aspectos ambientais e ecológicos do que ampliada para uma gestão transversal e realmente integrada por múltiplos setores dedicados à implantação de Reservas da Biosfera pode acarretar, inclusive, um retardo nessa própria tarefa; justamente por, mesmo

36 <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/10/1929684-temer-pode-cortar-50-de-verba-para-unidades-de-conservacao-diz-estudo.shtml>.

que de forma não intencional, reforçar uma visão dicotômica entre desenvolvimento econômico e conservação da natureza.

Na prática, Reservas da Biosfera foram pensadas e devem ser implantadas como espaços para uma articulação política multissetorial voltada à proteção da diversidade biológica. Ou seja, esse instrumento tem potencial para que o desenvolvimento sustentável se torne uma realidade para além dos territórios das Áreas Protegidas³⁷ e, assim, contribua efetivamente para a geração de benefícios ao conjunto da população e para a manutenção da biodiversidade. Essa que, como vimos, evoluiu e depende de interconexões disseminadas em espaços que extrapolam os limites das Unidades de Conservação da natureza.

Todavia, e como exposto anteriormente, é necessária uma equalização do conceito e das práticas relativas ao desenvolvimento sustentável, pesando as realidades ecológicas, social, política e econômica do Brasil e da América Latina, ainda mais fortemente diante de sua necessária aplicação em territórios de Reservas da Biosfera e afins.

A Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal (RBC/DF), por exemplo, ocupa aproximadamente 230 mil hectares e cobre cerca de 40% do território do Distrito Federal. Todavia, apesar desta forte abrangência espacial:

Em seus primeiros anos de existência, a RBCDF permaneceu praticamente inativa. Não há registro de nenhuma reunião, de nenhuma medida, de nenhuma proposta. Passou ao largo do planejamento das ações governamentais. Entre 2000 e 2006, experimentou um período relativamente atuante, mas burocratizado. O Conselho, embora paritário, tinha um viés muito “chapa branca”. O trabalho desenvolvido estava muito voltado para atividades de cunho administrativo. As áreas núcleo permaneceram desarticuladas entre si (DOYLE, 2009).

O Comitê da RBC/DF voltou a se reunir com certa regularidade a partir de 2016, mas sua Secretaria Executiva ainda não dispõe de recursos e de condições reais para exercer suas funções³⁸. Assim, suas ações permanecem restritas a reuniões e a medidas administrativas, enquanto sua gestão deve ser (DOYLE, 2009) democrática, dinâmica e flexível e envolver direta e fortemente as comunidades locais e outros atores afeitos às zonas de *Amortecimento* e de *Transição*.

Afinal, o que ocorre fora das Unidades de Conservação tem relação direta com o que acontece dentro de seus limites e, assumindo esta realidade, a conservação da biodiversidade poderá ser mais exitosa.

37 Lei 9.985/2000 (...) Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos: (...) IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento.

38 http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/a05f347bc20346ef8fbd6137bcd5998/Decreto_37615_09_09_2016.html.

REFERÊNCIAS

- ATHOR, J.. *Parque Costero del Sur. Naturaleza, Conservación y Patrimonio Cultural*. Fundación de Historia Natural Félix de Azara. Buenos Aires (Argentina). p. 37, 2009.
- BALTER, M.. Archaeologists Say the ‘Anthropocene’ Is Here—But It Began Long Ago. *Science*, v. 340, n. 19, p. 261-262, 2013.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. FGV Editora, 2006.
- BENSUSAN, N; PRATES, A. P. *A Diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil*. p. 19 – 77. Brasília (DF): IEB, 2014.
- BENNET, A. F. *Linkages in the Landscape - The Role of Corridors and Connectivity in Wildlife Conservation*. School of Ecology and Environment Deakin University – Melbourne (Australia). IUCN Forest Conservation Programme. p. 9-11, 2003.
- BOFF, L.. *Sustentabilidade: O que é? O que não é?* Petrópolis (RJ): Vozes, p. 14, 2012.
- CECCON, E., PÉREZ, D. R.. *Más allá de la ecología de la restauración: perspectivas sociales en América Latina y el Caribe*. Sociedad Iberoamericana y del Caribe de Restauración Ecológica (Siacre) – Ciudad Autónoma de Buenos Aires (Argentina). p. 18-19, 24, 29-33, 372-373. 2016.
- CLÉMENÇON, R.. Welcome to the Anthropocene: Rio +20 and the Meaning of Sustainable Development. *Journal of Environment & Development*, v. 21, n. 3, p. 311–338, 2012.
- CRONON, W.. *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*. University of Wisconsin, Madison (US). W.W. Norton & Company. p. 70 – 79. 1995.
- CRUTZEN, P. J.. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 3, 2002, p. 23.
- DOYLE, P.M.M.C.. *Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal*. Instituto Brasília Ambiental – Ibram. Governo do Distrito Federal. Brasília (DF), p. 15 – 23, 2009.
- DURAN, D. C.; GOGAN, L. M.; ARTENE, A.; DURAN, V.. The components of sustainable development - a possible approach. *Procedia Economics and Finance*, v. 26, p. 806-811, 2015.
- FERREIRA, L.C.. *A Questão Ambiental – Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil* – São Paulo (SP), p. 21, 2003.
- HANCE, J.: *How Critical Are Big Parks?* Alliance of Leading Environmental Researchers & Thinkers – ALERT. July, 2017. Disponível em: <http://alert->

conservation.org/issues-research-highlights/2017/7/27/do-we-need-bigger-parks?rq=Jeremy%20Hance . Acesso em: out. 2017.

LEFE, E.; EZCURRA, E; PISANTY, I; LANKAO, P. R.. ***La Transición hacia el desarrollo sustentable: perspectivas de América Latina y el Caribe.*** Instituto Nacional de Ecología – Ciudad del México (México). p. 6, 414, 515. 1. ed. 2002.

LUTZENBERGER, J. A.. ***Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*** – 5ª ed. Porto Alegre (RS), p. 9, 1980.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ***5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica.*** Brasília (DF). Série Biodiversidade 50. p. 93-117. 2016.

MELO, Felipe Pessoa de. ***Risco ambiental e ordenamento do território em Garanhuns - PE.*** p. 22-26, 41-46, 56-61. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

NOVION, H.; MATHIAS, F. ***As encruzilhadas das modernidades – Debates sobre Biodiversidade, Tecnociência e Cultura.*** Instituto Socioambiental. Brasília (DF). p. 15. 2006.

PERLING, J.. ***A História das Florestas– A importância da madeira no desenvolvimento da civilização.*** Rio de Janeiro (RJ), p. 273. 1992.

PORTO-GONÇALVES, C.W.. ***A globalização da natureza e a natureza da globalização.*** 6. ed. Rio de Janeiro (RJ), p. 69 – 75, 2015.

MENEGAT, R.; PORTO. M. L.. Teoria de Gaia: tudo está interligado. In: MENEGAT, R. (org.). ***Visões da Terra.*** Museu da UFRGS. Porto Alegre, p. 75-78, 2008.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Mapa das Reservas da Biosfera do Brasil. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/instrumentos-de-gestao/reserva-da-biosfera>. Acesso em: out. 2017.

RODRIGUES, E. A.; VICTOR, R. A. B. M.; PIRES, B. L. C.. ***A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo como Marco para a Gestão Integrada da Cidade, seus Serviços Ambientais e o Bem-Estar Humano.*** São Paulo em Perspectiva, São Paulo (SP), v. 20, n. 2, p. 74, 2006.

SCHALLER, G. B.. ***Um Naturalista e Outros Animais: Histórias de uma Vida em Campo.*** Curitiba (PR). p. 43. 2015. Tradução de Peter Crawshaw Jr.

TADDEI, R.. ***Conhecendo (n)o Antropoceno.*** Dossiê Incertezas, Ano 03 – N07 – 2016 – Campinas (SP). LABJOR da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

VIDAL, J.W.. ***Brasil – Civilização suicida.*** Brasília (DF). p. 56 – 70. 2000.

REDES SOCIAIS E BEM-ESTAR: laços sociais e a felicidade pessoal

Social Networks and Well-being: social ties and personal happiness

Redes sociales y bienestar: lazos sociales y la felicidad personal

Álvaro Botelho de Melo Nascimento¹

RESUMO

Neste texto, é discutida a relação entre laços sociais e a construção do bem-estar. Foi demonstrado que algo singular como a busca individual pela felicidade possui aspectos densamente embebidos de sentidos socialmente construídos. Com o auxílio da sociologia das redes sociais, nos propomos a analisar aspectos microinterativos da vida, de modo a demonstrar o cotidiano como espaço de construção de sentidos e perspectivas de bem-estar. Este texto está dividido em três tópicos além da introdução, a saber: (2) uma breve discussão sobre bem-estar subjetivo; (3) uma apresentação panorâmica sobre redes sociais e sua relação com a sociologia; e, por fim, (4) a relação entre redes sociais e bem-estar subjetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia das Redes Sociais. Laços Sociais. Bem-estar. Felicidade.

ABSTRACT

In this text, it is discussed the relationship between social ties and the construction of well-being. It was showed that something singular like individual happiness has densely embedded aspects of socially constructed senses. With the help of the sociology of social networks, we propose to analyze micro interactional aspects of life to demonstrate daily life as a space of construction of meanings and perspectives of hapiness. The text is divided into three topics besides the introduction: (2) a brief discussion about subjective well-being; (3) a panoramic presentation about social networks and relationship with sociology; and finally, (4) the relationship between social networks and subjective well-being.

KEYWORDS: Sociology of Social Networks. Social Ties. Well-being. Happiness.

¹ Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. alvaro.botelho00@gmail.com.

RESUMEN

En este texto, se discute la relación que existe entre los lazos sociales y la construcción del bienestar. Se ha demostrado que algo singular como la búsqueda individual de la felicidad posee aspectos densamente embebidos de sentidos socialmente construidos. Con el principal apoyo de la sociología de las redes sociales, nos proponemos analizar aspectos microinternacionales de la vida, de modo que se pueda demostrar lo cotidiano como espacio de construcción de sentidos y perspectivas de bienestar. Este texto está dividido en tres temas distintos de la introducción, a saber: (2) una breve discusión sobre el bienestar subjetivo; (3) una presentación panorámica sobre las redes sociales y su relación con la sociología; y, por último, (4) la relación entre redes sociales y bienestar subjetivo.

PALABRA CLAVE: Sociología de las Redes Sociales. Lazos Sociales. Bienestar. Felicidad.

Data de submissão: 29/10/2017

Data de aceite: 19/03/2018

1 INTRODUÇÃO

O texto que se segue pretende abordar, sob uma ótica sociológica, o bem-estar subjetivo e sua relação com as configurações reticulares, no que toca as possibilidades e restrições decorrentes das redes sociais. Nas próximas linhas, é demonstrado que algo singular como a busca individual pela felicidade possui aspectos densamente embebidos de sentidos socialmente construídos. Ao tomar como objeto desse artigo a própria felicidade como um construto social, construo uma discussão de caráter propositivo pela qual se almeja apontar a maneira como construímos nosso entendimento sobre a felicidade e como acessamos recursos para sua obtenção através de nossos arranjos reticulares e interacionais.

Partindo de referenciais interacionistas, fenomenológicos e da abordagem sociológica das redes, me proponho, portanto, a construir uma reflexão teórica sobre os aspectos microinterativos da vida de modo a demonstrar o cotidiano como espaço de construção de sentidos e perspectivas de bem-estar. Para tanto, primeiramente discutiremos brevemente sobre bem-estar subjetivo; logo em seguida, falaremos sobre sociologia e redes sociais; por fim, detalharemos a relação entre as configurações reticulares dos atores sociais e a construção do bem-estar subjetivo no que toca ao uso e gerenciamento de capitais sociais oriundos das diversas sociabilidades que compõem nosso estar no mundo. Em suma, ao refletir sobre redes sociais e construção do bem-estar subjetivo, tentarei elucidar a íntima ligação entre laços sociais, processos de

socIALIZAÇÃO, acesso a recursos – tais como o apoio – e a felicidade individual, de tal modo a esclarecer como nosso bem-estar está imbricado com elementos interacionais e intersubjetivos, dos quais nem sempre os atores se dão conta.

2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE BEM-ESTAR SUBJETIVO

A felicidade é uma preocupação constante na reflexão humana, no entanto, o ideal de felicidade não é o mesmo daquele do início dos tempos e nem sempre foi como é na contemporaneidade. Nas palavras de MacMahon (2006, p. 14), “[...] a maneira como homens e mulheres compreendem a felicidade – como eles se propõem a conquistá-la e se têm a expectativa de fazê-la – varia drasticamente entre as culturas e ao longo do tempo. [...]”

Shott em seu artigo *Emotion and Social Life: A Symbolic Interactionist Analysis* (1979, p.1320) destaca que as emoções são culturalmente moldadas, que “existe um quadro social que modifica a experiência do ator, sua interpretação e expressão da emoção”. Se para características tão íntimas como as emoções que chamamos de amor, amizade, tristeza e culpa há um filtro social ativo é possível afirmar que o mesmo ocorre com o bem-estar subjetivo. A maneira como somos e nos sentimos felizes é marcadamente social, inclusive, na contemporaneidade existem diversos projetos de bem-estar originários das mais diversas cosmovisões, as quais se inter cruzam, se complementam e disputam.

A partilha de coisas tão singulares como emoções ou como essa espécie de “gramática do ser feliz” só é possível porque os seres humanos construíram a própria realidade socialmente, mesmo as mais prosaicas características do cotidiano. Berger e Luckmann (1967, p. 35) explicam isso afirmando que a vida cotidiana é definida como “realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.” Schutz (1979) apontou para a ideia de que a interpretação do mundo é feita a partir de categorias oriundas do senso comum e que através delas as pessoas transitam no mundo social, realizando compreensões intersubjetivas e ações ordenadas.

Esse mundo social – também chamado de mundo da vida – é o mundo da vida comum, composto pela somatória dos aspectos tomados como naturais para as pessoas que vivem nele, isto é, os pressupostos eficientes, socialmente aprovados que são vistos como fatos que dispensam explicação ou justificativa (SCHUTZ, 1979). Assim, “o mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles” (BERGER e LUCKMANN, 1967, p 36).

Existir na vida cotidiana é compartilhar de um mundo intersubjetivo. A interação e comunicação com outros indivíduos são constantes, sendo este o principal indicador de contraste entre as diversas realidades que podem ser concebidas pela consciência. A intersubjetividade permite que haja entre todos os indivíduos a consciência de partilha, no sentido da existência de “uma contínua correspondência entre *meus* significados e *seus* significados” (BERGER e LUCKMANN, 1967, p 40).

Essa correspondência contínua está ligada a posse daquilo que Schutz chamou de estoques de conhecimento que, grosso modo, pode ser entendido como “um conhecimento de receitas certas para interpretar o mundo” (1979, p. 83), uma espécie de repertório experiencial sedimentado e vinculado aos nossos costumes que torna os atores sociais capazes de se expressarem, agirem, serem compreendidos e compreenderem outros atores, acontecimentos e coisas de modo habitual, o que garantiria em linguagem schutziana um *pensar como sempre* e um acordo implícito de perspectivas.

No que consta aquilo que chamei mais acima de “gramática de ser feliz” se pode dizer que ela não foge aquilo que foi apontado nos parágrafos anteriores. Fazendo um paralelo com a ideia de que “pessoas expressam suas emoções usualmente nos modos prescritos pela sua cultura” (SHOTT, 1979), que possuem um vocabulário emocional oriundo do mundo da vida, afirmo que o mesmo ocorre com o bem-estar subjetivo. Possuímos uma equivalência entre os significados de felicidade. Eles formam um estoque de conhecimento específico, que utilizamos para ler experiências passadas e presentes, bem como para projetar experiências futuras, interpretando a vida a partir de sentidos particulares de bom e felicidade, os quais estão ligados a padrões sociais que formam perspectivas comuns, isto é, intersubjetivas.

Sendo um fenômeno social, mas também atrelado ao *self* e sua subjetividade, o bem-estar subjetivo está ligado a como as pessoas interagem entre si no processo de construção e desconstrução de configurações reticulares. Há, então, um encontro inevitável entre ideais sociais de felicidade, felicidade individual e os círculos sociais de um determinado indivíduo. Como veremos nas próximas linhas, as configurações reticulares da vida de um ator social são importantes elementos para o seu entendimento individual do que seja bem-estar, pois estão diretamente ligadas a maneira pela qual sua personalidade e o seu *self* se desenvolve.

3 REDES SOCIAIS E SOCIOLOGIA

De acordo com Fontes (2012), as redes são fenômenos praticamente naturais e onipresentes que existiriam onde quer que também existam pessoas, inclusive não se limitando apenas a sua agência direta, mas se manifestando também de outras formas como, por exemplo, sistemas elétricos, de distribui-

ção de água e a rede neural. Falando especificamente das redes sociais, isto é aquelas onde a interação social está implicada diretamente, é possível defini-las da seguinte forma:

A rede social é um grupo de colaboração e ou concorrência entre indivíduos ou entidades que estão relacionados uns com os outros. Pode ser apresentada como um gráfico, ou um multi-gráfico; cada participante na colaboração ou competição é chamado de ator e é retratado como um nó na teoria dos gráficos. Relações entre os atores são retratadas como links ou laços, quer dirigidos ou sem direção, entre os nós correspondentes. Atores podem ser pessoas, organizações ou grupos – qualquer conjunto de entidades relacionadas (ZHANG, 2010, p. 3).

Como se percebe, a teoria de redes preocupa-se com relações, foca-se nos processos dinâmicos dos quais os fenômenos são formados. No que consta mais especificamente a abordagem sociológica, o foco recai sobre um olhar relacional para agência e estrutura, de modo que os dois campos, geralmente postos em oposição, sejam abordados a partir da interação. Apesar de a sociologia reticular ser uma disciplina recente, datando de 1970 aproximadamente, é possível afirmar que a ideia de redes é antiga e está presente na trajetória do pensamento das ciências sociais desde muito cedo, nascendo, inclusive, com um dos clássicos da sociologia. Como deixa claro Fontes (2012), são as ideias do sociólogo alemão George Simmel que serviram como as bases dos desenvolvimentos ulteriores da sociologia das redes. Nas próximas linhas, utilizarei de suas ideias para o desenvolvimento da minha argumentação.

George Simmel possui uma perspectiva sociológica inovadora e bastante diferente daquela sustentada pelos demais pensadores clássicos da disciplina. A sua abordagem, chamada sociologia formal, estabelece a interação como um ponto crucial para o entendimento da sociedade em todo o seu desenvolvimento, sobre isso, Vandenberghe afirma (2005, p. 90-91):

O ângulo de abordagem da sociologia formal [...] define-se pelo fato de que o homem é determinado por viver em interação com seus pares. O que interessa a Simmel é o jogo das interações como substrato vivo do social. [...] as interações são a condição necessária e suficiente da sociedade [...] ‘Para um olhar que penetrasse o fundo das coisas, todo fenômeno que parece constituir acima dos indivíduos alguma unidade nova e independente se resolveria em ações recíprocas entre indivíduos’.

Essa abordagem interacionista metodológica de Simmel nos permite entender que aquilo que nos habituamos a chamar fato social deve ser interpretado como “o resultado das interações cotidianas que ligam os indivíduos” (VANDENBERGHE, 2005, p. 96). Nesta dinâmica, “mesmo o indivíduo ensimesmado em seu ego se reconhece no outro, enquanto componente indis-

pensável para a construção de si mesmo e ao mesmo tempo como ingrediente que cimenta a possibilidade da existência do social” (FONTES, 2015, p. 528).

Na teoria relacional de Simmel, o que interessa para os nossos propósitos é o conceito de círculo social. Os círculos sociais são observados a partir das interações e estão relacionados ao que Simmel chama de sociabilidade, designada por ele como a forma lúdica da sociação, sendo esta definida como “a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses” (SIMMEL 1983, p. 166). É dentro do fenômeno da sociabilidade que o indivíduo se encontra e é nas relações sociáveis que se define como indivíduo (SIMMEL, 1983).

Simmel, partindo do princípio exposto no parágrafo anterior, constrói a ideia de que “A vida cotidiana se estrutura em sociabilidades, pelas quais os indivíduos se localizam em uma geografia social que organiza o viver” (FONTES, 2014, p. 116). Neste bojo, os círculos sociais, grosso modo, poderiam ser entendidos como “espaços” nas quais os indivíduos vivem as dinâmicas interativas das diversas sociabilidades da vida. Eles, a partir de sua configuração moderna, fomentaram individualidades, tornando os indivíduos cada vez mais diferentes uns dos outros, ao mesmo tempo em que apresentam características semelhantes bastante marcantes.

A sociologia simmeliana nos permite entender que o ser humano possui escolhas e experiências únicas. Viver à vida (no sentido de experimentar a existência) é algo particular, contudo essas mesmas escolhas e até mesmo a experiência do viver alocam cada pessoa em campos de pertencimento e reconhecimento onde atuam agregados umas as outras na construção da identidade e do sentido de vida, inclusive aqueles ligados a economia emocional e as perspectivas sobre o bem-estar como será apontado logo mais. Por isso que Simmel afirma que cada indivíduo só tem seu significado em relação aos outros, deixando claro que só fazemos sentido como seres individuais em um contexto relacional (SIMMEL, 1917 *apud* FONTES, 2012).

Tomando Simmel como ponto de partida, Blau e Schwartz (1997) ressaltam que o cruzamento dos círculos sociais cria uma intrincada rede de sobreposição de afiliações sociais. Eles afirmam que um elemento importante no que toca as redes e os círculos sociais que as compõem é a influência do ambiente social nos padrões de relações em uma comunidade, tendo em vista que outras pessoas em seus ambientes determinam as opções que as pessoas têm no estabelecimento de suas relações sociais.

Para Blau e Schwartz (1997), a estrutura social, que pode ser definida como as distribuições particulares dos segmentos de uma população em um dado espaço composto por multidimensionalidades, influenciaria nas configurações reticulares das pessoas no sentido de que haveria a partir da localização do ator em um desses segmentos particulares limitações e possibilidades na sua atuação den-

tro dos campos de interação. Em outras palavras, o que esses dois autores estão dizendo é que dentro das configurações reticulares de uma sociedade o indivíduo não está totalmente livre no que consta as próprias tomadas de decisão.

Na opinião desses autores, independentemente da liberdade dos indivíduos, a estrutura dirige os padrões das relações sociais da seguinte forma: limitando as oportunidades de escolha disponíveis e determinando as implicações das escolhas disponíveis no que consta ao relacionamento entre atores e entre os seus grupos de pertencimento. Sobre isso, sintetiza Fontes (2012, p. 98):

Cada pessoa, indiscutivelmente única, mas também existente por conta de sua relação com o outro, é posicionada cotidianamente em múltiplos processos interativos, com posições relativamente definidas no meio social, com campos de sociabilidade estruturados, em parte refletindo desejos e escolhas pessoais, mas também resultado de padrões relativamente rígidos existentes na estrutura social que condicionam ou determinam suas trajetórias de sociabilidade.

No que consta, portanto, a representação do mundo é a partir dos vínculos oriundos dos nossos círculos sociais que aprendemos a dar sentido a própria vida. A partir do contato com o outros, tomamos conhecimento do mundo e podemos introjetá-lo como uma realidade que também é nossa. Isso não se dá de maneira neutra, depende da maneira como os círculos sociais se intercalam e se configuram, formatando potencialidades e restrições para a agência de um ator social, além disso, essa introjeção também depende da linguagem, pois é ela que permite a objetificação e tipificação de experiências, bem como a organização delas em um todo que faça sentido socialmente (BERGER e LUCKMANN, 1967).

Neste sentido, nos círculos sociais e conseqüentemente nas configurações reticulares compartilhamos uma subjetividade que é social e que ordena o mundo, dando sentido as nossas relações nos mais diversos aspectos da existência. A partir deles, utilizando da linguagem, construímos uma interpretação da existência que está carregada de valores, impressões e historicidades particulares. Isso implica que assim como existe uma espécie de estabelecimento de uma forma correta de exercer uma habilidade ou expressar uma opinião também há uma espécie de construção de estados emocionais apropriados e uma maneira legítima de ser feliz, conforme as relações sociais inseridas nos campos de pertencimento definidos pela nossa rede social (SHOTT, 1979).

4 REDES SOCIAIS E BEM-ESTAR SUBJETIVO

Afirmar mais acima que somos e experienciamos felicidade a partir de um *locus* social específico que nos oferece por meio de um vocabulário cultural particular as formas pelas quais é possível manifestar e compartilhar o que

sentimos. Também disse que essa manifestação é construída pela interação entre pessoas e a correspondência dos seus significados em relação ao mundo.

Tentei expor então que a maneira como experimenta-se a felicidade não é automática ou dependente de uma predeterminação fisiológica e de suas consequências, mas está ligada as complexas relações entre a interpretação do ator e influência social a qual ele é exposto. Portanto, a felicidade, assim como outras emoções, seria um artefato cultural. Neste sentido, o que se sente como felicidade e o que se interpreta como felicidade seria guiado pela própria cultura e suas regras emocionais; de modo que diferentes grupos seriam caracterizados por diferentes vocabulários de bem-estar.

Essa pluralidade de noções de felicidade está ligada a falta de uma chave universal para descrição, classificação ou avaliação do que se entende como bom (DUARTE, 2010). No entanto, com o desenvolvimento da sociedade ocidental, a dimensão do interior e da intimidade passou por um processo de valorização e devido a isso, mais e mais as pessoas passaram a perceber o bem-estar a partir de referenciais que aludem ao íntimo e ao privado. Em resumo, a felicidade se tornou algo mais pertencente ao campo subjetivo.

Neste mesmo processo, o sentido hodierno de felicidade também se confunde com a ideia de valor, de ideal. Mesmo que experimentada subjetivamente, a felicidade é desejo e esperança de todos, relaciona-se com regimes de bem, culturalmente definidos, dependentes de fontes materiais e imateriais de satisfação (DUARTE, 2010). Esses regimes de bem podem ser acessados a partir das redes sociais, pois elas possuem como característica a possibilidade de alcance aos capitais sociais, seja aquele de aspecto mais íntimo relacionado com a reciprocidade e solidariedade enraizada em vínculos de grande intimidade ou mesmo aquele fomentado pelas formas de associação mais pública. (FONTES, 2011).

Dito isso, nesta parte da reflexão, pretendo esboçar alguns caminhos indicativos mais operacionais de como a influência social, a partir das redes sociais, se relaciona com o bem-estar subjetivo nesses dois âmbitos, isto é, tanto na possibilidade de construção de capitais sociais que permitam o acesso a regimes de bem quanto no que toca a experiência subjetiva de nos sentirmos felizes. Em outras palavras, pretendo apontar caminhos para a elucidação da seguinte questão: como o sentir-se feliz é formado, construído e compartilhado socialmente através de nossas configurações reticulares? Friso que nada aqui é conclusivo, todavia, acredito que posso definir o que está sendo escrito como um a demonstração de proposições relevantes.

4.1 LAÇOS SOCIAIS, SOCIALIZAÇÃO E COMO APRENDEMOS A NOS SENTIR FELIZES

Um primeiro caminho possível para apontar as características sociais do bem-estar subjetivo e as configurações reticulares dos atores é o fenô-

meno da socialização. A socialização é a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude dela torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER e LUCKMANN, 1967, p. 175).

Através da socialização aprendemos diversos aspectos da vida social, aspectos que são inicialmente externos, mas que no decorrer de nossas trajetórias interiorizamos. Esse processo é relacional de maneira dupla: (1) tem como objetivo a compreensão de outros e a apreensão da realidade do mundo como dotada de sentido; (2) só é possível porque a socialização é feita na interação com outros que são significativos (BERGER e LUCKMANN, 1967).

A partir de nosso lugar em uma rede, somos tanto os que socializam quanto os socializados. Em um primeiro momento, ocupamos o lugar daqueles que aprendem sobre o mundo, mas depois, também somos os responsáveis pelo ensino do mundo para outros atores através das mais diversas instituições. Neste ínterim, nos localizamos enquanto pessoas e localizamos os outros, a partir de coordenadas definidas na história, tomando consciência do que podemos fazer, como podemos fazer e o que devemos esperar da vida (BERGER, 2001).

No fenômeno da socialização aprendemos o mundo, mas não o fazemos sem que juntamente venha com isso uma lente peculiar que o lê e o dota de um sentido particular. Essa lente, o sentido particular do mundo que alguém toma consciência ao ser socializado, é trazida a todos os atores sociais por suas configurações reticulares, o que ocorre porque os nossos círculos sociais desde o nosso nascimento se apresentam como os limites e as possibilidades, abrindo ou restringindo espaços, para o contato e acesso aos diversos sentidos de existência e consequentemente de pertencimento (BLAU e SCHWARTZ, 1997; FONTES, 2012).

Berger e Luckmann (1967) afirmam que na socialização as identidades são definidas paralelamente a apropriação subjetiva do mundo no qual ela é localizada. Aplicando essa colocação, isso significaria dizer que para alguém se tornar, por exemplo, protestante é necessário apreender, com a identidade de protestante, o universo na qual ela faz sentido; o que significaria a inserção dessa pessoa em uma dinâmica de interação e estabelecimento de laços com outros protestantes, os quais ao começarem a fazer parte de seu círculo social a levariam a experienciar uma sociabilidade de aspectos particulares.

O processo de socialização atrelado a esta nova sociabilidade, todavia, não apenas relaciona-se com o aprendizado de como se comporta um protestante ou de como é a interpretação do mundo dessa confissão de fé, pois

para se tornar algo, e encarnar tal papel como seu, há o aprendizado de uma economia emocional, de reflexão e de conduta que organizam a experiência no mundo nos mais diversos âmbitos, inclusive no emocional. O fato é que toda essa complexa mudança, que abarca elementos psicológicos e sociais, só foi possível para aquele que se tornou protestante porque na sua configuração social existiu uma organização reticular específica capaz de apresentar como possibilidade o contato com pessoas dessa expressão de fé.

O mesmo ocorre com o bem-estar subjetivo. Aprendemos o que é ser feliz através dos processos de socialização do qual participamos na construção de nossa identidade. Essa construção identitária está interligada a nossa trajetória enquanto atores sociais, o que, por sua vez, é uma leitura cultural do ciclo biológico que todos experimentam e que é constituído por passagens de status e combinações padronizadas de obrigações e privilégios que carregam cânones de condutas e organização emocional específica (HUGHES, 2005).

No decorrer de nossa carreira, nos inserimos em dinâmicas de interação particulares derivadas dos diversos laços sociais que fomentamos com outros atores, construindo assim nossos círculos sociais e padrões de sociabilidade, nos estruturando enquanto pontos em interação com outros pontos em um tecido social mais amplo e plural, conforme as especificidades da contemporaneidade. A partir dessas configurações reticulares, somos apresentados aos mais inúmeros projetos de felicidade, concepções de bem viver e manifestações particulares deste bem-estar, tudo conforme a bagagem de conhecimento do/sobre o mundo da vida que estão presentes nos diversos círculos sociais que se interseccionam na caminhada da nossa existência.

Pelas interações em nossos círculos, aprendemos particulares expressões e representações da felicidade e apreendemos aquela que nos será própria e particular, tomando-a como produto do nosso íntimo, fruto da subjetividade. O processo de apreensão do que é felicidade é paralelo e semelhante aquele pelo qual nos descobrimos enquanto pessoa, pois é dependente do reconhecimento social, daquilo que os outros creem e que paulatinamente tomamos como nosso através do processo de gênese do nosso eu e da descoberta da sociedade enquanto produto relacional.

A felicidade, portanto, só pode ser pensada em termos subjetivos porque fomos socializados e é atribuída socialmente, sustentada socialmente e transformada do mesmo modo. Mesmo que seja entendida por cada um como parte da essência de sua constituição enquanto ser e experimentada não somente a partir de nossa psiquê, mas também das sensações do nosso corpo, a nossa maneira de sentir-se feliz é construída e atribuída socialmente. Nas palavras de Berger (2001, p. 107), “A sociedade determina não só o que fazemos, como também o que somos. Em outras palavras, a localização social não afeta apenas nossa conduta; ela afeta também o nosso ser.”

4.2 LAÇOS SOCIAIS, PERTENCIMENTOS, RECURSOS, APOIO E BEM-ESTAR SUBJETIVO

Um segundo ponto onde se pode ver a influência das características das redes sociais em relação ao bem-estar subjetivo são os laços sociais e o conseqüente sentimento de pertencimento trazido por eles. Sabemos que a sociedade contemporânea é uma realidade complexa e que nela existe uma multiplicidade de pertencimentos disponíveis para os indivíduos. Dentro dos contextos urbanos, permeia no ar uma sensação de lúgubre desordem, apatia e indiferença, mas também um clima fresco de liberdade, diversidade e potência.

A vida urbana é constituída de uma convivência paradoxal de bolsões de solidão e espaços de intimidade e confiança. Na contemporaneidade, “coexistem, de fato, estruturas de sociabilidades primárias (constituídas de laços fortes) e secundárias (constituídas de laços fracos) cada uma delas gerando um padrão particular de vínculo social” (FONTES, 2012, p. 139). Assim, os laços fortes encerram em si uma realidade de grande intensidade emocional e intimidade, sendo mais comumente encontrados entre familiares e amigos. Enquanto isso, os laços fracos apresentam pouca intimidade e a ausência ou pouca frequência de serviços recíprocos, sendo mais comumente ligado aos contatos fora da alçada privada e emocional.

Os dois tipos de laços são fundamentais para o indivíduo e sua localização naquilo que chamamos antes de mundo da vida, isso ocorre porque é a partir do que experimentamos nas relações constitutivas dos laços que há acesso aos recursos que necessitamos tanto no que consta a aspectos materiais da vida, quanto para aqueles aspectos mais simbólicos e emocionais. Esses arranjos complexos estruturados e estruturantes do cotidiano são o bilhete de passagem tanto para um arcabouço de possibilidades de ação no mundo quanto de representação do mundo aos olhos de quem compartilha os mesmos círculos sociais.

A coexistência entre sociabilidades frágeis e duradouras, portanto, aponta para a realidade de que “as sociedades modernas se ancoram em modelos bastante complexos com articulações entre campos de sociabilidade localizados na esfera pública e privada, naquelas inscritas em campos institucionais amplos (esfera do poder e do mercado) ou restritos (famílias, interações primárias de forma geral)” (FONTES, 2012, p. 140). No nosso contexto, há tanto ações orientadas racionalmente e que tem como instrumentos e fins o dinheiro e o poder, localizando-se nos espaços de sociabilidade do mercado e do estado, quanto ações não orientadas pela razão instrumental que são indispensáveis para a manutenção da sociedade, reafirmando laços enquanto produzem uma solidariedade carregada de um conteúdo provindo das relações fomentadas no cotidiano, calcadas na associação voluntária e também em conteúdos sentimentais poderosos (FONTES, 2012).

Levando isso em consideração, no que consta ao bem-estar subjetivo, é possível afirmar que ambas as dimensões influenciam nos discursos e representação sobre a felicidade, pois “Passamos do mundo fechado ao universo infinito das chaves da felicidade” (LIPOVETSKY, 2007, p. 337), o que nos expõe, em maior ou menor intensidade, as variadas experiências de satisfação, bem-estar e regimes de bem disponíveis na contemporaneidade conforme nossos círculos sociais se inter cruzam (BLAU e SCHWARTZ, 1997).

Todavia, a influência se manifesta também na possibilidade de alcance aos capitais sociais diversos através das nossas configurações reticulares e não apenas na exposição de representações e ideais de felicidade. Os capitais gerados, acessados e gerenciados a partir dos laços sociais abrangem então tanto os aspectos mais íntimos da vida, se relacionando com a reciprocidade e solidariedade enraizada em vínculos de grande intimidade, quanto as formas de associação mais pública, as quais ligam-se a outros tipos de recursos como a propagação de informações e os serviços públicos (FONTES, 2011).

No que toca ao primeiro tipo de laço, o capital social pode se manifestar como assistência legal, apoio psicológico, fortalecimento e construção de novos afetos em situações trágicas como o homicídio de um parente (DOMINGUES e DESSEN, 2013) ou mesmo no enfrentamento do câncer, no que consta a minimização do impacto da doença sobre a vida do paciente, manifestando-se através da proteção contra sentimentos negativos, experimentação de momentos de diversão e relaxamento, melhora na saúde mental e na sensação de bem-estar (SANTANA, ZANIN e MANIGLIA, 2008). Em contextos menos extremos, mas também delicados, como a terceira idade, recursos como suporte e apoio social, envolvimento em grupos de atividades sociais, pertencimento religioso e residência em contexto rural apresentaram-se como elementos importantes para acréscimo no bem-estar subjetivo dessa população (OLIVEIRA, QUEIROZ e COSTA, 2012). Como se percebe, todas essas atividades requisitam uma sociabilidade mais ou menos ativa onde o idoso se insere como um ator imerso em uma rede composta por laços sociais relativamente coesos.

No que consta aos laços fracos e sua relação com o capital social e o bem-estar subjetivo cita-se seu papel essencial para difusão de informações e também obtenção de um emprego, o que ocorre por meio da criação de pontes mais curtas entre grupos através deste tipo de laço (GRANOVETTER, 1973). Difusão de informação e bem-estar relacionam-se de diversos modos e apenas a título de ilustração é possível exemplificar o caso de atores sociais que compartilham informações de itinerários de cuidado com vizinhos, colegas e trabalho e estranhos em filas, permitindo a propagação de informações sobre práticas terapêuticas alternativas, serviços médicos e práticas tradicionais de cura. No que toca ao trabalho, na atualidade o *networking* se tornou ferramen-

ta essencial para a obtenção de um emprego (FERREIRA, 2006) e este tem para maioria da população mundial um caráter positivo que não está apenas ligado ao ganho financeiro, mas também a ideia de sentido de vida, engajamento, convivência e interação, bem como sentimentos positivos (SILVA e TOLFO, 2012; FIDELIS, FERNANDES e TISOTT, 2017).

Todas essas informações servem para chamar a atenção para o relacionamento das redes sociais em suas mais diversas dimensões com o seguinte aspecto da felicidade:

cerca de metade dos bens cruciais para a felicidade humana não tem preço de mercado nem pode ser adquirida em lojas. Qualquer que seja a sua condição em matéria de dinheiro ou crédito, você não vai encontrar num *shopping* o amor e a amizade, os prazeres da vida doméstica, a satisfação que vem de cuidar dos entes queridos ou de ajudar um vizinho em dificuldade, a auto-estima proveniente do trabalho bem-feito, a satisfação do “instinto de artífice” comum a todos nós, o reconhecimento, a simpatia e o respeito dos colegas de trabalho e outras pessoas a quem nos associamos; você não encontrará lá proteção contra as ameaças de desrespeito, desprezo, afronta e humilhação. Além disso, ganhar bastante dinheiro para adquirir esses bens que só podem ser obtidos em lojas é um ônus pesado sobre o tempo e a energia disponíveis para obter e usufruir de bens não-comerciais e não negociáveis como o que citamos acima. Pode facilmente ocorrer, e frequentemente ocorre, de as perdas excederem os ganhos e de a capacidade de renda ampliada para gerar felicidade ser superada pela infelicidade causada pela redução do acesso aos bens que “o dinheiro não pode comprar”. (BAUMAN, 2009, p. 12)

A proposição que coloco aqui, portanto, é a da ideia de que a associação entre pessoas e a construção de laços sociais são geradores do bem-estar subjetivo, pois permitem a experimentação de bens que os recursos mercantis são impossíveis de acessar através de sua lógica. Apesar de ser um fato que laços sociais e associações de pessoas podem também gerar constrangimentos e violência, como no caso do estigma, um fenômeno que é interacional em essência, também é um fato que a desestigmatização, por exemplo, passa pela multiplicação e/ou fortalecimento de laços sociais (HISHAW, 2009), pois o apoio social acessado via laços fortes fomenta resiliência (FONTES, 2012).

O caso de pessoas com transtorno psíquico é emblemático. Elas enfrentam o retraimento da vida social e entram em um ciclo de morte social calcado no isolamento, exclusão, culpa e vergonha. No entanto, apesar dessa realidade marcada pelo sofrimento, é possível que essas pessoas por meio de suas configurações reticulares extraiam uma série de recursos para além daqueles que o dinheiro pode comprar, recebendo apoio e encontrando nas relações sociais entusiasmo, alegria, empolgação e partilha. Por mais que isso não seja algo fá-

cil ou mesmo frequente de ocorrer quando se fala de pessoas com transtornos mentais, é um indicativo de que vidas em sofrimento podem experimentar sentimentos ligados ao bem-estar quando protagonizam interações embebidas de contatos positivos (NASCIMENTO, 2015).

O mesmo efeito ocorre em atores que não apresentam um quadro de sofrimento psíquico. Sentimentos positivos emanam das boas relações, dos arranjos sociativos que tais atores protagonizam e são ingredientes fundamentais do seu bem viver. A aceitação social é uma prioridade de qualquer indivíduo e os laços sociais são uma fonte importante para a obtenção tanto da aceitação social quanto da sensação subjetiva de ser aceito. Sentir-se parte de algo, pertencente a um lugar tem um impacto no bem-estar individual na medida em que permite a construção de uma consciência do próprio ser enquanto ser em pertencimento de um todo para além de si mesmo, além disso, implica uma postura mais ativa na qual o associativismo e o protagonismo público podem se manifestar como consequência do sentir-se bem (NASCIMENTO, 2015).

Se, no primeiro ponto, eu explorei como as redes sociais de um indivíduo moldam a maneira como ele sente e percebe a felicidade a partir de sua socialização, neste segundo ponto a atenção recai para a relação dos laços sociais com o acesso aos mais diversos recursos promotores de bem-estar. Por ser esse conjunto de conteúdos encontrado nas relações sociais de uma rede, o capital social envolve tanto o âmbito mais individual quanto aquele coletivo, permitindo a alocação e utilização de diversos recursos que não poderiam ser acessados de outra forma. Muito embora a distribuição desse tipo de capital não seja igualitária, dependendo de diversos fatores tais como a posição do ator na rede e também sua identidade social ou prestígio na coletividade, sua posse permite a realização dos mais diversos objetivos que interseccionam recursos simbólicos e materiais através da organização dos laços de um determinado ator.

Essa realização de objetivos tem um impacto bastante substancial naquilo que entendemos como felicidade e bem-estar não somente porque na contemporaneidade a felicidade nos é trazida como um ideal e um valor, mas também porque a mobilização de recursos pelo uso do nosso capital social traz consigo a sensação de êxito e sucesso, os quais se constituem como elementos contributos para o bem-estar subjetivo, conforme é entendido atualmente (FERRAZ, TAVARES e ZIBERMAN, 2007). Neste sentido, as redes sociais se tornam cenários e concebedoras de estados de felicidade por dois motivos importantes: primeiro, a partir das interações vivenciadas nelas nós experimentamos e construímos nossos referenciais de bem-estar; segundo, elas também se apresentam como instrumentos de busca de felicidade na medida em que nessas mesmas interações nós encontramos os recursos necessários para obtermos os ingredientes sociais do ser feliz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do artigo foi abordar a questão da felicidade ou bem-estar subjetivo por uma ótica sociológica. O texto teve por objetivo apresentar argumentos propositivos que apontassem como fenômeno que é capturado como algo exclusivamente, ou melhor, predominantemente subjetivo, e, por isso da alçada da psicologia, possui uma série de características que são sociais. Sentir-se feliz é de fato algo do âmbito das emoções e do interior do nosso ser, mas isso não significa que não esteja embebecido pelo social, muito pelo contrário, aquilo que nos é mais individual só pode ser assim porque temos relação com outros seres humanos e compartilhamos com eles a capacidade de individuação. Ser feliz é algo que os indivíduos experimentam a partir das orientações advindas de seus horizontes sociais.

Contudo, para nós não bastava mostrar que a felicidade é um objeto sociológico legítimo e que possui características sociais, buscamos demonstrar que, para além disso, o bem-estar subjetivo envolve aspectos relacionais manifestos nas possibilidades e restrições que são apresentadas aos atores por suas configurações reticulares. Por ser um ensaio teórico, buscou-se construir um argumento embasado em um bojo teórico que me permitisse ao menos levantar de maneira coerente a hipótese de que as redes sociais influenciam na subjetivação da felicidade, na manifestação do bem-estar e também na construção dele. Na empreitada que é a jornada para a felicidade, nenhum indivíduo se vê sozinho, mas está mergulhado em um mar de interações constantemente tecidas e que implicam nele estratégias e entendimentos sobre como e o que é ser feliz. Dito isso, as linhas escritas não podem chegar a conclusões, não pode haver a pretensão de uma resposta conclusiva neste ensaio, porém deve haver um ponto final e que este seja um conjunto de inquietações propositantes para um tema instigante.

Primeiramente, o que se pode sugerir como esboços de respostas é que: (2) as pessoas inseridas em nossas redes sociais são responsáveis por nosso processo de socialização e isso significa também, mas não só isso, a apresentação de uma concepção particular do mundo, inclusive influenciando nas representações de fenômenos como a felicidade, o que é acompanhado por um aprendizado de uma economia emocional particular. Portanto, nossa construção subjetiva de entendimentos sobre o bem-estar é derivada do mesmo processo em que nos reconhecemos como pessoa e descobrimos a sociedade e se constitui como um fenômeno relacional que remete ao caráter intersubjetivo de nossa mente. (3) As redes sociais oportunizam os atores a se inserirem em grupos que propiciam interação e a associação de cunho positivo, fomentando sentimentos de bem-estar e potencialmente proteção contra as ameaças de desrespeito, desprezo, afronta e humilhação de modo que apresentam para

ele uma realidade de pertencimento e uma qualidade de relação social para além da lógica instrumental. (4) As redes sociais também são repositórios de capital social que pode ser usado para a obtenção de recursos que agreguem para os atores importantes contribuições para o bem-estar subjetivo, isto pode ser materializado de diversos modos desde conforto em momentos difíceis até apoio financeiro, jurídico e também na participação conjunta em atividades recreativas que impliquem em sentimentos positivos. (5) Finalmente, não só os recursos gerados, mas a própria realização dos planos e projetos, independente do capital social acessado, influenciariam no bem-estar subjetivo de um indivíduo na medida em que emergiriam disso sensações de êxito e sucesso.

Por fim, para não somente ficar na proposição de respostas teóricas e também por entender que um tema instigante necessita de encaminhamentos para pesquisa, gostaria de propor os seguintes *insights* para uma investigação empírica: (1) investigações focadas na socialização e sua relação com os círculos sociais na construção dos sentidos intersubjetivos de felicidade. Neste âmbito, seria possível, por exemplo, pensar como uma determinada socialização religiosa impacta na formação de atores sociais uma representação social da felicidade particular; também seria igualmente válido e relevante estudos que se propusessem compreender como se dá a construção do bem-estar subjetivo na juventude, talvez, relacionando-o com questões como o consumismo. (2) Estudos empíricos sobre associativismo, pertencimento e felicidade. Aqui, as pesquisas poderiam focar nos laços sociais e seu papel na formação dos grupos, das identidades sociais, na economia emocional relativa a eles e seus impactos no bem-estar subjetivo, se propondo a elucidar de forma empírica como grupos sociais, formados através de nossos círculos, nos auxiliam a experienciar sentimentos ligados a felicidade. (3) Como último ponto, sugerimos também a construção de sociogramas que deem conta de mapear os recursos relativos ao bem-estar e o caminho percorrido pelos indivíduos até eles. Nessa perspectiva, o intuito poderia ser demonstrar graficamente as conexões reticulares mais relevantes na captação dos recursos não mercantis, tais como o apoio social.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *A Arte da Vida*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009
- BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Editora Vozes: Petrópolis, 1967.
- BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas*: uma visão humanista. Florianópolis: Vozes, 2001.

BLAU, Peter Michael; SCHWARTZ, Joseph E.. ***Crosscutting Social Circles***: testing a macrostructural theory of intergroup relations. Orlando: Academic Press, 1997.

DOMINGUES, Daniela Fontoura; DESSEN, Maria Auxiliadora. Reorganização Familiar e Rede Social de Apoio Pós-homicídio Juvenil. ***Psicologia: Teoria e Pesquisa***, Brasília, v. 28, n. 2, p.141-148, abr./jun. 2013.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Muitas Felicidades! Diferentes regimes do bem nas experiências da vida. In: FREIRE FILHO, João (Org.). ***Ser Feliz Hoje***: Reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2010. p. 239-255.

FERRAZ, Renata Barboza; TAVARES, Hermano; ZILBERMAN, Monica L.. Felicidade: uma revisão. ***Revista de Psicologia Clínica***, São Paulo, v. 5, n. 34, p. 234-242, jun. 2007.

FERREIRA, Márcia Crespo. A Importância das Redes Sociais e o Gerenciamento de Carreira para a Inserção no Mercado de Trabalho. ***Pretexto***, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 21-38, jun./dez. 2006.

FIDELIS, Andréa Cristina Fermiano; FERNANDES, Antonio Jorge; TISSOTT, Priscila Bresolin. A Relação entre Felicidade e Trabalho: Um Estudo Exploratório com Profissionais Ativos e Aposentados. ***Psi Unisc***, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 29-32, dez. 2017.

FONTES, Breno Souto Maior. Tecendo Redes, Suportando o Sofrimento: sobre os círculos sociais da loucura. ***Sociologias***, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 112-143, nov. 2015.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. ***Redes sociais e Poder Local***. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.

FONTES, Breno Souto Maior. ***La contribución de Simmel a la sociología reticular***. Estudios Sociológicos, México, v. 32, n. 99, p. 527-552, Set. 2014.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. ***Redes, Práticas Associativas e Poder Local***. Curitiba: Editora Appris, 2011.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. ***American Journal Of Sociology***, Chicago, v. 78, n. 8, p.1360-1380, mai. 1973.

HINSHAW, Stephen P. ***The mark of shame***: Stigma of mental illness and an agenda for change. Oxford University Press, 2009.

HUGHES, Everett C. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. ***Teoria e Pesquisa***. n. 46, p. 163- 173, 2005.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Social Theory: Twenty Introductory Lectures**. New York: Cambridge University Press, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACMAHON, Darrin M., **Felicidade: uma história**. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

NASCIMENTO, Álvaro Botelho de Melo. **Estigma, sociabilidade e práticas terapêuticas: a terapia comunitária como âncora e alívio do Transtorno Mental**. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13983>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

OLIVEIRA, S.F.; QUEIROZ, M.I.N.; COSTA, M.L.A. Bem-estar subjetivo na terceira idade. **Motricidade**, Vila Real, v. 8, n. 2, p. 1038-1047, 2012.

SANTANA, Jeanny Joana Rodrigues Alves de; ZANIN, Carla Rodrigues; MANIGLIA, José Victor. Pacientes com câncer: enfrentamento, rede social e apoio social. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 40, n. 18, p.371-384, ago. 2008.

SHOTT, Susan. Emotion and Social Life: A Symbolic Interactionist Analysis. **American Journal Of Sociology**, Chicago, v. 84, n. 6, p.1317-1334, maio 1979.

SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa. Trabalho Significativo e Felicidade Humana: Explorando Aproximações. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 3, n. 12, p.341-351, set./dez. 2012.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As Sociologias de George Simmel**. Bauru: Edusc; Belém: EDUPFA, 2005.

ZHANG, Mingxin. Social network analysis: History, concepts, and research. In: **Handbook of social network technologies and applications**. Springer, Boston, MA, 2010. p. 3-21.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE TRADICIONAL E A SUA NOVA HISTÓRIA

*Comparative study between the history of traditional
accounting and its new history*

*Estudio comparativo entre la historia de la contabilidad
tradicional y su nueva historia*

Paulo Schmidt¹

Júlia de Medeiros Gass²

RESUMO

Desde o início de sua existência, a Contabilidade seguiu os passos evolutivos da sociedade. Inicialmente tudo era registrado de modo precário, mas, a partir do surgimento da escrita e dos números, os registros contábeis tornaram-se mais desenvolvidos e complexos. Esse processo evolutivo fez com que escolas de pensamentos contábeis se sucedessem através da história, especialmente com visões tradicionais, seguindo os preceitos sociais e políticos de sua época. Porém, a partir de 1929, surgiu uma nova perspectiva histórica para a contabilidade com o aparecimento da chamada Nova História da Contabilidade ou História Crítica, liderada por uma nova corrente de pensadores com ideias contrárias as apresentadas pelos tradicionalistas. A partir desse novo momento, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar quais as características que distinguem a Nova História da Contabilidade (NHC) da História Tradicional da Contabilidade (HTC). Para tanto, foi realizada uma análise descritiva e documental sobre a NHC e a HTC, aplicando-se uma abordagem qualitativa. O resultado indica que não existe consenso sobre esse processo evolutivo e que, ainda existem divergências significativas entre os defensores de cada corrente histórica. As principais contribuições do estudo estão relacionadas com o entendimento de que essa nova concepção sobre a história pode influenciar significativamente o foco de pesquisas sobre Contabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: História. História tradicional da contabilidade. Nova história da contabilidade.

1 Doutor em Controladoria pela Universidade de São Paulo; professor titular do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. pschmidt@ufrgs.br.

2 Pós-graduada em Gestão Empresarial – Instituto Federal do Rio Grande do Sul; Graduada em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Graduada em Administração de Empresas – Rede Metodista do Sul - IPA. juliamgass@yahoo.com.br.

ABSTRACT

From the beginning of its existence, Accounting has followed the evolutionary steps of society. Initially everything was recorded precariously, but from the onset of writing and numbers, accounting records became more developed and complex. This evolutionary process has led schools of accounting thinking to succeed each other through history, especially with traditional views, following the social and political precepts of their day. However, from 1929 a new historical perspective for accounting appeared with the emergence of the so-called New Accounting History or Critical History, led by a new chain of thinkers with ideas contrary to those presented by traditionalists. From this new moment, this study was developed with the purpose of presenting the characteristics that distinguish the New Accounting History (NAH) from the Traditional Accounting History (TAH). For this, a descriptive and documentary analysis was performed on NAH and TAH, applying a qualitative approach. The result indicates that there is no consensus on this evolutionary process and that there are still significant divergences between the proponents of each historical current. The main contributions of the study are related to the understanding that this new conception about history can significantly influence the focus of research on Accounting.

KEYWORDS: History. Traditional accounting history. New accounting history.

RESUMEN

Desde el comienzo de su existencia, la Contabilidad siguió los pasos evolutivos de la sociedad. Al principio todo era registrado precariamente, pero desde la aparición de la escritura y números, registros de contabilidad se convirtió en más desarrollado y complejo. Este proceso evolutivo ha hecho escuelas de pensamientos de contabilidad tuvisteis éxito a lo largo de la historia, especialmente con vistas al tradicionales, siguiendo los preceptos sociales y políticos de su tiempo. Sin embargo, en 1929, surgió una nueva perspectiva histórica para la contabilidad con la aparición de la llamada Nueva Historia de la Contabilidad o Historia Crítica, dirigido por una nueva corriente de pensadores con ideas que compiten con las presentadas por tradicionalistas. A partir de este momento nuevo, este estudio fue desarrollado con el objetivo de presentar cuáles son las características que distinguen a la Nueva Historia de la Contabilidad (NHC) de la Historia Tradicional de la Contabilidad (HTC). Para eso, un análisis descriptivo y documental fue realizado sobre la NHC y la THC, aplicándose un enfoque cualitativo. El resultado indica que no existe consenso sobre este proceso evolutivo y que hay todavía diferencias entre los defensores

de cada corrente histórica. Las principales aportaciones del estudio se relacionan con la comprensión de este nuevo concepto en la historia puedan afectar significativamente el enfoque de las investigaciones en la contabilidad.

PALABRAS CLAVE: Historia. Historia Tradicional de la Contabilidad. Nueva Historia de la Contabilidad.

Data de submissão: 03/04/2018

Data de aceite: 17/07/2018

1 INTRODUÇÃO

O tema História representa um dos principais tópicos nos atuais estudos no campo das Ciências Sociais, apesar de serem escassos os estudos históricos voltados para a área da Contabilidade, especialmente no Brasil. Como defendem Padilha e Borenstein (2005, p. 576): “é possível fazer sentido no mundo sem abordar a questão da história”?

Apesar dos estudos históricos serem mais raros do que em outras áreas de interesse contábil, no mundo existem periódicos que publicam exclusivamente estudos históricos de Contabilidade, como é o caso da norte-americana *The Accounting Historians Journal*, que iniciou suas publicações em 1974, da inglesa *Accounting History*, que passou a publicar em 1996, da espanhola *De Computis – Revista Española de Historia de la Contabilidad*, que começou suas publicações em 2004 e da inglesa *Accounting History Review*, que desde 1990 passou a publicar artigos em história da contabilidade (SCHMIDT e SANTOS, 2017).

No Brasil, mesmo não havendo nenhuma revista que se dedique exclusivamente à publicação de artigos de história da contabilidade, existem alguns pesquisadores que publicam nessa área, como é o caso de Silva (2017), Schmidt e Santos (2017), Miranda et al. (2013), Peleias et al. (2007), Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), Ricardino Filho e Martins (2003), dentre outros.

As pesquisas na área da histórica, como defende Barros (2011), têm se tornado mais complexas nos últimos anos, especialmente, considerando que o próprio conhecimento científico tem buscado mais especialidades nos processos de pesquisa.

Essa evolução nas pesquisas históricas, também repercutiu diretamente no próprio estudo da história da contabilidade, principalmente a partir do surgimento da chamada Nova História. Como destaca Burke (1992), as pesquisas histórias passam a direcionar seus focos para toda atividade humana, não apenas para os grandes homens e líderes mundiais, mas para as opiniões das pessoas comuns, fazendo com que a história passasse a ser explicada por outras fontes e não apenas por documentos tradicionais, onde o próprio historiador passou a entender a dificuldade de explicar como os fatos realmente aconteceram.

Esse processo evolutivo de uma visão tradicional para uma nova visão da Contabilidade foi denominado por Carnegie (2014) como a transição da História da Contabilidade Tradicional (HCT) para a Nova História da Contabilidade (NHC).

O surgimento da chamada Nova História da Contabilidade, conforme Esteve (1997), pode ser considerado um dos acontecimentos mais importantes dos últimos anos na Contabilidade. Assim, essa nova visão baseou sua pesquisa em várias disciplinas sociais para fazer uma “história total”, ou seja, uma história única, mas tendo a influência de outras áreas. Ela considera que “tudo tem um passado que, em princípio, pode ser reconstruído com o resto do passado” (Burke, 1992).

O estudo da NHC tem despertado o interesse de vários pesquisadores do mundo, objetivando entender pontos como o significado dessa transição, seus principais conceitos, quais são as implicações para o estudo da História da Contabilidade, dentre outros. Dentre os pesquisadores, podem ser destacados Carnegie (2014), Bertalan e Napier (2013), Carmona, Ezzamel e Gutiérrez (2004) e Miller, Hopper e Laughlin (1991).

A partir desses e de outros estudos contábeis com abordagem evolutiva da perspectiva tradicional para a nova história da contabilidade, esse trabalho busca contribuir para o entendimento da seguinte questão: quais as principais diferenças conceituais entre o estudo da História Tradicional da Contabilidade e da Nova História da Contabilidade?

Esse artigo inicia com a apresentação do intento que será desenvolvido, seguido dos estudos relacionados com os principais conceitos de História Tradicional e da Nova História da Contabilidade, dos procedimentos metodológico utilizados na pesquisa, e encerra com a apresentação das principais diferenças conceituais entre os dois enfoques históricos de análise da Contabilidade e as considerações finais.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE HISTÓRIA

O objetivo desta seção é apresentar o conceito e a caracterização da história como um ramo do conhecimento humano, da história tradicional, assim como da nova história.

2.1 HISTÓRIA COMO UM RAMO DO CONHECIMENTO HUMANO

Segundo Maia et al (2011, p. 139) a história “que significa em grego “ver”, “começou com um relato, a narração daquele que pode ouvir e vêem mantendo este aspecto de “história testemunho” no processo de seu desenvolvimento. Os autores ainda mencionam que a história “é constituída pela expe-

riência humana vivida integral e socialmente, numa constante contradição de ideias, necessidades e aspirações que se manifestam num movimento de “fazer, desfazer e refazer” (MAIA et al, 2011, p. 139).

Dessa maneira, “a história é ciência e não arte, consistindo a tarefa do historiador não em evocar ou reviver o passado [...] mas sim em narrar/descrever os acontecimentos deste passado tal como eles realmente se passaram” (FALCON, 1997, p. 66). Corroborando com o autor, Maia et al citam que:

A constituição de bibliotecas e arquivos e elaboração de métodos de crítica científica vêm conferindo a história, desde o século XVII, o “status” de ciência. O fato de não “existir história sem erudição” vem sendo questionada no século XX a partir da crítica de noção de fato histórico, que é definido como objeto que não é acabado, pois resulta da construção do historiador (MAIA et al, 2011, p. 139).

A partir da história, tem-se a historiografia que se trata de um ramo da ciência que estuda a evolução no desenvolvimento histórico global. A ideia é da história como estudo do homem no tempo por meio da redefinição de conceitos fundamentais como documento, fato histórico e tempo (Costa et al, 2010). Os autores citam ainda, as principais características da historiografia:

a) discurso histórico construído em função de uma epistemologia empirista; b) análises de curtos períodos temporais; c) foco no âmbito político e na atribuição de relevância aos eventos conjunturais e personagens específicos (história baseada em ideias e ações de alguns poucos agentes históricos individuais) (COSTA et al, 2010, p. 293).

Durante o começo do século XX “manteve-se quase inalterada a hegemonia da historiografia política tradicional, começando o seu declínio somente a partir dos anos 1930 com a história social e a partir dos anos 1970 com a nova história” (Costa et al, 2010, p. 293).

No século XX, a historiografia renovada promove um profundo questionamento tanto da noção de fato histórico (não mais um objeto dado e acabado e sim construção do historiador) quanto da noção de documento (noção ampliada e não mais considerado algo objetivo e inocente). A própria ausência de documentos passa a ser significativa, pois elucida que estes são sempre produtos de uma sociedade que os fabricou segundo relações de dominação e poder (COSTA et al, 2010, p. 294).

Esse movimento em direção a um novo tipo de história foi iniciado e conduzido por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, com a publicação do primeiro número da revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Foi o início da disciplina de história às temáticas e métodos das outras ciências humanas por meio da formulação de novos problemas, novos métodos e novas abordagens da pesquisa histórica (CASTRO, 1997).

Assim, as maiores dificuldades para os novos historiadores são as que estão relacionados às fontes e aos métodos: “quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais” (BURKE, 1992, p. 25).

Esse novo grupo de pesquisadores tem estudado ideias contrárias às clássicas, dissociando-se das escolas tradicionais, o que gerou a nova história. “O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional. Esta percepção da inadequação só pode ser compreendida se olharmos além do âmbito do historiador, para as mudanças no mundo mais amplo” (Burke, 1992, p.7).

Portanto identificar as visões provenientes do debate entre as perspectivas da história tradicional e da história nova pode contribuir para: “a) melhor compreensão dos fenômenos administrativos; b) formação de pesquisadores mais conscientes de seus caminhos de pesquisa e c) fortalecimento da interdisciplinaridade por meio da criação de vínculos mais profundos entre as áreas” (Costa et al, 2010, p. 290).

2.2 HISTÓRIA TRADICIONAL

Segundo Le Goff (1992, p. 9), a história começou como uma história relato ou como testemunho, assim como “a narração daquele que pode dizer ‘eu vi, senti’”. Dessa forma a ciência histórica passou a priorizar a reunião de documentos escritos, transformando-os em testemunhos.

A visão tradicional dedicou seus esforços para compartilhar a história com a “história oficial”, como uma história cujo objeto principal de investigação era os fatos políticos. Sua atenção foi direcionada exclusivamente por instituições como o Estado, a Igreja e a Guerra, o que resultou em histórias centradas nas façanhas dos “Grandes Homens (aqueles que verdadeiramente fazem história), tratando-os como eventos únicos (às vezes predestinados) que dão novas orientações para a vida de uma nação ou de uma sociedade” (MARTÍN, 2006, p. 189).

A história tradicional é caracterizada como:

Uma narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens e legitimada por uma visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo e disseminando seus objetos, princípios e métodos mesmo diante de tentativas de contestação a esse tipo de narrativa (COSTA et al, 2010, p. 296).

Dessa forma, essa visão não se vinculou à vida cotidiana dos homens, importando apenas com os grandes fatos e os grandes personagens, uma história conclusa aos grandes feitos e às grandes narrativas, o que era um

movimento quase que inerte (CLEMENTE, 2011). Assim, perdurou durante muito tempo como “objeto por excelência na produção histórica” (FALCON, 1997, p. 65).

Esta abordagem considera que a história podia ser vista como uma série de decisões econômicas racionais e que tinha como função o ensinamento por meio de exemplos reais e ilustres, o que levaram ao progresso que foi feito até hoje. Vale destacar que esta visão é a predominante da história, em que considera uma série de eventos encadeados até o fim (MARTÍN, 2006).

O paradigma tradicional pregava que a disciplina devia dizer respeito essencialmente à política. “História é política passada; política é história presente”, nas palavras de Sir John Seeley (BURKE, 1992). Desse modo, essa dimensão política era vista a partir do Estado e dedicava às grandes homens, batalhas e guerras, considerando predominantemente aqueles documentos oficiais.

2.3 NOVA HISTÓRIA

Durante o século XX surgiram novas concepções do conhecimento histórico tradicional, repercutindo em diversos outros caminhos para a pesquisa histórica, através de diferentes abordagens e problemas. “Os autores dessas novas concepções, mesmo que não comunguem de uma homogeneidade de ideias e posicionamentos perante a História, alinham-se a uma corrente historiográfica que passou a denominar-se Nova História” (MAIA et al, 2011, p. 139).

Este novo paradigma “possibilitou historicizar novos temas que antes não eram pesquisados e novas metodologias e técnicas para a análise das fontes concorrendo para o melhor desempenho da investigação”. [...] Assim, a história também pode ser revista ganhando novas respostas historiográficas e outros temas podem ser investigados “provando que tudo e todos têm uma história a ser desvendada e reconhecida” (MAIA et al, 2011, p. 140).

Essa visão também tem sido chamada de história vista de baixo, pois se trata de uma história relacionada com o movimento, às mudanças econômicas e sociais, com a sociedade, e entre os outros; assim sem desvalorizar os “grandes feitos” que não deixam de ser importantes. Esta pretensão da história total requer fontes documentais que não sejam apenas oficiais, mas produzidas por setores que “não tinham história” e, portanto, tendem a investigar história oral, estatística, etc. (MARTÍN, 2006).

Assim, a história vista de baixo considera as opiniões das pessoas comuns com suas experiências da mudança social e da história da vida cotidiana, o que difere da história tradicional, que vê os fatos “de cima” concentrados nos grandes feitos, nos grandes homens e na elite.

Conforme Maia et al (2011, p. 139) a nova história “tem uma tradição própria, a dos fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*,

editada a partir de 1929, e faz uma crítica à noção de fato histórico, como se houvesse uma “realidade histórica acabada que se entregaria por si só ao historiador”. Sobre os *Annales*, os autores mencionam:

Os primeiros historiadores dos *Annales* são vistos como responsáveis por uma nova concepção historiográfica, pela ampliação da noção de “fonte histórica”, pela valorização de uma “história estrutural” em oposição à “história factual”, por uma prática interdisciplinar e por uma série de outras contribuições (MAIA et al, 2011; p. 139).

Já Burke (1992) cita:

Para muitas pessoas, a nova história está associada à Lucien Febvre e a Marc Bloch, que fundaram a revista *Annales* em 1929 para divulgar sua abordagem, e na geração seguinte, a Fernand Braudel. Na verdade, seria difícil negar a importância do movimento para a renovação da história liderado por esses homens (BURKE, 1992, p. 5).

Associada à chamada *École des Annales*, “La nouvelle histoire”, expressão francesa de A Nova História, é o título de uma coleção de ensaios do francês Jacques Le Goff. Apesar de não ter uma definição exata, este movimento é a união daqueles que se opõem as ideias tradicionais. É a história escrita como uma reação contra o “paradigma” clássico (BURKE, 1992). “É por isso difícil apresentar mais que uma descrição vaga, caracterizando a nova história como história total (*histoire totale*) ou história estrutural. [...] Em outras palavras, definir a nova história em termos do que ela não é, daquilo a que se opõem seus estudiosos” (BURKE, 1992, p. 2).

Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência — com muita frequência — considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado (BURKE, 1992, p. 2).

Os novos historiadores estão enfrentando problemas de definição porque eles “estão avançando em território não familiar. Como normalmente fazem os exploradores de outras culturas, eles começam com uma espécie de imagem negativa daquilo que estão procurando” (Burke, 1992, p. 6). Entretanto, outros obstáculos surgiram:

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística (BURKE, 1992, p. 8).

Este novo paradigma faz com que o pesquisador não utilize apenas um simples modelo de análise, mas sim, que ele busque uma conexão entre a teoria e a filosofia, para agregar valor positivo à sua pesquisa, além de trazer inúmeras possibilidades de vantagens, como uma melhor interpretação e compreensão dos significados e sentidos dos eventos e contribuir para o desenvolvimento e construção do conhecimento histórico (MAIA et al, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo foi classificada quanto aos seguintes aspectos: pela forma de abordagem do problema; de acordo com seus objetivos; e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa. Tal pesquisa de acordo com o Minayo (1994, p. 21), “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de qualidade que não pode ser quantificado”. Já Lima (2008, p. 40) destaca que a “abordagem qualitativa pressupõe a investigação de aspectos sociologicamente construídos e que, por isso, não são facilmente mensuráveis”. Bauer e Gaskell (2012, p. 24) também demonstram a importância da pesquisa qualitativa:

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possam medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria (BAUER e GASKELL, 2012, p. 24).

Ou seja, a pesquisa foi classificada nesse aspecto, pois os dados que foram analisados, não eram numéricos, mas sim de diferentes abordagens, o que possibilitou ao pesquisador informações mais aprofundadas e maior liberdade na condução dos documentos a fim de obter melhores respostas, aprofundando os pontos que se considerarem mais importantes para o cumprimento dos objetivos do estudo.

De acordo com objetivos propostos, a pesquisa é descritiva. Este tipo de pesquisa tem como finalidade descrever características de uma determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2009). Para Cervo e Bervian (1996, p. 49) “a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão, com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

A pesquisa em questão teve o objetivo de descrever e analisar as características que distinguem a NHC da HTC. Assim, quanto aos procedimentos técnicos utilizados, o estudo classificou-se como pesquisa documental.

A estratégia de Pesquisa Documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. [...] a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p. 55).

Foi utilizado este tipo de procedimento, pois foi realizada a pesquisa em documentos e artigos publicados como fonte de dados, informações e evidências. Dessa forma, o plano de coleta foi investigar documentos, livros e artigos publicados referentes ao assunto em questão.

A análise de dados foi realizada através de uma análise de conteúdo. Já Bardin (1977, p. 42 apud VERGARA, 2006, p. 16) a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para Vergara (2006), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados, que busca identificar o que foi dito acerca de um determinado assunto e também pode ser utilizada tanto para fins exploratórios (de descoberta), quanto para fins de verificação para confirmar ou não hipóteses e suposições preestabelecidas.

4 A TRANSIÇÃO DA HISTÓRIA TRADICIONAL DA CONTABILIDADE PARA A NOVA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

Esta seção apresenta a História Tradicional da Contabilidade, a Nova História da Contabilidade e as diferenças entre elas.

4.1 HISTÓRIA TRADICIONAL DA CONTABILIDADE

A História Tradicional apresenta uma dimensão técnica da contabilidade, que a prioriza como um sistema de mensuração e comunicação de transações econômicas para chegar a representações verificáveis próximas à realidade. Por um longo período, essa visão técnica foi privilegiada com características de neutralidade e objetividade e utilidade para a tomada de decisões (GOMES, 2008).

Como citado por Morgan e Willmott (1993, p. 8), “nesta visão, a contabilidade é incontestável porque é simplesmente medir ou relatar a realidade”. Assim, cabe ressaltar que na contabilidade tradicional o lado social não foi

explorado, entretanto, não quer dizer que ele tenha sido ignorado, o fato é que não houve a mistura dos dois, da técnica e do social, ou não foi devidamente levado em consideração (GOMES, 2008).

“Ciente da importância do contexto e do meio ambiente, era natural para que os historiadores tradicionais da contabilidade julguem os registros contábeis históricos em termos de sua capacidade de fornecer informações úteis para a tomada de decisões” (CARNEGIE e NAPIER, 1996, p.15).

A história da contabilidade seria pouco mais do que uma história de progresso em que a contabilidade evolui em resposta aos desenvolvimentos técnicos de um determinado período.

A contabilidade é relativa e progressiva. Os fenômenos que formam seu objeto estão em constante mudança. Os métodos mais antigos tornam-se menos efetivos em condições alteradas, ideias anteriores tornam-se irrelevantes diante de novos problemas. Assim, as condições circundantes geram novas ideias e estimulam os engenhosos para aconselhar novos métodos. E, como tal, ideias e métodos são bem sucedidos, eles, por sua vez, começam a modificar as condições circundantes (LITTLETON, 1966, p. 361).

Assim, percebe-se nas escolas dos pensamentos contábeis que o progresso contábil está relacionado com os fatos ocorridos na economia. Conforme Canabarro (2008, p. 41) “as escolas históricas possuem características próprias, o que influenciou diretamente na concepção de historiografia, pois esta muda de acordo com cada uma”. O autor ainda cita que elas representam a maneira “como os historiadores pensam, como formulam seus trabalhos de pesquisa e como constroem o próprio conhecimento histórico” (CANABARRO, 2008, p. 41).

A Contabilidade é tão antiga quanto a história da civilização humana. A sua evolução está diretamente relacionada e ligada com a história política e econômica do mundo, caracterizando-se assim, como uma visão tradicional. (SÁ, 1997).

A História da Contabilidade divide-se, pois, em nítidos períodos, cada um servindo de base para demarcar as evoluções, embora a maior parte de nosso saber se tenha situado, apenas, no campo dos registros e demonstrações, em razão do imenso valor que a humanidade atribuiu à escrita, como arte, e ao poder da memória gravada que ela ofereceu como fonte de evidência, controle, base de decisão e prova. A escrituração contábil nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registro da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria. A História da Contabilidade, pois, percorre milênios, participando das diversas modificações sobre o uso da riqueza e dos recursos sobre os meios de registro (SÁ, 1997, p. 11).

Ao pensar na História da Contabilidade, surgem as escolas contábeis, em que se deve entender como se deu o surgimento e o contexto na época em que estavam inseridas. Percebe-se que elas estão relacionadas com os acontecimentos sociais, econômicos e políticos que ocorreram no mundo, e dessa maneira muitas delas, sofreram grandes influências desses fatos, o que conseqüentemente, fez com que se tornassem parte da história tradicional.

A história da contabilidade é tão antiga quanto à própria história da civilização. “Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos” (ZANLUCA e ZANLUCA, 2017, p. 01).

Não se sabe exatamente quando começaram os primeiros registros contábeis, mas se tem conhecimento que na época dos sumérios já havia alguns indícios, através de registros primitivos de pagamentos, em placas de barro. Com o passar do tempo, diversos outros povos como egípcios, romanos e entre outros, também tiveram a sua forma de anotar suas transações.

Alguns historiadores relatam que os primeiros sinais da existência das contas datam de aproximadamente 4.000 A. C.. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar as primeiras ferramentas e instrumentos de caça e pesca disponível, ao contar seus rebanhos, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade (COTRIN et al., 2012, p. 45).

No início do século XIV, com as grandes navegações, conseqüente do aumento do comércio que ocorria na Europa, veio junto à peste bubônica. Conhecida como peste negra, essa infecção matou mais de um terço da população em curto espaço de tempo. Devido a ela, a mão de obra começou a tornar-se escassa, pois já não havia quem trabalhasse. Aproveitando a situação, muitos trabalhadores começaram a cobrar mais por seus trabalhos, o que fez muitos deixarem o campo atrás de salários maiores. Os efeitos dessa doença e outros fatores resultaram no declínio do sistema feudal (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

Com o passar do tempo, toda a instabilidade em que a Europa passou durante o século XIV, virou um novo período, que foi marcado por expansão e crescimento. O sistema feudal entrou em crise e os trabalhadores já não tinham mais interesses em voltar para os campos, pois estavam em busca de condições e salários melhores, fazendo com que as cidades comesçassem a crescer, e junto com ela, o comércio. Assim o trabalho escravo cedia lugar ao trabalho assalariado, alterando-se as relações de trabalho. Esse processo gerou a acumulação de capital, tornando os registros mais complexos (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

A partir desse momento, o comércio começa a se desenvolver devido a necessidade de tentar atender a toda nova população que estava se desenvolvendo e ao interesse dos comerciantes em lucrar mais. Em razão das intensas

vendas e trocas que estavam acontecendo, cresce ainda mais as relações econômicas, surgindo pequenos e grandes comerciantes, que sentem a necessidade de fazer registros e anotações sobre as combinações feitas entre eles.

Foi pensando no futuro, devida a preocupação em ter que saber de todos seus bens, rendimentos, produção e oportunidades de crescimento de seus negócios, que levou o homem a fazer os seus primeiros registros, e assim, mais tarde surgindo à necessidade do controle (COTRIN et al., 2012).

“À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros (ZANLUCA e ZANLUCA, 2017, p. 01).

Em virtude dessa maior preocupação com as anotações, começam a aparecer os processos contábeis, com o surgimento da primeira escola, a Contista, no século XV. Esse pensamento tinha como base o sistema de contas, que tinha a preocupação em registrar dívidas a receber ou pagar, ou seja, o haver e dever. Como tudo era muito simples, apenas as combinações feitas entre os comerciantes e compradores, que era o sistema que eles precisavam na época, eram registradas. Esse sistema é reflexo ainda de um sistema muito primitivo de relações econômicas, onde a escrituração era muito fragmentada e pouca, pois não havia tanta necessidade já que eram poucas as relações existentes, não precisando de uma contabilidade mais complexa, pois ainda o comércio estava no início (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

A introdução da técnica contábil nos negócios privados foi uma contribuição de comerciante italiano do sec. XII. Quando apareceu o *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade das Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde a teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano. Pacioli apesar de ser considerado o pai da contabilidade, não foi o criador das partidas dobradas, o método já era utilizado na Itália, principalmente na Toscana, desde o século XIV (COTRIN et al., 2012, p. 47).

Luca Pacioli enfatizou que “a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano” (ZANLUCA e ZANLUCA, 2017, p. 02).

Segundo Schmidt e Santos (2006, p. 34), Pacioli incluiu esse método no *Summa*, “por achar bastante necessário ao mercado, que deve saber registrar corretamente suas contas, a partida de crédito e de débito e seus correspondentes e também determinar os lucros e as perdas de todo o negócio”.

Juntamente com esse crescimento que a Europa teve, houve intensificação das navegações marítimas, onde foram se descobrindo novas rotas e novos comércios. Com esses avanços, os comércios foram se desenvolvendo até chegar à Espanha e Portugal, que se tornaram os novos centros comerciais. Esse novo foco fez com que as cidades italianas comessem a decair e entrar em recessão econômica, pois já não era mais de grande interesse, como antes (SCHMIDT e SANTOS, 2006). Após o período, de imenso crescimento econômico, político e social, as cidades italianas, começam a entrar numa época de declínio e juntamente com ela, a contabilidade também vive esse período de estagnação, que foi de 1494 e durou até 1840, com o surgimento da obra “*La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche*” de Francesco Villa (SCHMIDT, 2000).

O termo “Era da Estagnação”, para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 45) não é muito apropriado, pois “esse período se iniciou como uma era de descobrimento e encerrou-se como uma era de revolução”. Na verdade, durante esse momento, não surgiram outros pensadores, porém foi a época da consolidação contábil, com a divulgação do sistema das partidas dobradas pelo mundo inteiro.

Depois de anos de estagnação, a Inglaterra, passa por um período de crescimento, fruto de uma série de fatos, como o melhoramento da saúde e nutrição da população, devido a boas colheitas e baixo preço do alimento. Esse desenvolvimento fez com que a população aumentasse, e em razão disso, surgisse a necessidade de novos trabalhos para atender aquela demanda crescente. O resultado disso foi o aumento das fábricas e conseqüentemente, o aumento da produção. Iniciava a era da Revolução Industrial. Diante desses novos fatos que vinham acontecendo, foi crescendo a necessidade de uma contabilidade que englobasse outros requisitos, além do crédito e do débito. Havia a vontade de obter mais informações sobre o que era produzido e os seus custos, ou seja, de um sistema que abrangesse mais dados e que fosse mais complexa (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

Da necessidade de uma contabilidade mais completa, em 1840, inicia a contabilidade do mundo científico, que dura até hoje, com o surgimento da escola lombarda ou administrativa, com Francesco Villa. Foi uma escola científica, que acreditava que contabilidade não deveria ficar restrita a estruturação, mas ser voltada para o controle da gestão também. Esses interesses dos autores da época se deram em função ao crescente número de fábricas e aos adventos econômicos da Revolução Industrial, que trouxe uma contabilidade mais complexa e preocupação maior com a administração dos negócios.

O período científico foi aquele em que as doutrinas se agigantaram determinadas, não só em buscar a delimitação de um objeto verdadeiro de estudos para a Contabilidade, mas também,

especialmente de buscar conhecer a substância gerida pelo ser humano no sentido da satisfação de suas necessidades materiais (SÁ, 1997, p. 55).

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 46) consideram este período o segundo importante avanço da contabilidade, pois foi:

Marcado por grandes transformações, uma vez que os detentores do poder, ou seja, os empresários da época começaram a fazer grandes investimentos e, por outro lado, houve a necessidade de contratação de mão-de-obra para trabalhar por mais tempo nas empresas e não por um período determinado.

Os pensadores da lombarda, influenciados pelo contexto da época, queriam melhorar as informações a serem passadas para os proprietários das fábricas, aliando a contabilidade com a administração, visando a produtividade com a máxima qualidade. Francesco Villa, uns dos principais autores, surge com os princípios econômicos gerais, mostrando a preocupação com a gestão das organizações e defendendo a ideia de que para um novo empreendimento, precisavam-se analisar vários procedimentos e fazer cálculos (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

Francesco Villa deu início ao grande progresso da Ciência Contábil:

Extrapolou os conceitos tradicionais de Contabilidade, segundo os quais escrituração e guarda livros poderiam ser feitas por qualquer pessoa inteligente. Para ele, a Contabilidade implicava conhecer a natureza, os detalhes, as normas, as leis e as práticas que regem a matéria administrada, ou seja, o patrimônio (ZANLUCA e ZANLUCA, 2017, p. 08).

Nas próximas décadas não houve fatos marcantes na história, pois a Revolução Industrial ocorria na Inglaterra e os outros países estavam na fase de desenvolvimento e industrialização. Como ainda era início desse novo período, a sociedade alemã, francesa e outras, estavam ainda sem muita evolução, começando um pouco mais adiante, no desenrolar da Revolução. Nesse momento a contabilidade, apresentou escolas como a personalista, que era mais focada com a ideia geral de personalizar as contas, ou seja, as contas deveriam ser abertas por pessoas envolvidas, como pessoa física ou jurídica (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

Sá (1997, p. 70) afirma que “o personalismo foi uma corrente que se ligou aos conceitos jurídicos, pessoais, mas, com sérios desenvolvimentos, também, com a administração”. Essa escola foi fundada na segunda metade do século XIX e teve muitos seguidores, como: Francesco Marchi, Giuseppe Cerboni e Giovanni Rossi (SCHMIDT, 2000).

A teoria personalista teve extraordinário impulso com o trabalho desenvolvido por Cerboni, que teve grande interesse pelo aspecto jurídico das relações entre o proprietário e a entidade,

aspecto esse não abordado no trabalho de Marchi. Marchi foi o iniciador e Cerboni, o construtor da teoria personalista (SCHMIDT, 2000, p. 61).

Por volta de 1860, o mundo começa numa nova era, a Segunda Revolução Industrial, onde países como Alemanha, França, Rússia, Itália e EUA começam a se industrializarem, além disso, estavam também em busca de novos territórios e de capitais para financiamento de suas indústrias. Nessa época surge a escola controlista, por volta de 1880 em Veneza, Itália, que tinham pensadores com que acreditava no controle da riqueza administrativa, tendo três fases: gestão, direção e controle (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

Como menciona Sá (1997, p. 80) “A escola personalista, Toscana, com grande força e prestígio, encontrou sua contestação ferrenha com o aparecimento da escola de Veneza (controlista)”.

Na Alemanha e Itália, a contabilidade começa a se desenvolver em torno de 1919 e 1920, respectivamente, resultado de fatores como: o desenvolvimento industrial mais tardio de ambas e início das crises, consequência da Revolução Industrial, o que gerou a necessidade de uma contabilidade que trouxesse mais informações. Conforme isso, o desenvolvimento na Escola Alemã, segundo Schmidt e Santos (2006, p. 123) “se deve, em parte, às crescentes necessidades dos usuários contábeis dos vários setores da contabilidade”. E a Escola Italiana, ou *aziendal*, tinha como ideia a de “mostrar que o fundamento, era ter acrescido a parte científica da contabilidade, sendo, a organização, administração e o controle, contribuindo assim, à ciência administrativa e esquecia-se do campo da contabilidade ao levantamento patrimonial, só se lembrando das empresas” (MARQUES, 2010, p. 21).

A partir de 1920, surge a escola americana. “Enquanto declinavam as escolas europeias, floresciam as escolas norte-americanas com suas teorias e práticas contábeis, favorecidas não apenas pelo apoio de uma ampla estrutura econômica e política, mas também pela pesquisa e trabalho sério dos órgãos associativos” (ZANLUCA e ZANLUCA, 2017, p. 08).

“A teoria contábil avançou de acordo com as novas necessidades que se apresentaram, mas foi nos EUA que a contabilidade evoluiu para a prática” (COTRIN et al., 2012, p. 48). A escola norte americana apresentou a divisão da contabilidade em financeira e gerencial, sendo que teve destaque na área financeira com a padronização da contabilidade e com o surgimento de Associações.

O surgimento do American Institut of Certield Public Accountants foi de extrema importância no desenvolvimento da Contabilidade e dos princípios contábeis; várias associações empreenderam muitos esforços e grandes somas em pesquisas nos Estados Unidos. Havia uma total integração entre acadêmicos e os já profissionais da Contabilidade (ZANLUCA e ZANLUCA, 2017, p. 09).

Conforme Schmidt e Santos (2006, p. 74) a “intensa participação das associações profissionais no desenvolvimento prático e teórico da disciplina”. As associações foram de extrema importância, pois foram elas que desenvolveram a contabilidade, através de duas principais: American Accounting Association (AAA) e American Association of Public Accountants (AICPA). Já a área gerencial foi importante, pois ajudou na gestão do capital obtido, em consequência da industrialização, financiamentos e empréstimos, e para adequação das demonstrações contábeis. Essa escola foi resultado da necessidade da sociedade, tanto proprietários e quanto banqueiros, que estava precisando de uma contabilidade mais qualificada, padronizada e completa, além das associações, que tiveram inúmeras contribuições como, publicações, criação de revista, proposta, regulamentações e entre outros (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

Nos inícios do século atual, com o surgimento das gigantescas corporações, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que os Estados Unidos da América experimentou e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis. Não é por acaso que atualmente o mundo possui inúmeras obras contábeis de origem norte-americanas que tem reflexos diretos nos países de economia (ZANLUCA e ZANLUCA, 2017, p. 09).

Assim, com a evolução da contabilidade, surge a Nova História da Contabilidade, formada por uma corrente de pensadores com novas concepções e ideias.

4.2 NOVA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A NHC não constitui certamente uma escola ou corpo unitário de doutrina. Mas os seus partidários compartilham ideias e tendências comuns, que os distanciam da forma tradicional como a História da Contabilidade sempre tinha sido entendida (LIMA, 1999, p. 01).

O aparecimento da “Nova História da Contabilidade”, sem dúvida o acontecimento mais importante surgido no seio desta disciplina nos últimos quinze anos e provavelmente causador de grande parte do novo interesse que ela desperta. Os seus impulsos geradores procedem da união entre o novo paradigma crítico radical da investigação contabilística, com a discussão metodológica e epistemológica que agita as águas das ciências históricas desde há cerca de duas dezenas de anos (LIMA, 1999, p. 01).

Este novo paradigma considera a ideia de que a contabilidade “não deve ser estudada unicamente como uma técnica, mas também como uma peça do contexto social e organizativo da sociedade” (ESTEVE, 1997, p. 2). Como argumenta Miller (1994, p. 20), “se quisermos entender plenamente como

surgiram formas particulares de contabilidade e por que isso lhes é concedido, temos que ir além dos limites da organização e examinar a prática social e institucional da contabilidade”.

Chamada também de história “crítica” da contabilidade, ela “baseia seu estudo análise na interpretação das implicações mútuas com o contexto em que tais práticas são realizadas e não com em práticas contábeis isoladas” (MARTIN, 2006, p. 194).

Durante anos, o estudo da contabilidade era relacionado apenas com a concepção de contabilidade como mera prática técnica, sendo explicada apenas por razões econômicas, como no caso das escolas contábeis. No entanto, recentemente, a literatura assumiu um entendimento, em que ela também pode ser uma prática social, que ultrapassa a ideia anterior de ser uma única técnica neutra (GOMES, 2008).

Miller (1994) menciona que há pelo menos três aspectos diferentes da contabilidade como prática social, que são complementares entre si, são elas: como uma tecnologia; a linguagem e os significados, que são os raciocínios intrínsecos e o domínio da contabilidade. A ênfase em tecnologia significa que a contabilidade é considerada como “uma forma de intervenção, um dispositivo para atuar sobre atividades, indivíduos e objetos de tal forma que o mundo possa ser transformado”. Já a racionalidade da contabilidade demonstra que as práticas contábeis são mais do que cálculos numéricos de custos, lucros, perdas e retornos; e “as práticas contábeis são dotadas de um significado que se estende para além da tarefa a que elas são aplicadas” (MILLER, 1994, p. 2-3).

Embora a análise da contabilidade nas organizações continue a ser importante, é necessário “ultrapassar os limites da organização e examinar a prática social e institucional da contabilidade para poder entender como surgiram formas particulares de contabilidade e por que isso lhes é atribuído” (MILLER, 1994, p. 20).

Os novos historiadores consideram a contabilidade mais como um fenômeno cultural do que simplesmente como uma prática técnica e são estão mais predispostos a vê-la como um instrumento de poder e dominação do que como um conjunto de ideias e técnicas sem valor para implementar e monitorar contratos livremente (GOMES, 2008).

Ao invés de ver a história da contabilidade como uma evolução natural das tecnologias administrativas, cada vez mais será vista como a formação de um determinado complexo de racionalidades e modos de intervenção entre muitos, um complexo que foi formado de diversos materiais e em relação a uma gama heterogênea de questões e eventos (CARNEGIE; NAPIER, 1996, p. 7).

Os esforços dos novos pesquisadores não estavam na busca de soluções para problemas específicos, mas sim em problematizar e desconstruir os desenvolvimentos nas práticas contábeis, identificando seus efeitos sobre o funciona-

mento organizacional e social, no entendimento de problemas, prioridades e soluções, entre outros (CARMONA, EZZAMEL e GUTIÉRREZ, 2004). Eles estão preocupados com “re-orientações, transformações e reversões que o tempo instaurou, ao invés de procurar voltar no tempo para detectar uma continuidade ininterrupta que nos une ao nosso passado” (MILLER e NAPIER, 1993, p. 632).

Chamada também de história “crítica” da contabilidade, ela ampliou as áreas nas quais a contabilidade é compreendida e trouxe novos atores para a análise, como o estado e as instituições. Essas contribuições podem ajudar a melhorar a compreensão das conexões entre as concepções de contabilidade adotadas por pesquisadores de contabilidade contemporânea e as escolas de pensamento adotadas por pesquisadores de contabilidade histórica (GOMES; 2008; p. 497).

O novo paradigma fez com que os historiadores pensassem além das definições convencionais de contabilidade, de modo que uma visão muito mais abrangente foi desenvolvida para alcançar um maior conjunto de práticas de quantificação, valorização e representação (CARMONA, EZZAMEL e GUTIÉRREZ, 2004).

Dessa forma, estes novos estudos históricos podem ser uma importante fonte de informação para ajudar a melhorar a compreensão dos papéis da contabilidade nas organizações e na sociedade, particularmente nos processos de mudança contábil que se tornaram importantes questões de pesquisa dentro da concepção de contabilidade como prática social (GOMES, 2008, p. 497).

Os novos historiadores da contabilidade, conforme Carnegie e Napier (1996, p.7) “não são amplamente receptivos à abordagem tradicional de explicar modos específicos de contabilidade por referência exclusivamente a racionalidades econômicas”. Mas cabe ressaltar que os novos historiadores “são obrigados a usar os trabalhos dos historiadores tradicionais da contabilidade no desenvolvimento da literatura, em vez de ignorar essas contribuições e, portanto, reinventar o campo como resultado” (GOMES, 2008, p. 480).

Dessa maneira, esta concepção social nas últimas décadas expandiu o domínio da contabilidade, aumentando o escopo limitado promovido pela história tradicional. Entretanto, conforme Burchell et al. (1994, p. 540):

Como resultado, pouco se sabe de como as práticas técnicas de contabilidade estão ligadas ao social, de como as forças sociais mais amplas podem afetar e mudar a contabilidade, e de como a própria contabilidade funciona no domínio do social, influenciando, além de apenas reagir para isso.

Assim, a nova história da contabilidade demonstrou o valor de atribuir papéis à prática contábil além da pura economia racional. Ou seja, de modo que não precisa mais considerar a contabilidade como um bem puramente econômico. Mas também não necessariamente excluindo, pois tais explicações do surgimento e do funcionamento das práticas contábeis ajudam a liberar o pensamento (MARTÍN, 2006).

4.3 DIFERENÇA ENTRE A HISTÓRIA TRADICIONAL E A NOVA HISTÓRIA

A contabilidade apresenta duas diferentes dimensões: sendo por um lado, a Contabilidade Tradicional, em que os pesquisadores enfatizam uma visão mais técnica, observado ela como um conjunto de procedimentos que são utilizados para satisfazer os requisitos e necessidades de seus usuários. E por outro lado, a Nova Contabilidade, em que pesquisadores destacam a dimensão social e institucional, tentando entender e explicar os atributos da contabilidade, assim, como determinar os impactos sobre o funcionamento organizacional e social, requerendo uma maior compreensão de como a ela configura seu ambiente e de como, por sua vez, o meio ambiente a molda (GOMES, 2008).

Sendo assim, Gomes (2008) menciona a principal divergência entre as duas percepções:

Os especialistas em contabilidade que se sentem confortáveis com a contabilidade apenas como uma prática técnica normalmente ficariam confortáveis com as histórias contábeis tradicionais. Por outro lado, os especialistas em contabilidade que se sentem confortáveis com a noção de contabilidade como prática social normalmente ficariam confortáveis com novas histórias contábeis (GOMES, 2008, p. 481).

Entre alguns pontos de contraste entre a História Tradicional e a Nova História da Contabilidade são: no primeiro ponto, o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. E por outro lado, a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. Tudo tem uma história, ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado (BURKE, 1992).

Outra diferença importante é em relação à visão, na qual a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. Entretanto, por outro lado, vários novos historiadores estão preocupados com a história vista de baixo, ou seja, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social (BURKE, 1992).

Para Martín (2006), a nova visão da história a partir de baixo, ocorre quando:

Procuramos identificar a importância da prática contábil para os comerciantes medievais ou mercantis do capitalismo nascente, por exemplo; ou ao perguntar sobre o papel das mulheres na formação e desenvolvimento da profissão contábil, o papel de outras formas de representação do que a dupla entrada, como a entrada única ou as diferentes formas contábeis das sociedades antigas (comprimidos, argila), quipus, entre outros (MARTÍN, 2006, p. 190).

Outro ponto divergente é sobre o fato de que, no modelo tradicional, as fontes eram constituídas por documentos, registros oficiais que expressam o ponto de vista oficial. A Nova História, além de aumentar o conceito de fontes, faz críticas como em relação a tempo e fatos históricos e propõe uma história problematizada e não simplesmente automática (MAIA et al, 2011).

Segundo o paradigma tradicional, a História é objetiva. A tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, a forma como eles aconteceram.

Na nova história, os historiadores deslocam o “ideal da Voz da História para aquele da heteroglossia, definida como ‘vozes variadas e opostas’”. A história nova reflete uma possibilidade para se “considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado” do que comumente faziam os historiadores na história tradicional (MAIA et al, 2011, p. 140).

De forma resumida, os seis pontos de diferença entre a antiga e a nova história, mencionados por Burke (1992), conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Diferenças entre História Tradicional x Nova História

Diferenças	História Tradicional	Nova História
1	História diz respeito à política;	Toda atividade humana pode ser objeto da história;
2	Pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos;	Está mais preocupada com a análise das estruturas;
3	Oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, gerais ou eclesiásticos;	Estão preocupados com a história vista de baixo, com as opiniões das pessoas comuns e sua experiência de mudança social;
4	A história deveria ser baseada em documentos oficiais escritos;	Expõe as limitações de tipo de documento, examinando maior variedade de evidências, atribuindo menor ênfase às fontes escritas e maior relevância ao uso da história oral, iconografia e vestígios arqueológicos;
5	Preocupa-se com as ações dos indivíduos;	Considera relevantes movimentos coletivos e individuais;
6	A história é objetiva, e a tarefa única do historiador é acrescentar aos seus leitores os fatos.	Mostra a inevitabilidade da falta de isenção ao olhar sobre o passado.

Fonte: Adaptado de Burke (1992, p. 2-4).

Diferente de Burke, Esteve (1997) menciona muito sinteticamente apenas duas características que distinguem as Histórias da Contabilidade:

Em primeiro lugar a perda de convicção na possibilidade de se alcançar a objetividade, no estudo e descrição dos factos históricos, o que dá origem a que a interpretação dos factos ganhe a primazia sobre a apresentação dos mesmos. Em segundo lugar, o abandono de uma espécie de darwinismo histórico-contábil, que consiste em pensar a contabilidade como as restantes atividades humanas, sujeita a um processo mais ou menos linear de progresso contínuo. (ESTEVE, 1997, p. 2).

Outro fato em que se diferem as duas histórias é referente ao debate sobre as origens versus gênese da contabilidade. Os pesquisadores tradicionais estão principalmente preocupados com as origens e a evolução, enquanto que os novos argumentam que essas áreas de interesse são problemáticas (CARMONA, EZZAMEL e GUTIÉRREZ, 2004).

Sobre a visão tradicional:

O pesquisador normalmente procuraria identificar a “origem” das inovações na prática contábil e, portanto, a história é vista como uma coleção de eventos que podem ser organizados sistematicamente e cronologicamente, começando com o ‘primeiro’ evento e avançando gradualmente escala temporal (CARMONA, EZZAMEL e GUTIÉRREZ, 2004, p. 38).

Já na nova abordagem, a busca pelas origens das inovações contábeis é considerada repleta de problemas e infrutíferas, pois não existe uma razão a priori porque um determinado evento (de fato, qualquer evento) deveria ter ocorrido em qualquer momento ou lugar (EZZAMEL et al, 1990, apud CARMONA, EZZAMEL e GUTIÉRREZ, 2004, p. 157).

O histórico é visto como sendo muito mais do que simplesmente uma agregação de eventos. Os pesquisadores da NAH buscarão se concentrar em “gênese”, pelo que, ao invés de olhar para trás no tempo, tentando descobrir origens, o pesquisador pretende descobrir o cenário sociopolítico que causa ou dá origem a práticas contábeis específicas. (CARMONA, EZZAMEL e GUTIÉRREZ, 2004, p. 38).

Ao contrário da história clássica, a nova compreende várias abordagens heterogêneas para o estudo da história contábil:

Uma proliferação de metodologias, um questionamento de noções recebidas, como progresso e evolução, um alargamento do escopo, uma nova atenção à linguagem e racionalidades que dão significado às práticas contábeis e uma mudança de foco longe de personagens invariáveis como o livro-detentor e decisor para a preocupação com transformações mais amplas no conhecimento contábil (MILLER, HOPPER e LAUGHLIN, 1991, p. 395).

Entretanto, vale ressaltar que mesmo havendo divergências fundamentais entre as duas concepções, histórico tradicional e novo, ambas puderam contribuir para enriquecer e aprofundar esse campo de pesquisa e compreensão da prática contábil (GOMES, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade, assim como a sociedade, teve o seu desenvolvimento evoluindo gradual e lentamente, que continua até hoje. É possível afirmar que ambas estão relacionadas, na qual o crescimento da Contabilidade ocorreu de acordo com as necessidades humanas, políticas e econômicas.

A história da Contabilidade perpassa pelas décadas. Percebe-se então, que o seu processo ao longo do tempo manteve-se sempre em constante evolução. Assim, o objetivo deste estudo foi conhecer a Nova História da Contabilidade e consequentemente apresentar quais as características que a distinguiram da História Tradicional da Contabilidade.

Diferente da História Tradicional observa-se que uma nova corrente começou a tomar força, a da Nova História da Contabilidade, que apresentou uma visão contrária dos pensamentos clássicos, preocupando-se com o social e o institucional e não mais apenas com o econômico e político. Os autores dessas novas concepções, mesmo que não compartilhem de ideias e posicionamentos semelhantes perante a História, eles acreditam que a contabilidade deve ser vista como um todo, e não meramente de forma isolada.

Dessa forma, analisando as principais escolas do pensamento contábil, percebe-se que desde a primeira a surgir, a Escola Contista, elas desenvolveram de acordo com a necessidade que iria surgindo da sociedade. Nota-se que quando o mundo tinha um comércio primitivo, o processo contábil era muito rudimentar, apenas contas de debitar e creditar. Mas conforme ela foi evoluindo, foi cada vez mais se tornando complexas as informações que eram solicitadas pelos usuários, o que foi gerando uma contabilidade mais completa.

Entretanto, vale ressaltar que as escolas contábeis fazem parte da história da contabilidade tradicional, pois se preocupavam apenas em cumprir com as necessidades dos seus usuários, onde cada vez ficava mais forte a ideia de posse e propriedade. Assim, consequentemente, o homem passa a se preocupar em conservar e aumentar o patrimônio, com o objetivo de ver sua riqueza aumentar.

Portanto, divergente em algumas características, destacam-se entre elas: a Nova História tem um pensamento mais abrangente sobre a contabilidade clássica, saindo da visão limitada que a anterior passava para um pensamento social e tendo uma visão de baixo, o que demonstra que ela não vê apenas os grandes feitos, as batalhas e a política, mas como também enxerga o homem como pessoa comum e como personagem desta história. Outro ponto relevan-

te na nova dimensão são os vários tipos de documentos examinados, além da história oral como forma de compreender melhor o passado, e consequentemente, expor uma visão mais ampla.

Apesar disso, percebe-se que ambas as visões tiveram sua importância. Contudo, apesar das discordâncias entre os pensamentos tradicionais e novos, elas têm seu lugar na pesquisa de história e têm potencial para aumentar nosso conhecimento sobre o passado contábil. Por este motivo, deverá ter o seu passado sempre lembrado, pois sem este desenvolvimento não teria sido possível o novo, e para que os futuros profissionais possam entender de que forma a contabilidade iniciou e de que maneira os novos pensadores podem influenciar para trazer novas compreensões a essa ciência.

Portanto, este estudo aqui realizado não se encerra. Pelo contrário, abre caminho para que sejam feitas novas pesquisas sobre o assunto, que ainda é pouco explorado, principalmente por pesquisadores brasileiros. Como sugestão para futuras pesquisas, pode-se colocar que estas se aprofundem mais em assuntos específicos ou pontuais na evolução da história, tanto pela tradicional quanto para a nova. Por exemplo, um estudo sobre o entendimento e aceitação dos profissionais contábeis sobre o conhecimento da Nova História da Contabilidade e como ela pode influenciar o pensamento dos novos pesquisadores e historiadores.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. D. Teoria da história: Volume I. *Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BAUER, M. W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. 10ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BERTALAN, N.; NAPIER, J.. *The emergence of the 'new accounting history'*. Working paper, School of Management, Royal Holloway University of London, July, 2013.
- BURCHELL, S.; CLUBB, C.; G. HOPWOOD, A.. Accounting in its Social Context: Towards a History of Value Added in the United Kingdom. *Accounting History: Some British Contributions*. Oxford: Clarendon Press, p. 539–589, out. 1994.
- BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CANABARRO, I. S. *Teoria e métodos da história I*. Ijuí, Rio Grande do Sul: Unijuí, p. 98, 2008.
- CARMONA, S.; EZZAMEL, M.; GUTIÉRREZ, F.. Traditional and New Accounting History Perspectives. *DE COMPUTIS Revista Española de Historia de la Contabilidad*. n. 1, Diciembre, 2004.

- CARNEGIE, G. The present and future of accounting history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 27, n. 8, p. 1241-1249, 2014.
- CARNEGIE, G.; NAPIER, C. J.. “Critical and Interpretive Histories: Insights into Accounting’s Present and Future Through its Past”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 9, n. 3, p. 7–39, 1996.
- CASTRO, H. História social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.. *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CERVO, L.; BERVIAN, A.. *Metodologia científica: para uso de estudantes universitários*. 4. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1996.
- CLEMENTE, W. História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas. *Cadernos UniFOA*, Volta Redonda - RJ, v. 16, p. 45-50, ago. 2011. Disponível em: <<http://web.unifoia.edu.br/cadernos/edicao/16/45.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul/set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902010000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- COTRIN, A. M. et al. A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista. *Revista Conteúdo*, Capivari, v. 2, n. 1, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/70/63>>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- ESTEVE, E. H. HISTÓRIA DA CONTABILIDADE: PASSADO RUMO AO FUTURO. *Revista de Contabilidade e Comércio*, Figueira da Foz, Portugal, v. 55, n. 216, out. 1997. Disponível em: <<http://www.apotec.pt/fofos/editor2/HISTORIA DA CONTABILIDADE.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.
- FALCON, F. J. C. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009
- GOMES, D. The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history. *Accounting History*, [S.L], v. 13, n. 4, p. 479-509, nov. 2008. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1032373208095480>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N.. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.
- HENDRIKSEN, E.; VAN BREDA, M.. **Teoria da Contabilidade**. Traduzido por Antônio Soratto Sanvinvente, São Paulo: Atlas, 1999.
- LE GOFF, J.. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1992.
- LIMA, A. HISTÓRIA TRADICIONAL DA CONTABILIDADE. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis do UERJ**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/7181>>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- LIMA, M. C.. **A engenharia da produção acadêmica**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- LITTLETON, A. C.. **Accounting Evolution to 1900**. Second edition, New York: Russell & Russell, 1966.
- MAIA, A. M. R. et al. Pesquisa Histórica: possibilidades teóricas, filosóficas e metodológicas para análise de fontes documentais. **História de Enfermagem: Revista Eletrônica - HERE**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 137-149, 2011.
- MARQUES, W. L.. **Contabilidade Geral Segundo a Lei 11638/2007 das SAs**. Gráfica Vera Cruz. Cianorte – Paraná, 2010.
- MARTÍN, F. Q.. Historia de la Contabilidad: Una revisión de las Perspectivas Tradicionales y Críticas de Historiografía Contable. **Revista Facultad de Ciencias Económicas - Investigación y Reflexión**, Colômbia, v. 14, n. 1, p. 187-202, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=90900110>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, R.. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.2.** ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MILLER, P. “**Accounting as a Social and Institutional Practice: An Introduction**”, in Hopwood, A.G. Miller, P. (eds.), **Accounting as Social and Institutional Practice**, Cambridge: University Press, p. 1–39, 1994.
- MILLER, P.; HOPPER, T.; LAUGHLIN, R. The new accounting history: an introduction. **Accounting, Organizations and Society**, v. 16, n. 5/6, p. 395-403, 1991.
- MILLER, P.; NAPIER, C.J. “Genealogies of Calculation”, **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 7/8, p. 631-647, 1993.
- MINAYO, S.; et al. **Pesquisa Social: Teoria método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, G. J., et al. Pesquisa em educação contábil e as preferências dos doutores da área: em casa de ferreiro, o espeto é de pau?. *Revista Contabilidade & Finanças USP*, v. 24, n. 61, 2013.

MORGAN, G; WILLMOTT, H. “The ‘New’ Accounting Research: On Making Accounting More Visible”. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 6, n. 1, p. 3–36, 1993.

PADILHA, M. C. S.; BORENSTEIN, M. S. O método de pesquisa histórica na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 14, n. 4, p. 575-584, 2005.

PELEIAS, I. R. et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Contabilidade e Finanças USP*, São Paulo, v. 30, p. 19-32, 2007.

RICARDINO FILHO, Á. A.; MARTINS, G. A. O livro caixa da ordem terceira de São Francisco em Recife (Brasil): séculos XVII e XVIII. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 14, n. 33, p. 78-89, 2003.

SÁ, A. L. *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, P. *Historia do pensamento contábil*. Porto Alegre. Bookman, 2000.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. *História do pensamento contábil*. São Paulo: Atlas, 2006, v. 8.

_____. Gênese dos controles contábeis. *Anais do II Congresso de Contabilidade da UFRGS*. Linha Pesquisa e História da Contabilidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 19 e 20 de outubro de 2017.

_____. The application of Inca khipu as an accountability and managerial control tool. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 19, n. 66, p. 613-626, 2017.

SILVA, R. C.. História da escola brasileira de contabilidade até o surgimento da primeira doutrina contábil positiva. *Contaduría Universidad de Antioquia*, n. 68, p. 313-332, 2017.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANLUCA, J. C.; ZANLUCA, J. S.. *História da Contabilidade*. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>. Acesso em: 15 set. 2017.

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE OBTENÇÃO DE VANTAGEM COMPETITIVA NAS ORGANIZAÇÕES

*Information Technology Governance as a tool for achieving a competitive
advantage in organizations*

*Gobernanza de Tecnología de la Información como herramienta de
obtención de ventajas competitivas en las organizaciones*

Marcelo Nassif de Magalhães¹

RESUMO

Esta pesquisa tem o caráter exploratório e bibliográfico em formato de ensaio e busca estudar como a governança de Tecnologia da Informação pode auxiliar as organizações na obtenção de vantagem competitiva. Para isto, foram estudados diversos artigos publicados sobre o assunto. Conclui-se que, se adotados os critérios de governança de TI para a obtenção de vantagem competitiva na organização, a possibilidade de sucesso é grande, desde que os gestores realizem uma boa gestão financeira, empregando adequadamente os critérios de governança de TI e sigam o modelo de Chi e Sun (2015). Para que a governança de TI atenda aos preceitos da obtenção de vantagem competitiva, deve-se: a) Agregar valor; b) Ajudar a empresa na proteção de integridade de um produto raro, que ela venha a elaborar, lançar e comercializar; c) Auxiliar a empresa na proteção da integridade das informações necessárias para a elaboração, criação e comercialização de um produto difícil de ser imitado; e d) Auxiliar a empresa na proteção da integridade das informações necessárias para elaborar, lançar e comercializar um produto insubstituível.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Governança Corporativa. Governança de TI. Vantagem Competitiva.

ABSTRACT

The kind of this research is exploratory and bibliographic. This is an essay and seeks to study how Information Technology Governance can assist organizations in obtaining Competitive Advantage. For this, several articles published on the subject have been studied. It is concluded that if IT Governance

¹ Mestre em Administração pela UNIGRANRIO, Contador registrado junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e Gerente de Projetos; Professor, Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e atual Coordenador Acadêmico da Área de Ciências Contábeis da Faculdade de Cenequista de Rio das Ostras – CNEC.marcelo_nassif@oi.com.br.

criteria are adopted to obtain a competitive advantage in the organization, the possibility of success is great, as long as the managers perform a good financial management, properly using the IT Governance criteria and follow the model of Chi and Sun (2015). In order for IT Governance to comply with the precepts of obtaining competitive advantage, it must: a) Added value; b) To help the company in the protection of the integrity of a rare product, that it will elaborate, to launch and to commercialize; (c) to assist the undertaking in protecting the integrity of the information necessary for the preparation, creation and marketing of a product which is difficult to imitate; and d) Assist the company in protecting the integrity of the information necessary to design and launch and market an irreplaceable product.

KEYWORDS: Competitive advantage. Corporate governance. IT governance. Management.

RESUMEN

Esta investigación tiene el carácter exploratorio y bibliográfico en formato de ensayo y busca estudiar cómo la gobernanza de Tecnología de la Información puede auxiliar a las organizaciones en la obtención de ventaja competitiva. Para ello, se estudiaron diversos artículos publicados sobre el tema. Se concluye que, si se adoptan los criterios de gobernanza de T.I. para obtener una ventaja competitiva en la organización, la posibilidad de éxito es grande, siempre que los gestores realicen una buena gestión financiera, empleando adecuadamente los criterios de gobernanza de T.I. y sigan el mismo modelo de Chi y Sun (2015). Para que la gobernanza de T.I. atienda a los preceptos de la obtención de ventaja competitiva, se debe: a) Agregar valor; b) Ayudar a la empresa en la protección de la integridad de un producto raro, que ella vaya a elaborar, lanzar y comercializar; c) Auxiliar a la empresa en la protección de la integridad de las informaciones necesarias para la elaboración, creación y comercialización de un producto difícil de imitar; y d) Auxiliar a la empresa en la protección de la integridad de las informaciones necesarias para elaborar y lanzar y comercializar un producto insustituible.

PALABRAS CLAVE: Gestión. Gobierno Corporativo. Gobernanza de T.I. Ventaja competitiva.

Data de submissão: 28/04/2017

Data de aceite: 05/04/2018

1 INTRODUÇÃO

Segundo Melo (2008), a Tecnologia da Informação (TI) é vista como uma forte ferramenta para obtenção de competitividade entre as empresas. Para isto, ela precisa estar alinhada aos negócios da empresa, de modo que os objetivos estratégicos da organização sejam atingidos, atuando de maneira a eliminar barreiras que inibam ou interfiram nas suas operações ou negócios.

A TI vem impactando os negócios de uma maneira jamais vista e está cada vez mais no domínio do negócio. Assim, a TI está adquirindo uma função de agente de desenvolvimento e de definição de estratégias em diferentes níveis (corporativo, de negócio e até mesmo funcional). Para atender a essas necessidades, o modelo de sistemas de informação das organizações contemporâneas deve ser o mais abrangente, flexível e completo possível (MELO, 2008, p. 5).

Porém, para Becker, Lunardi e Maçada (2012), muitas empresas que não tiveram os mecanismos de Governança Corporativa embutidos em seus processos internos ou tiveram uma estratégia deficiente vieram a falir ou a ter gastos desnecessários nos seus projetos malsucedidos ou de custos elevados, com vários replanejamentos.

Então, replicando os conceitos de Governança Corporativa na TI, em busca de melhores resultados, surge a Governança de TI, que possibilita extrair algumas vantagens, Weill e Ross (2004) fizeram uma pesquisa que atestaram que empresas de topo, que executam a governança de TI geram retorno sobre seus investimentos em até quarenta por cento sobre seus concorrentes.

Neste sentido, levanta-se a seguinte questão: como a governança de TI pode ajudar as organizações na obtenção de vantagem competitiva?

Buscando responder a esse questionamento a partir das possibilidades apresentadas pela literatura, foi elaborada esta pesquisa, no formato de ensaio, apontando o que de mais recente, no contexto de governança de TI, pode esclarecer esta questão.

Como esta pesquisa segue o princípio de um ensaio, foram estudados artigos publicados a partir de 2003 até o ano de 2015, excetuando-se a base de conhecimento de Vantagem Competitiva ditada por Porter (1990) e Barney (1991), que são as referências até hoje utilizadas por pesquisadores.

O ensaio buscou apresentar respostas sobre como a governança de TI (GTI) pode auxiliar na obtenção de vantagem competitiva, identificar as ferramentas tecnológicas de GTI disponíveis para a obtenção de vantagem competitiva, auxiliar o meio acadêmico, alunos e professores universitários, a conhecer um pouco mais desta ferramenta complementar à governança corporativa, além de auxiliar os gestores no posicionamento e no emprego adequado da GTI.

2 VANTAGEM COMPETITIVA

Deve-se iniciar o estudo, questionando o que é vantagem competitiva? Segundo Brito e Brito (2012), a vantagem competitiva é considerada como a principal hipótese para explicar o desempenho superior das empresas e representa o objetivo fundamental da gestão estratégica, estando sujeita a diferentes interpretações. Observa-se a dificuldade de uma organização conceituar Vantagem Competitiva (VC) a partir das informações que ela detém. Para tal explicação é necessário compreender o que é custo de oportunidade e disposição a pagar do cliente.

Para Brito e Brito (2012, p. 365), “custo de oportunidade é o valor mínimo que o fornecedor está disposto a vender seus serviços e/ou produtos”. Portanto, o custo de oportunidade é indeterminável de forma absoluta e o seu valor é o resultado do processo de barganha sobre o valor já criado ou sobre a expectativa de valor no futuro. Pode-se dizer que o custo de oportunidade é o custo operacional mais uma pequena margem de lucro que a empresa está disposta a receber pela venda de seu produto ou serviço, sem que haja perdas para a organização (LIPPMAN e RUMELT, 2003).

Na literatura de marketing, o conceito de disposição a pagar representa o valor monetário que inclui todo o benefício que o cliente auferir no uso do consumo do produto. Logo, para Brito e Brito (2012), “VC é o escopo entre a disposição de pagar e o Custo de Oportunidade da empresa”.

Mas, como iniciaram os estudos sobre vantagem competitiva? Analisando a dinâmica do mercado, Porter (1990) identificou cinco forças competitivas que, em conjunto, auxiliam a organização a se posicionar melhor perante o mercado. São elas: ameaça de novos entrantes, intensa rivalidade entre os concorrentes, pressão por produtos substitutos, poder de negociação tanto dos compradores, como dos fornecedores.

De imediato, pode ser observado que o poder de negociação de compradores, a intensa rivalidade da concorrência e a pressão por produtos substitutos estão diretamente relacionados à disposição a pagar. Isto porque, segundo Porter (1990), se o produto ou serviço for muito comum, cada empresa lançará o seu preço muito próximo um do outro. Assim, os compradores terão um leque maior de opções, até porque o produto em questão não é difícil de encontrar.

Ainda seguindo a linha raciocínio de Porter (1990), o poder de negociação dos fornecedores e a ameaça de novos entrantes estão diretamente relacionados ao custo de oportunidade. Isto porque se o fornecedor tiver um elo de dependência muito forte com a empresa, irá ceder nos seus preços, aumentando a possibilidade de redução de custo de oportunidade. Situação semelhante ocorrerá com a questão de novos entrantes: Se entrar alguma

empresa que forneça o mesmo produto ou serviço, no mesmo nicho de negócio, com um preço mais acessível, ou melhor, o custo de oportunidade tende a cair.

Porter (1990) informa que, para se sustentar uma VC, ela deve render um desempenho superior em longo prazo. Em seguida, Barney (1991) defende que, essa sustentabilidade a que se refere o termo não diz respeito aos efeitos da vantagem competitiva sobre o desempenho, mas à capacidade de manutenção da estratégia de criação de valor pela empresa.

Baseado nos conceitos de valor agregado, raridade, dificuldade de imitar e ser insubstituível, Barney (1991), afirma que se a organização formular estratégias frágeis, passíveis de imitação e superação pelos competidores, estas estratégias renderão apenas uma vantagem temporária. Entretanto, a organização deve ter ciência de que não existe uma fonte de vantagem competitiva que se sustente eternamente.

Pereira (2010, p.17), seguindo a linha de raciocínio de Porter (1990), conclui que as atividades de valor “são atividades físicas e tecnologicamente distintas através das quais uma empresa cria um produto valioso para os seus compradores”.

Ao aprofundar nos estudos de Vantagem Competitiva (VC), Barney (1991) considera como VC, quando uma empresa cria mais valor que seus concorrentes, em um intervalo de tempo, considerando que: o valor criado é a diferença entre a disposição a pagar e o custo de oportunidade, lembrando que os concorrentes são aqueles que competem diretamente com a empresa, e que o intervalo de tempo esteja adequado ao ciclo de vida de desenvolvimento de recursos.

Observa-se que VC é um ganho que a empresa espera conseguir ao se posicionar no mercado a partir do valor que o seu produto pode proporcionar. Isto porque nem sempre o preço cobrado pelo produto ou serviço é o que o cliente está disposto a pagar. Segundo Hayashi-Jr, Ito e Gimenez (2015), se o cliente tiver a possibilidade de barganha, com certeza a utilizará para a redução de preço. O que pode auxiliar a empresa em manter o seu valor. Logo, sua VC é a dinâmica do mercado.

Teodoro, Przebylovicz e Cunha (2014), informam que as empresas investem muito dinheiro para inovar, na busca constante pela VC sustentada, fazendo com que os gestores invistam em recursos estratégicos de difícil replicação em médio para longo prazo.

Mas, então, como obter a vantagem competitiva usando os altos investimentos feitos pelas organizações? Segundo Barney (1991), a gestão dos resultados da criação de valor é tão importante quanto a própria criação de valor e a gestão da organização deve reconhecer e desenvolver recursos e capacidades, compreendendo um período típico de gestão. Isso porque, afirmar

que a empresa cria valor não necessariamente lhe confere VC, já que somente comparando empresas é possível constatar a VC.

Uma empresa com vantagem competitiva (VC) pode explorar a diferença entre a máxima disposição a pagar de seus produtos e a média de mercado, cobrando um preço-prêmio. Esta estratégia de apropriação de valor resultará em margens mais altas. Neste sentido, a empresa que oferecer maior valor para o cliente poderá ter insumos e condições diferenciadas de seus fornecedores. Deste modo, Brito e Brito (2012, p. 370) informam que “a apuração de lucro econômico dependerá ainda da barganha com fornecedores e da definição do custo de oportunidade da empresa”.

3 GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Como pode ser observada, a VC está claramente posicionada como um antecedente do desempenho, trazendo diferentes resultados dependendo da estratégia de apropriação de valor das empresas, caracterizando-se como condição insuficiente para o desempenho financeiro e para a maximização do lucro.

Já para agregar valor a um produto, deve-se lembrar que o conceito de valor se refere a aquilo que os compradores estão dispostos a pagar pelo que a empresa lhe oferece, ou seja, segundo Porter (1990, p.2), “cada indivíduo estabelece o valor do produto ou serviço adquirido em função do benefício agregado por este produto ou serviço”. Para Hayashi-Jr, Ito e Gimenez (2015, p. 91), em geral, “o valor é algo que pode ser desejado, necessitado, produzido e comercializado com possibilidades de lucro”. Portanto, o valor de troca é afetado pelos custos de transação, já que o modo de governança da relação mais adaptada às características da transação gera maior valor na troca. Ainda segundo Hayashi-Jr, Ito e Gimenez (2015, p. 93), “O mecanismo de criação de valor é, portanto, influenciado pela economia dos Custos de Transação no que diz respeito às atividades de procurar e distribuir”.

Quanto a tentar obter VC empregando a TI, Becker, Lunardi e Maçada (2012, p.18) afirmam que, embora existam fortes indícios de que a TI afeta positivamente o desempenho das organizações, não são poucos os exemplos de empresas que gastaram enormes quantias em projetos tecnológicos malsucedidos. Surgem as questões: como reduzir ou eliminar o risco de um projeto tecnológico, normalmente caro, ser malsucedido? Como reduzir o risco de vazamento de informação? Como estabelecer uma base de conhecimento formada por profissionais que atuaram no projeto? As respostas estão no emprego de governança de TI (GTI).

Segundo Weill e Ross (2004, p. 8), governança de TI (GTI) especifica os direitos de decisão e estrutura de responsabilidade para encorajar comportamentos desejáveis no uso de TI.

Becker, Lunardi e Maçada (2012) definem os objetivos de governança de TI como a operacionalização da função da TI na organização de forma mais eficiente e eficaz, sendo a maioria de suas regras e mecanismos, resultados do senso comum, da padronização, da experiência e das “melhores práticas” aceitas pelo mercado. Ou seja, a governança de TI (GTI) é uma parte integrante do processo de Governança Corporativa que, para desempenhar melhor o seu papel, aplica uma série de ferramentas desenvolvidas por órgãos e fundações voltadas para este aspecto, como por exemplo, o *International Standard Organization* (ISO), o *British Standard*, entre outras organizações.

Klein e Wiedenhöft (2013), informam que a GTI tem como princípios: transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa, comportamento humano, conformidade, desempenho, aquisição, e alinhamento estratégico. Portanto, observa-se, claramente que existe uma ligação entre Governança Corporativa e a governança de TI (GTI), na medida em que as organizações são incentivadas a adotar princípios como transparência, equidade e prestação de contas. Para estes autores, a GTI consiste em aplicar os princípios da governança corporativa para gerenciar e controlar estrategicamente a TI, preocupando-se, principalmente, com o valor agregado pela TI ao negócio e a redução dos riscos associados à TI.

Mas, o que é governança de TI (GTI)? Para Gomes-Neto, Pereira e Mariano (2010), a GTI é um conjunto de práticas de gestão de TI que busca auxiliar no balanceamento de riscos e oportunidades em um ambiente altamente dinâmico, otimizando tomadas de decisão, controlando custos, pessoas, contratos, possibilitando aos clientes a garantia dos serviços fornecidos pela TI, bem como, especifica os direitos de decisão e responsabilidade na estrutura da organização, a fim de, obter o uso desejável de TI.

Ou ainda, para Barbosa et al. (2011), a GTI é um conjunto de práticas, padrões e relacionamentos estruturados, assumidos por executivos, gestores, técnicos e usuários de TI de uma organização, com a finalidade de garantir controles efetivos, ampliar os processos de segurança, minimizar os riscos, ampliar o desempenho, aperfeiçoar a aplicação de recursos, reduzir os custos, suportar as melhores decisões e conseqüentemente alinhar TI aos negócios.

4 GOVERNANÇA DE TI EM BUSCA DE VANTAGEM COMPETITIVA

Observa-se que a GTI herda os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, oriundos da Governan-

ça Corporativa, conforme dito pelos autores Gomes-Neto, Pereira e Mariano (2010) e Barbosa et al. (2011). Assim, os objetivos da GTI se tornam claros. São eles: proporcionar a utilização efetiva dos recursos, utilizar a TI para crescimento do negócio, proporcionar a redução de custo de tempo de manutenção da TI, proporcionar velocidade e eficiência nas mudanças, garantir o custo efetivo da TI, auxiliar na gestão de riscos, proporcionar a flexibilização do negócio, garantir a padronização dos sistemas e proporcionar simplicidade das situações.

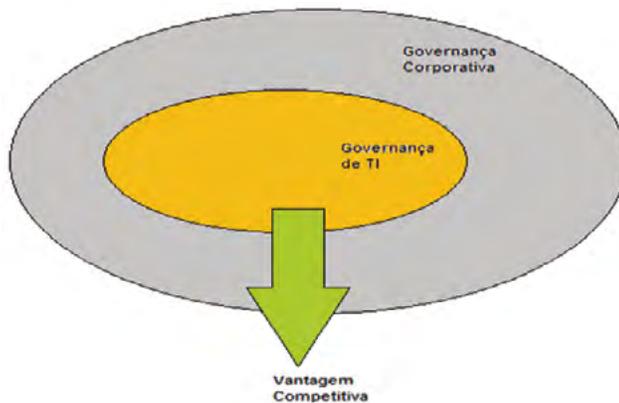
Para Barbosa *et al.* (2011), em um ambiente de negócios altamente competitivo e dinâmico é necessário um ambiente gerencial onde a TI deve apoiar as tomadas de decisão de forma rápida, constante e com custos cada vez menores, apontando como podem auxiliar a aumentar o grau de controle e automação dos processos corporativos, relacionado à Tecnologia da Informação e aos processos de gestão estratégicas e administrativas de uma organização.

Observa-se, portanto, que a GTI está relacionada à estratégia adotada pela empresa. Isto faz sentido principalmente quando se espera obter VC perante o mercado.

Para Klein e Wiedenhöft (2013), a GTI deve ser entendida como Governança Corporativa aplicada a TI. As responsabilidades da GTI são parte das responsabilidades da governança corporativa, tais como a orientação e revisão das estratégias organizacionais, definição e acompanhamento dos objetivos e metas de desempenho de gestão, garantia da integridade dos sistemas da organização e respeito pelos princípios da governança corporativa. Neste sentido, Marques e Mota (2013) informam que a GTI está contida na governança corporativa, uma vez que entre os ativos que precisam ser gerenciados estão os ativos informacionais.

Partindo dos conceitos de governança corporativa, governança de TI e vantagem competitiva, são cruzadas as informações obtidas na literatura, tentando compor o seguinte panorama, de modo resumido, descrito na **figura 1** a seguir.

Figura 1: Visão macro da proposta da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Pela *figura 1*, é possível observar que a vantagem competitiva é gerada a partir dos critérios e ferramentas da governança de TI, que fazem parte do processo de governança corporativa de uma organização.

Mas, quais as ferramentas de GTI são empregadas no sentido de orientar os dirigentes das organizações sobre o uso efetivo e aceitável da TI? Em resposta a esta indagação, tem-se a publicação da norma ISO/IEC 27.0001:2013, pelo *International Standard Organization*, substituindo a norma ISO/IEC 38500, que reforça e estabelece os seguintes princípios de governança de TI: alinhamento estratégico, aquisição, desempenho, conformidade e comportamento humano.

Em concordância, os autores Becker, Lunardi e Maçada (2012), Klein e Wiedenhöft (2013) e Teodoro, Przeybilovicz e Cunha (2014), citam alguns dos mecanismos de GTI que podem ser destacados: presença de comitês, com participação da área tecnológica na formulação de estratégias corporativas; processos de elaboração e aprovação de orçamentos e projetos de TI; uso de *frameworks* tradicionalmente encontrados na literatura especializada que procuram alinhar os investimentos de TI com a missão, estratégia, valores e cultura organizacionais. Alguns destes *frameworks* são:

- *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT). É um conjunto de diretrizes baseadas em auditoria para processos, práticas e controles de TI, voltado para redução de risco, com foco na integridade, na confiabilidade e na segurança da informação;
- *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL). É uma biblioteca contendo padrões de boas práticas voltadas para o mundo da TI, unificando os termos comuns utilizados por profissionais de TI. Se aplicado

de forma planejada, é capaz de diminuir – até eliminar – os anseios de clientes e usuários no que se refere à eficiência, eficácia e economia dos produtos e serviços de uma organização;

- *ISO – International Standard Organization*, através das normas ISO/IEC 17799 e 27001 que estabelece princípios baseados em padrões consultivos, fornecendo orientações gerais sobre o papel de um órgão social, encorajando as organizações a utilizar as normas apropriadas para segurança da Informação;
- *Balanced Scorecard* de TI (IT BSC), conectando as diretrizes traçadas entre as diversas áreas da organização com a TI e a direção da organização;
- *PMI – Project Management Institute*, através de procedimentos padrões ditados pelo PMBOK;
- *CMMI – Capability Maturity Model Integration*, modelo de melhores práticas na área de engenharia de *software*, criado para ajudar as organizações a aprimorar seus processos, tornando-as mais maduras e eficientes, com aumento da qualidade dos produtos desenvolvidos;
- *PRINCE2* – Segundo Tarouco e Graeml (2011), trata-se de uma metodologia desenvolvida a partir do PRITOMPTII, outra metodologia de projetos criada pela empresa Simfact Systems Ltd. Em 1975, a qual foi adotada pela CCTA (órgão do Governo Britânico), e que foi utilizado para os usuários melhorarem a sua gestão sobre projetos de sistemas de informação;
- *SEIS SIGMA* – Segundo Tarouco e Graeml (2011), é uma metodologia oriunda da Motorola, cujo nome é originário da letra do alfabeto grego utilizada em estatística para simbolizar o desvio padrão, ou seja, uma medida para quantificar a variação e inconsistência de determinado processo.

Neste conjunto dos mecanismos mencionados, aparecem itens bastante amplos, como o COBIT ou a Norma ISO, que podem representar um conjunto de organismos, dada a sua amplitude. Para Klein e Wiedenhöft (2013, p. 3), “Outros mecanismos representam modelos ou melhores práticas, como é o caso do ITIL e do CMMI-SVC (*Capability Maturity Model Integration for Services*)”.

Para Becker Lunardi e Maçada (2012), os principais mecanismos e práticas de *GTI* são:

- Definição de papéis e responsabilidades. Isto implica na responsabilidade e no compromisso das pessoas envolvidas no desempenho organizacional;
- Comitês de TI, com a finalidade de acompanhar as diretrizes estratégicas da organização, buscando a excelência dos resultados. Os comitês mais comumente utilizados têm sido o comitê de estratégia de TI, o comitê diretivo de TI e o comitê de governança de TI;

- Participação da TI na definição das estratégias corporativas, evitando que sejam realizados projetos caros, inviáveis, que sejam propensos a desistências e que tenham baixo rendimento ou retorno financeiro destes investimentos;
- Escritório de projetos de TI, no apoio ao gestor, de modo a fazer com que o projeto agregue valor à organização. O seu papel é desenvolver e fazer cumprir padrões e procedimentos para projetos e programas dedicados a TI. O uso desse mecanismo oferece benefícios para a organização, como o monitoramento do uso e a aderência dos padrões da tecnologia e, também, proporciona a coleta e relatos do progresso e o desempenho dos projetos em andamento;
- Planejamento Estratégico de Sistema de Informação. Sua função é analisar as especificidades e discutir como a TI pode ser utilizada para obter vantagem competitiva, além de tratar de assuntos ligados à sua utilização e ao seu gerenciamento;
- Acordo de Nível de Serviço ou *Service Level Agreement* (SLA) e Gestão do Nível de Serviço ou *Service Level Management* (SLM). Proporcionam os seguintes benefícios para as empresas: redução de custos vinculados a diferentes atividades operacionais, melhoria da qualidade dos serviços, acesso a soluções de classe internacional e rapidez na implementação de novos processos;
- Indicadores e métricas de desempenho;
- Análise de viabilidade de projetos de TI. O uso de métodos para avaliar a viabilidade dos projetos de TI permite à organização analisar os benefícios e custos estimados nos projetos, podendo antecipar se determinado investimento vale a pena ou não e priorizá-lo;
- Avaliação pós-implementação, evitando que, por exemplo, o sistema implantado tenha muitas falhas e que estas não sejam sanadas em tempo hábil, destinando o produto implantado ao fracasso;
- Envolvimento da área de TI nos negócios. A troca de ideias e a clareza na compreensão do que é necessário para garantir o sucesso das estratégias corporativas são essenciais para que os investimentos realizados em TI estejam de acordo com as necessidades da organização;
- Comunicação efetiva. Baseada na adoção de diferentes mecanismos de comunicação é muito importante para que haja uma boa governança de TI. Tais mecanismos objetivam divulgar as orientações sobre os processos relativos à GTI, as suas decisões e aos comportamentos desejáveis por meio da empresa;
- Compartilhamento da aprendizagem, através de bancos de conhecimento, por exemplo.

Ainda na busca por uma resposta sobre como a GTI auxilia as organizações na obtenção de VC, Becker, Lunardi e Maçada (2012), a concluem que as empresas que adotaram mecanismos formais de GTI melhoraram significativamente seu desempenho organizacional quando comparadas às empresas sem GTI, no período analisado, especialmente no que se referem a medidas de rentabilidade, tais como *Return on Assets* (ROA), *Return on Equity* (ROE) e Margem Líquida, evidenciando a correlação entre a adoção de mecanismos de governança de TI e um melhor desempenho financeiro das empresas.

Para Pereira (2010) a ligação entre a governança de TI e vantagem competitiva está na relação existente na Cadeia de Valor das Empresas e o alto investimento tecnológico realizado por elas.

Chi e Sun (2015), fundamentados nos conhecimentos de Visão Baseada em Mercados (VBM) e Visão Baseada em Recursos (VBR), na intenção de estabelecer a ligação entre governança de TI e vantagem competitiva nas organizações, buscaram integrar as seguintes teorias: Teoria do processo, Teoria complementar de ativos, Teoria de recursos de TI e Teoria de capacidade de TI, resultando no modelo de Processo de como a TI impacta a vantagem competitiva das Empresas. Este modelo tem como premissas: julgamento se a empresa tem o pré-requisito para usar TI para obtenção de VC sustentável; as capacidades de TI das empresas, através de aprendizagem organizacional devem ser cultivadas; Foco no investimento em recursos complementares, já que a TI por si só não é garantia para obtenção de VC.

Estas premissas são validadas nas pesquisas de Vieira e Rodriguez (2005) quando estabelece uma relação funcional da GTI em busca da VC, e chega à conclusão de que a verdadeira fonte de vantagem competitiva da TI está no entendimento que a TI é uma ferramenta de suporte ao negócio de uma empresa e que devem ser feitas análises das necessidades tecnológicas da organização e uma avaliação dos riscos de investimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Costa e Rosini (2015) informam que é importante destacar que a capacidade de inovação e respostas à mudança no ambiente de TI depende em grande parte da rotina de trabalho de suas equipes. Sendo assim, a renovação dos processos de trabalho está diretamente ligada à capacidade da empresa em gerar competências organizacionais a partir das competências individuais. Outro ponto a considerar é que o envolvimento, a transparência, a responsabilidade e a integração dos colaboradores e da alta gerência são fatores de sucesso para o correto mapeamento, desenho e alinhamento de processos.

Porém, não se pode negar que o sucesso de qualquer estratégia está no compromisso dos gestores em realizar uma boa gestão financeira, no emprego adequado da GTI e no envolvimento dos *stakeholders* para a obtenção de VC.

Então, respondendo à questão de como a GTI auxilia a organização na obtenção de VC temos as considerações, conforme o modelo de Chi e Sun (2015):

- A TI sozinha não pode ajudar as empresas a alcançar VC sustentáveis, mas as empresas podem obter vantagens usando a TI para alavancar os ativos complementares da empresa como novos processos de negócios, novos modelos de negócios, comportamento de gestão, cultura organizacional ou treinamento;
- Os recursos de TI heterogêneos são a base para ganhar VC;
- As despesas de TI devem ser úteis e potencialmente produzir ativos de TI para depois, esses ativos ajudarem a empresa a melhorar seu desempenho;
- As empresas precisam fazer uma análise dos principais problemas e desafios que enfrentam e precisam resolvê-los. Pode ou não ser com a ajuda da TI;
- Foco no investimento em recursos complementares.

Finalmente, espera-se que esta pesquisa possa fornecer subsídios para futuras pesquisas a serem realizadas por professores, alunos e pesquisadores acadêmicos, bem como auxiliar empresários, gestores e administradores nos processos de tomada de decisão. É sugerido, também, que mais pesquisas quantitativas e qualitativas sejam feitas buscando maior aprofundamento e evidências no que a literatura vem apresentando.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andressa Munhoz et al. Governança em TI: COBIT; ITIL. *Revista científica Eletrônica de Administração*. Garça, São Paulo. Ano XI, n.19. 22 Jan. 2011. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/b4K1BphABn6CaKb_2013-5-3-11-17-0.pdf. Acesso em: 8 mar. 2016.

BARNEY, Jay. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*. v. 7, n. 1, p. 99-120, 1991. Disponível em: [http://business.illinois.edu/josephm/BA545_Fall%202011/S10/Barney%20\(1991\).pdf](http://business.illinois.edu/josephm/BA545_Fall%202011/S10/Barney%20(1991).pdf). Acesso em: 05 out. 2015.

BECKER, João Luiz; LUNARDI, Guilherme Lerch; MAÇADA, Antônio Carlos Gastaud. Um estudo empírico do impacto da governança de TI no desempenho organizacional. *Produção*. Rio Grande do Sul, v. 22, n. 3, p. 612-624, mai/ago, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n3/aop_t6_0007_0374.pdf. Acesso em: 01 out. 2015.

BRITO, Luiz Artur Ledur; BRITO, Renata Peregrino de. Vantagem Competitiva e sua Relação com o Desempenho: uma Abordagem Baseada em Valor. *Revista de Administração Contemporânea – RAC*. Rio de Janeiro, v.16, n. 3

Art. 2, p. 360-380, mai/jun, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v16n3/v16n3a03.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

CHI, Jiayu; SUN, Ling. IT and Competitive Advantage: A study from Micro Perspective. *Modern Economy*. n. 6, p. 404-410, mar. 2015. Disponível em: http://file.scirp.org/pdf/ME_2015032414563326.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

COSTA, Rogério Fernandes da; ROSINI, Alessandro Marco. Estudo do impacto da Governança da Tecnologia da Informação no desempenho das Empresas brasileiras: Uma análise a partir da perspectiva dos executivos, usuários e membros de equipes de TI. *Revista Future Studies Research Journal*. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 156-178. dez. 2015. Disponível em: <https://revistafuture.org/FSRJ/article/viewFile/155/328>. Acesso em: 12 abr. 2017.

GOMES-NETO, Bruno Jacob; PEREIRA, Fábio Luiz Gomes; MARIA-NO, Sandra Regina Holanda. Avaliação da Governança Corporativa de TI e uma comparação entre os modelos e mercado. *In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. 2010, São Carlos, SP. Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_TN_STO_113_739_16748.pdf. Acesso em: 8 mar. 2016.

HAYASHI-JR, Paulo; ITO, Nobuiki Costa; GIMENEZ, Fernando Antônio Prado. Reflexão e imbricação das atividades da firma com seus valores de uso e de troca. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração – RPCA*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 90-106, jan/mar, 2015. Disponível em: <http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/view/521>. Acesso em: 25 set. 2015.

KLEIN, Rodrigo Hickmann; WIEDENHÖFT, Guilherme. Identificação de mecanismos para atender os objetivos e princípios de Governança de TI na visão de profissionais da área. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*. Rio Grande do Sul, v. 12, n. 2, art. 1, set. 2013. Disponível em: <http://189.16.45.2/ojs/index.php/reinfo/article/view/1728/pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

LIPPMAN, Steven A., RUMELT, Richard P. A bargaining perspective on resource advantage. *Strategic Management Journal*. Califórnia, v. 24, n. 11, p. 1069-1086. Ago. 2003. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/smj.345/pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MARQUES, Érico Veras; MOTA, Ariane Firmeza. Governança da Tecnologia da Informação: Um estudo bibliométrico em eventos e periódicos brasileiros. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*. Ceará, v. 12, n. 2, art. 2, dez. 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/28093>. Acesso em: 21 nov. 2015.

MELO, Daniel Reis Armond de. A importância da tecnologia da informação nas estratégias das organizações contemporâneas: breve revisão de literatura. **In:** V Congresso Virtual Brasileiro de Administração - CONVIBRA, 2008. Disponível em: http://www.convibra.com.br/2008/artigos/412_0.pdf. Acesso em: 07 set. 2016.

PEREIRA, Rogério Tadeu Teixeira. **Obtendo Vantagem Competitiva através das Ferramentas de Governança de TI**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Estratégia Empresarial). Universidade Nove de Julho. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/48926966/TCC-Obtendo-Vantagem-Competitiva-atraves-das-Ferramentas-de-Governanca-de-TI>. Acesso em: 20 out. 2017.

PORTER, Michael E. **Competitive Advantage of nations: Gaining, creating and sustaining a superior performance**. New York: Simon & Schuster, 1990.

VIEIRA, Daniele Machado; RODRIGUEZ, Martius Vicente Rodriguez Y. Governança de TI como Suporte para as estratégias competitivas da Organização, A. In: SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2., 2005. Resende, RJ. **Anais AEDB**. Resende: AEDB, 2005. p.1035-1043. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/240_artigo1_seget.pdf. Acesso em: 06 abr. 2017.

TAROUCO, Hiury Hakin; GRAEML, Alexandre Reis. Governança de Tecnologia da Informação: Um panorama da adoção de modelos de melhores práticas por empresas brasileiras usuárias. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP**, v. 46, n. 1, p. 7-18. São Paulo, mar. 2011. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiL5Ke-qf_WAhVFE-ZAKHYJmBxQQFggnMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Ffrausp%2Farticle%2Fdownload%2F44521%2F48141&usg=AOvVaw3j-ENpNuIIme9eMeXDtjNE. Acesso em: 20 out. 2017.

TEODORO, Allexandre Nishioka; PRZEYBILOVICZ, Érico; CUNHA, Maria Alexandra. Governança de Tecnologia da Informação: Uma investigação sobre a representação do conceito. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 49, n. 2, p. 307-321, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-21072014000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 mar. 2017.

WEILL, Peter; ROSS, Jeanne W. **IT Governance: How top performers manage IT decision rights for superior results**. Harvard Business School Press. Boston, Massachussets, 2004.

GRAFITAGEM REBELDE: traços de uma análise cartográfica no Recife Antigo

Rebellious graffiti: lines of a cartographical analysis at “Recife Antigo”

Graffiti Rebelde: rasgos de uma análise cartográfica em “Recife Antigo”

Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra¹

Ana Carmen Palhares²

Sérgio Carvalho Benício de Mello³

RESUMO

Este artigo se propõe a discutir a produção visual de grafiteiros no Recife Antigo, bairro histórico da capital pernambucana, com o intuito de identificar como o grafite dialoga com questões de pertencimento territorial, legitimidade e identidade. Tem-se, como pano de fundo, a contenda do poder público entre a promoção do bem estar social e o atendimento dos interesses do capital no planejamento urbano das cidades. Para isso, foram apresentadas proposições sobre o direito à cidade, contempladas por David Harvey, Henri Lefebvre, Jean Lojkin entre outros. Como método, a pesquisa se inspirou nas diretrizes do método cartográfico rizomático descrito pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari. De 47 grafites identificados, 11 foram selecionados e organizados em 4 mapas que contemplam a estética da grafitagem, o anticapitalismo, a insustentabilidade da exploração de recursos naturais e a exploração sexual de menores. Ao término, abre-se a possibilidade para novos e inesgotáveis entendimentos dos mapas apresentados, numa compreensão de que, a cada novo olhar, a arte da grafitagem evoca diferentes questões nas lutas de classe de base urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Urbano. Grafitagem. Arte Urbana. Capitalismo. Cartografia.

1 Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Analista em Ciência & Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco, atuando com políticas públicas de educação e cultura na Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte. Pesquisador em arte urbana, com ênfase em grafismos, como reflexo de problemas existentes nas metrópoles brasileiras. E-mail: hfdutra@uol.com.br.

2 Desenvolve sua pesquisa de Doutorado em Estudos Culturais, junto às Universidades do Minho e de Aveiro em Portugal. É servidora do da Fundação Joaquim Nabuco, órgão vinculado ao Ministério da Educação do Brasil, onde ocupa o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia Sênior. Atua no campo da Cultura Contemporânea com ênfase em Arte-Educação. Coordenou projetos em Artes Visuais e Cinema Educação. E-mail: anacarmenpalhares@gmail.com.

3 Professor associado 4 da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de produtividade em pesquisa nível 1D do CNPq. E-mail: sergio.benicio@gmail.com.

ABSTRACT

This article proposes to discuss the graffiti artists' visual production at "Recife Antigo", the historical center of the capital of Pernambuco state, aiming to identify the way the graffiti work addresses questions related to territorial belonging, legitimacy and identity. As a background, there is the public power dispute between the promotion of welfare and the capital interests on urban planning of cities. For that purpose, propositions regarding the right to the city contemplated by the British geographer David Harvey in his book *Cidades Rebeldes* (Rebellious Cities) have been presented. As a method, the rhizomatic cartography described by the French philosophers Gilles Deleuze and Felix Guattari has been used. From 47 graffiti identified, 11 of them have been selected and organized in 4 charts contemplating items such as graffiti aesthetic, anti-capitalism, non-sustainability of natural resource exploitation and sexual exploitation of children. Finally, the possibility to new and inexhaustible understandings on the charts presented is opened, in a perception that, in every new outlook, the graffiti art evokes different questions in urban-based class struggles.

KEYWORDS: City. Urban. Graffiti. Urban Art. Capitalism. Cartography.

RESUMEN

Este artículo se propone a discutir la producción visual de los artistas de graffiti en Recife Antigo, barrio histórico de la capital de Pernambuco, con el propósito de identificar cómo el graffiti dialoga con cuestiones de pertenencia territorial, identidad y legitimidad. Como telón de fondo, es el argumento del gobierno entre la promoción del bienestar social y los intereses del capital en la planificación urbana de las ciudades. Para ello, se presentaron propuestas sobre el derecho a la ciudad, contemplado por David Harvey, Henri Lefebvre, Jean-Louis Kréjciek, entre otros. Como método, la investigación se inspiró en las directrices del método cartográfico rizomático descrito por los filósofos franceses Gilles Deleuze y Felix Guattari. De 47 graffitis identificados, 11 fueron seleccionados y organizados en 4 mapas que contemplan la estética del graffiti, la insostenibilidad de la explotación de recursos naturales y la explotación sexual de menores. Al término, se abre la posibilidad para entendimientos nuevos e inagotables de los mapas presentados, en una comprensión de que, a cada nueva imagen, el arte del graffiti evoca diversas cuestiones en las luchas de clase de base urbana.

PALABRAS CLAVE: Ciudad. Urbano. Graffiti. Arte urbana. Capitalismo. Cartografía.

Data de submissão: 10/05/2018

Data de aceite: 18/07/2018

1 O RECIFE ANTIGO: uma ilha que reproduz uma cidade

“Ficar bem desenhado só pra ser bem lembrado
Risco do erro, mal visto, mal quisto e mal olhado
Não é só um sinal de quem passou por maus bocados
Mas essa daqui me traz uma boa lembrança, não preciso esconder...”
Cicatriz (Nação Zumbi)

O Recife Antigo, também denominado como Bairro do Recife, é a localidade mais antiga da capital pernambucana. Da sua origem aos dias atuais, essa ilha já sofreu inúmeras transformações, fazendo com que a sua área, depois de sucessivos aterros, passasse a ser dez vezes maior que a original (CAMPELO, 2008).

Nas últimas décadas, o poder público tem promovido uma série de ações de requalificação urbana no bairro: recuperação patrimonial com projetos de restauração, reforma e novas ocupações de espaços públicos, mudança no trânsito com medidas para redução de velocidade de automóveis, rua exclusiva para pedestres e ciclovia; investimento em infraestrutura tecnológica para atração de empreendimentos e realização de ações sociais e de lazer para residentes e turistas. Como consequência, o Recife Antigo tem atraído novos e maiores públicos.

No cotidiano do bairro, durante a semana, ele é frequentado pelos moradores da Comunidade do Pilar⁴ e por trabalhadores de órgãos públicos e empreendimentos comerciais ali situados. Identifica-se também turistas que visitam pontos históricos e equipamentos culturais. No turno da noite, o bairro assume ares boêmios, com o funcionamento de bares, boates e restaurantes para públicos de diferentes classes sociais.

Nos antigos armazéns, situados na margem leste da ilha, a reforma realizada com recursos públicos permitiu que grandes empreendimentos gastronômicos e de entretenimento se instalassem, atraindo um público de alto poder aquisitivo ao bairro. Na Praça do Marco Zero, um apêndice entre os armazéns, patinadores, skatistas e jovens estudantes reúnem-se em tribos, sentam-se em círculo no piso da praça para comer e beber, fazem malabarismos e acrobacias sobre rodas, ensaiam maracatu e outras expressões artísticas e culturais.

Nos finais de semana, em especial no último domingo de cada mês, há o projeto municipal “Recife Antigo de Coração”, cujo objetivo é fazer com que o bairro se torne um grande parque urbano, onde as pessoas pos-

⁴ Conjunto habitacional popular, situado no Recife Antigo a poucos metros da Prefeitura, cujos moradores vivem em condições precárias (SANTOS, 2010; GIUSTINA, 2010).

sam circular com liberdade. Concentrado em três polos (infantil, cultural e esportivo), ele é dedicado a todas as idades com atividades durante o dia inteiro, além de apresentações culturais, blocos itinerantes, aluguel de equipamentos esportivos, rampas de skate e área reservada com atendimento para as crianças (RECIFE ANTIGO DE CORAÇÃO, 2013). Além desse, outros projetos como o “Olha! Recife” e “Ciclofaixa de Turismo e Lazer” tem mudado a dinâmica do bairro. O que antes era restrito a um calendário de datas comemorativas, agora tem sido regular nos finais de semana. Como resultado, o Recife Antigo vem atraindo nos sábados e domingos mais de 40 mil pessoas que participam de práticas esportivas, brincadeiras e apresentações culturais (NE10, 2014). Porém, as melhorias promovidas no Recife Antigo, tão bem alardeadas pelo poder público, coexistem com problemas que já estão se tornando crônicos no bairro.

A Comunidade do Pilar que, apesar de estar localizada também na ilha, parece assistir, a distância, essa nova realidade vivida no bairro. Seus moradores não se sentem incluídos e contemplados nas políticas públicas de requalificação urbana que estão sendo implantadas. Na verdade, eles se sentem paralisados no tempo, ainda à espera da implementação do Projeto de Requalificação Urbana e Inclusão Social da Comunidade do Pilar – PRUISCP, lançado pela Prefeitura do Recife desde 2007 e dotado de recursos municipais e federais oriundos do Plano de Aceleração do Crescimento (NERY e CASTILHO, 2008; NERY e SÁ, 2009; NERY, 2012). Recentemente, diante da inércia do poder público com o avançar das obras, o Ministério Público Federal exigiu que a Prefeitura do Recife finalizasse as obras até o dia 30 de setembro de 2016 (G1, 2016).

A violência do Recife Antigo também tem sido manchete nos jornais locais. Em especial aos domingos, pais e filhos que frequentavam o bairro pela manhã com roupas leves para caminhadas ou pedaladas cedem espaço, no cair da tarde, a jovens e adultos em busca de outras atividades de lazer, dentre elas a prostituição e o consumo de drogas como maconha, cocaína, loló e *crack*, gerando um clima de tensão e violência com frequentes arrastões (G1, 2014; BLOG DA FOLHA, 2015; FOLHA-PE, 2016). É quando a sensação de segurança começa a dar lugar à instabilidade, tornando o bairro – antes considerado ensolarado, seguro e familiar – num ambiente perigoso e violento.

Ainda de acordo com essas matérias, a maior concentração de atos ilícitos ocorre em especial nas ruas estreitas próximas à Ponte Giratória, no sul da ilha, área que compreende os Polos Alfândega/Madre Deus e Bom Jesus, onde muitas ruas ainda não foram contempladas pelo Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1993) (**Figura 1**). Essa área abriga um conjunto edificado de valor cultural reconhecido e onde deveriam ser promovidas as recupera-

ções em termos de infraestrutura, reciclagem dos imóveis e dinamização das atividades (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 2001; LEAL, 2003; NERY e CASTILHO, 2008).

Figura 1: Mapa do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, 1993.



Fonte: NERY e CASTILHO, 2008.

Nelas, alguns casarios com estabelecimentos comerciais como bares, escritórios e galerias de arte mantem-se em bom estado, compartilhando o espaço com tantos outros abandonados ou ocupados por famílias que não possuíam moradia. Nas paredes externas desses prédios, em meio ao lixo e ao desgaste natural do tempo, pode-se encontrar extensos, numerosos e diversificados grafites que ainda dão vida e cor a uma área degradada, pouco iluminada, rotulada como violenta pela imprensa, esquecida pelo poder público e desinteressante para a exploração imobiliária.

Percebe-se, então, uma situação conflituosa. Se, por um lado, o poder público busca atender o interesse da coletividade, revitalizando o patrimônio histórico do Recife Antigo e promovendo ações sociais, de lazer e diversão em suas ruas e praças; por outro, prioriza-se as demandas capitalistas, gerando guetos de alto luxo com a instalação de modernos empreendimentos nos antigos armazéns reformados. Em uma mesma ilha, sob a atmosfera de uma tensão silenciada, é possível encontrar esgoto a céu aberto nas vielas da Comunidade do Pilar, infraestrutura de alta tecnologia para os empreendimentos do Porto Digital ⁵, famílias se divertindo em ciclofaixas, como também

⁵ Iniciativa privada, do Governo do Estado de Pernambuco e de universidades da região que abriga hoje 250 empresas e instituições dos setores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Economia Criativa (EC).

restaurantes e boates atendendo uma elite consumista. Ali também circulam funcionários de conglomerados empresariais e de órgãos públicos, turistas que visitam equipamentos culturais, habitantes da Comunidade do Pilar que resistem à gentrificação⁶, bem como jovens e adultos que frequentam espaços ditos “alternativos” e manifestam suas opiniões através da grafitagem em áreas abandonadas.

Para Harvey (2014), esses jovens e adultos merecem uma atenção especial, pois suas pautas – que passam pelo direito à moradia, pela gentrificação, pela criminalização dos pobres e diferentes – constituem também a luta pela cidade que emana “[...] basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” (p. 15).

É nesse ambiente das ruas do Recife Antigo que esse artigo encontra condições possíveis de estudar a cidade e o urbano⁷ através da grafitagem, um campo de múltiplas produções espaciais presente nas metrópoles brasileiras contemporâneas.

A grafitagem é considerada como marcas feitas por pessoas que se apropriam de certos locais da cidade e fixam nos muros algumas expressões e imagens que propiciam diversos tipos de interação em que a percepção se desloca para os domínios da imaginação, da ficção e da fantasia (HARVEY, 2005). Esses artistas, comumente chamados de grafiteiros, através da exibição de signos para a sociedade, criam uma estética própria que vai além das artes visuais, envolvendo também a música, a literatura, a moda e outras linguagens. Dessa forma, constata-se que a grafitagem pode assumir significados diversos, proporcionando um amplo debate sobre a multiplicidade de sentidos da realidade (HAMBURGUER, 2007).

Esse artigo, então, se propõe a discutir a produção visual de grafiteiros no Recife Antigo com o intuito de identificar como o grafite dialoga com questões de pertencimento territorial, legitimidade e identidade.

A organização e análise dos grafites selecionados foram influenciadas pelo método cartográfico rizomático apresentado por Deleuze e Guattari (2000), tendo como lente de observação as discussões levantadas pelo geógrafo britânico David Harvey, em seu livro *Cidades Rebeldes*, sobre as resistências urbanas ao poder hegemônico do capitalismo na constituição das cidades.

6 O termo gentrificação foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass em meados do século passado numa tentativa de descrever o processo de investimento, reabilitação e apropriação pela classe média assalariada londrina de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares (NERY e CASTILHO, 2008). Atualmente, esse processo é comum em diversas partes do mundo, resultando, frequentemente, na expulsão dos setores populares e em um controle mais rigoroso da diversidade sociocultural ali existente (FRUGOLÍ JR., 2001; TRINDADE, 2011).

7 Para efeito desse estudo, as questões envolvendo aspectos físicos da cidade serão tratadas como “da cidade” e aquelas pertinentes ao tecido social que habita a cidade, “do urbano”.

Nesse aspecto, é natural que a coerência teórico-metodológica⁸ do estudo em foco desague nas ideias principais do Tratado de Nomadologia também desenvolvido por Deleuze e Guattari (2000).

A seguir, o artigo é estruturado em quatro sessões. Após a problematização apresentada, há uma exposição das principais questões levantadas por Harvey (2014) sobre o direito à cidade em um cenário em que as cidades são planejadas a partir dos interesses capitalistas em detrimento do bem estar social. Em seguida, há uma discussão sobre a grafitagem como arte urbana. Na terceira sessão, essas duas discussões se entrelaçam: manifestações de resistência na cidade através da grafitagem como uma típica ação da máquina de guerra diante do aparelho de captura do estado. Sob a inspiração do método cartográfico rizomático, grafites do Recife Antigo foram fotografados, selecionados e organizados para serem analisados. Por fim, o artigo assume um caráter provocativo, de contínua reflexão, sinalizando possíveis caminhos de análise, jamais esgotando qualquer um deles.

2 A CIDADE: o bem estar social ou os interesses do capital?

Ao apresentar diversos movimentos sociais de resistência às práticas capitalistas que ocorrem pelo mundo, Harvey (2014), em seu livro *Cidades Rebeldes*, discute inicialmente o que Lefebvre cunhou como o direito à cidade, ou seja, “[...] uma idealização de um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador.” (p. 20). Discutir o direito à cidade como um direito atual passa a ser um significante vazio, pois dependerá diretamente de quem lhe vai conferir significado. Financistas e empreiteiros tem tanto direito de reivindicá-la, a partir de seus interesses, como desempregados e sem-teto.

Para Harvey (2014), o grande desafio é promover essa idealização num contexto cujos conceitos em vigência são individualistas, baseados na propriedade e coadunam com a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal. Na sua ótica, os direitos à propriedade privada e às taxas de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar. “Nessas condições,

8 A tentativa de promover diálogos entre teóricos de campos ideológicos distintos – marxistas como Harvey, Lefebvre e Lojkin com Deleuze e Guattari da lógica da diferença – é justificada mais pelas suas interseções do que pelas posições contrárias. Deleuze e Guattari (2000) explicam que o Estado, através do processo de axiomatização, sempre atua em prol do capital. No campo do urbanismo, os teóricos marxistas aqui contemplados, defendem que, a partir da cidade industrial, o poder hegemônico estatal molda os espaços também a favor da prática capitalista. Outra possível interseção está na discussão sobre o direito à cidade (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2014) que coaduna, inclusive, com o devir-cidade daqueles que se encontram em rota de fuga com o aparelho de captura do Estado. Dessa forma, as tessituras desse artigo buscam se restringir aos diálogos possíveis desses teóricos nos campos do urbanismo, da política e das artes.

os ideais de identidade urbana, cidadania e pertença, de uma política urbana coerente, já ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista, tornam-se muito mais difíceis de manter.” (p. 49).

O debate sobre o direito à cidade deve ser entendido, então, não como algo que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta, “[...] que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida” (p. 247). Nesse contexto, Lefebvre (1999) propõe uma *revolução urbana*. Em sua obra de mesmo título, o autor expõe a necessidade de redimensionar a presença do Estado na gestão da cidade, por considerar a predominância da lógica tecnocrática em detrimento da democracia. Propõe-se, então, um modelo de autogestão, onde os cidadãos manifestem suas demandas e, coletivamente, pensem e definam a cidade que desejam. Nesse modelo, o desenvolvimento social ocupa lugar estratégico, superior ao econômico.

Ainda nessa discussão sobre o direito à cidade, ao contemplar o espaço urbano, destaca-se a racionalização dos burocratas estatais e tecnocratas com o intuito maior de facilitar a acumulação de capital e de favorecer as relações dominantes de classe. Diversos autores alertam para o fato de o Estado muitas vezes adotar o discurso democrático, mas, na verdade, é a sua lógica tecnocrática que orienta as intervenções urbanas estatais e privadas (LEFEBVRE, 1991, 2001; LOJKINE, 1979; OLIVEIRA, 2009).

É nesse contexto que o poder público se divide entre os interesses da coletividade e aqueles das classes dominantes, nas quais estão incluídos os empresários dos segmentos financeiro e imobiliário. Para Harvey (2014), cada vez mais, o aparato estatal só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos. Dessa forma, destaca-se a forte relação de dependência entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização da cidade. Tanto o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir, como a urbanização precisa do capitalismo para produzir os excedentes de produção exigidos por ela mesma.

Focando no contexto brasileiro, Maricato (2013) expõe que compreender a cidade é um ponto fulcral para melhor desvendar a relação entre o Estado e o capital, porém, no Brasil, nem a esquerda a enxerga e não consegue vê-la como um ambiente de luta de classes, nem a direita a considera cuja atenção está na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público.

Para compreender a expansão do capital no cenário globalizado, Harvey (2014) detalha sua dinâmica ao explicar que o capitalismo sempre encontra novos meios de produção e de exploração dos recursos naturais. Isso coloca uma pressão cada vez maior sobre o meio ambiente, para que se possam extrair

matérias-primas necessárias, como também absorver os inevitáveis desperdícios e rejeitos.

As leis coercitivas que regem a concorrência também forçam novas tecnologias e formas de organização a entrar em operação o tempo todo, uma vez que os capitalistas com maior produtividade podem submeter os que usam métodos inferiores. As inovações definem novos desejos e necessidades, acelerando o tempo de giro do capital e a fricção da distância. Isso amplia o alcance geográfico em que o capitalista é livre para buscar maior oferta de mão-de-obra, matérias-primas e assim por diante, gerando novas configurações das cidades.

Para Velázquez e Cobos (2013), o processo de globalização introduz duas variáveis significativas no nível urbano. Por um lado, com as novas distâncias impostas pela cidade, há a introdução de novas modalidades de cultura domiciliar, incluindo o *homework*, o hábito de ver filmes em casa, receber comida pronta. Por outro lado, há o que De Mattos (2002) chama de “artefatos da globalização” com a policentralização, a polarização social, a segregação social e a fragmentação da estrutura urbana.

Atento a essas questões, Harvey (2014) explica que o poder público frequentemente procura reorganizar as infraestruturas da cidade e a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle. Mencionando Lebevre em *A Revolução Urbana*, ele distingue esses espaços como heterotópicos e isotópicos. Os primeiros são caracterizados pela diferença, terreno fértil para os movimentos sociais, provocadores de estado de tensão, onde, sob esse ponto de vista, a grafiteagem se insere como uma prática urbana. Os isotópicos são a ordem consumada e racionalizada do capitalismo e do Estado.

É nessa linha que Zorzo (2012) afirma que os grafites merecem a reflexão e um acolhimento crítico por servirem, exatamente, para problematizar o olhar no ambiente da cidade. Através da análise da arte de rua, é possível tematizar o fluxo do olho no espaço urbano e, devido à sua contemporaneidade, oferece uma diversidade de reações e proposições políticas sobre a visualidade urbana.

3 A GRAFITAGEM REBELDE⁹: a arte como forma de expressão urbana

Em diferentes épocas e partes do mundo, os muros das ruas são uma tela para uma comunicação essencialmente pública. A experiência urbana, a cultura, a cidade, as ruas estão repletas de estímulos visuais que vão se somando às

9 O uso do adjetivo “rebelde” na grafiteagem aqui discutida não busca promover uma classificação estanque e dicotômica, mas sim, relacionar com as teorias discutidas por Harvey (2014) em *Cidades Rebeldes* e por Deleuze e Guattari (2000) no *Tratado de Nomadologia*, bem como, delimitar a seleção dos grafites para a pesquisa. As grafiteagens impressas em áreas demarcadas e consentidas pelo poder público no Bairro do Recife não foram utilizadas na pesquisa, apenas aquelas em que seus artistas não obtiveram prévio consentimento do Estado ou do proprietário do imóvel.

memórias, percepções e experiências individuais e da coletividade social (RINK e METTRAU, 2010; ROSS, 2015; DE RUITER, 2015, COWICK; 2015).

Compreender o fenômeno da grafitagem passa pela compreensão da arte, da cidade e do urbano. Através de seus desenhos impressos em paredes e muros, identifica-se a presença da vida urbana, do cotidiano, dos problemas sociais, econômicos e políticos que povoam as mentes de artistas de rua e invadem o olhar de passantes. Nessa vertente, Bosco (2010) considera o grafite como um modo de apropriação do espaço urbano, sendo considerado um ato de interação, produtor de sentidos e de significados sociais.

Para muitos, a grafitagem é reconhecida como a tatuagem da cidade que traz arte a espaços mortos. Para outros, por ser associada à resistência, à manifestação de uma minoria oprimida num mundo onde o poder do capitalismo dita as regras, a grafitagem é uma cicatriz que traz consigo marcas de luta, liberdade de expressão, uma provocação que visa impactar e fazer refletir. Há ainda aqueles que a consideram uma micose que se espalha desordenadamente pelos espaços livres da cidade, desafiando o poder público e a propriedade privada, mais associada à pichação.

Nesse sentido, sem estabelecer distinções com a grafitagem, Wainer (2005) considera que a pichação é uma arte provocativa, capaz de causar reação no espectador ao se deparar com o inesperado. A pichação se tornou um ato de intervir em algo já existente, provocando impactos e reações, direcionando e alterando olhares para um fato ou lugar dentro da banalidade cotidiana (VAZ, 2013).

No Brasil, pichação e grafitagem tem conceituações bem distintas especificadas, inclusive, no âmbito legal. A Lei dos Crimes Ambientais Nº 9605/98, em seu artigo 65, legaliza o grafite em detrimento da pichação. A prática do grafite é permitida e não constitui crime, desde que realizada com o objetivo de valorização do patrimônio público ou privado, mediante manifestação artística, com o consentimento do proprietário do bem privado ou com a autorização dos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

Maurício Villaça, um dos precursores da arte da grafitagem no Brasil, compartilha a ideia de que o grafite é também as garatujas que são feitas desde a mais tenra idade, os rabiscos e gravações feitos em bancos de praça, banheiros, e até mesmo aqueles que surgem quando falamos ao telefone. Assim, também, a grafitagem que se difunde de forma intensa nos centros urbanos significa riscar, documentar, de forma consciente ou não, fatos e situações ao longo do tempo. Refere-se a uma necessidade humana como, por exemplo, dançar, falar, dormir e comer (GITAHY, 1999).

Atualmente, o grafite adquiriu outros significados, dentre eles como sinônimo de *Aerosol Art* ou *Street Art*, uma expressão artístico-estética que

se manifesta na rua com latas de *spray*, *stencil* ou a mão livre e é reconhecida pelo seu dinamismo, temporalidade e cores vibrantes (ELSTEIN, 2015). Sua manifestação realça a diversidade e a desigualdade no meio urbano, tendo a problematização como âmbito de sua criação (KP, 2001).

Suas imagens são capazes de desestabilizar a coesão social imposta pelo poder hegemônico que pasteuriza subjetividades e reprime diferenças. A coesão social – ou sua falta – é retratada, nesse contexto, pela divisão dos espaços no ambiente urbano. Por um lado, há um espaço oficial projetado pelo poder público ou pela iniciativa privada e construído sem levar em consideração o uso que os cidadãos dariam a ele. Por outro lado, um mesmo espaço pode ser considerado alternativo ou da diferença, uma vez que ele pode ser usado e inventado na medida em que o cidadão o nomeia ou o inscreve.

Em complementação, o grafite pode provocar também um desaceleração do passante para a observação ou contemplação da arte exposta, sendo considerado ainda uma oposição à velocidade, à aceleração, características presentes na contemporaneidade dos grandes centros urbanos.

Para Iverson (2008), o grafite é considerado, atualmente, uma arte plástica com um sistema simbólico possível de ser decodificado socialmente, diferenciando-se da pichação cujos autores produzem pouca simbolização e seus traços ou *tags* são como rabiscos sem sentido para a maioria dos pedestres. A pichação é uma violência dos socialmente excluídos e sua manifestação vai de encontro ao pacto social. Ela os ajuda a acomodar relações confusas e difíceis numa tentativa de harmonizar com o mundo (BOSCO, 2010; HUTSON, 2011). Os pichadores atuam em qualquer lugar que ofereça visibilidade à sua ação, independente do valor histórico ou social do local. Suas *tags* não são decodificadas pela sociedade, quando muito o reconhecimento desses sinais ocorre entre eles, os próprios pichadores.

Sob um outro olhar, João Wainer, repórter-fotógrafo considera a pichação uma forma legítima de arte que não pode ser ignorada ou classificada simplesmente como ilegal. Sua leitura para a pichação está voltada para a estética e o desenvolvimento de um estilo próprio que combina com “a cor do asfalto, o cinza dos prédios, o cheiro da fumaça que sai do escapamento dos ônibus, o barulho do motor, da buzina dos motoboys, da correria...” (WAINER *apud* Schultz, 2010, p. 101). Para o repórter, esse tipo de intervenção urbana vem a ser uma forma pacífica e legítima de protesto contra a violência das cidades:

Além de bonito, o ato de pichar é um efeito colateral do sistema. É a devolução, com ódio, de tudo de ruim que foi imposto ao jovem da periferia. Muitos garotos tratados como marginais nas delegacias, mesmo quando são vítimas, ridicularizados em escolas públicas ruins e obrigados a viajar num sistema de transporte de péssima qualidade devolvem essa rai-

va na forma de assaltos, sequestros e crimes. O pichador faz isso de uma maneira pacífica. É o jeito que ele encontrou de mostrar ao mundo que existe. (WAINER *apud* SCHULTZ, 2010, p. 101).

Aqui a arte, como modo de pensamento, deve deixar no caminho o senso comum e abrir o campo afetivo de forças que atacam com violência, uma destabilização que arrasta ao limite das faculdades perceptivas entrando em uma dissonância que excita e embaralha. Esta abertura da arte por fora do reconhecimento e da imitação tende a um exterior inapreensível, intensamente produtivo de encontros singulares, múltiplos e indefinidos (DIAZ, 2014).

Em complementação, o especialista na obra de Gilles Deleuze, o filósofo canadense Alain Beaulieu, em seu livro “*Cuerpo y acontecimiento. La estética de Gilles Deleuze*”, afirma que Deleuze considera a arte como um meio privilegiado de resistência frente ao presente. O desafio estético deleuziano consiste em experimentar as obras em sua singularidade, situando-se o mais próximo possível do processo vital que a originou. Em outras palavras, Deleuze não busca identificar o belo ou interpretar o sentido das obras, mas experimentar a vida não orgânica das forças impessoais comuns às sensações daquele que experimenta e das próprias obras de arte. Essas linhas demarcatórias permitem identificar duas das características principais da estética deleuziana: a busca da imanência e a experimentação das forças. O estudo deleuziano das sensações responde a estas modalidades específicas (CHACÓN e LUTEREAU, 2012).

Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari (2000) explicam que o espaço criativo é mais rico quanto mais mutável for, quanto mais se permitir a mudança, a migração, a fuga de um território e a reintegração de outros, um livre contraponto. No entanto, às vezes, se exagera operando com uma confusão de conceitos e sons. Em vez de produzir uma máquina cósmica, capaz de gerar um criativo sólido, se constrói, então, uma interferência que mistura os sentidos e as ideias. É apostando nessa complexidade que se ampliam os horizontes simbólicos (DIAZ, 2011).

Nesse campo de interpretações, a grafitagem rebelde aqui exposta é aderente aos movimentos da máquina de guerra em permanente tensão com o aparelho de captura do estado discutidos por Deleuze e Guattari (2000) no Tratado de Nomadologia. Para os autores, o paradigma da máquina de guerra é uma potência de metamorfose que tenta romper os axiomas limitantes ofertados pelo aparelho de captura de estado, considerado uma máquina social capitalista com seu aparelho de repressão edipiano. Enquanto o Estado busca uma fixidez, retendo movimentos descodificados, o outro está em oposição, constantemente gerando novas subjetividades, fluxos de desejos (CROGAN, 2008; ONETO, 2010).

No caso do grafite, percebe-se o esforço do Estado em ofertar aos grafiteiros, áreas demarcadas na cidade para a exposição de sua arte. As ruas têm, então, uma arte adestrada, domesticada, que não entra em confronto com o ofertante. O Estado produz um axioma através da concessão de espaços públicos onde o grafite ali exposto serve mais como um ornamento para contemplação dos passantes do que como provocação para uma reflexão social.

O grafite que invade espaços abandonados da cidade traz consigo o elemento da exterioridade ao paradigma do aparelho de estado. Ele é desordenado como o próprio ato de pensar e traz consigo uma outra ordem, outra natureza caracterizada pelo efêmero, que problematiza, busca experimentações e se opõe ao hegemônico.

4 O MÉTODO CARTOGRÁFICO RIZOMÁTICO

O método cartográfico rizomático é apresentado por Deleuze e Guattari (2000) no volume 1 do livro *Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Para explicá-lo com sua aplicabilidade no campo da arte, faz-se oportuno discutir separadamente a ideia de cartografia para, em seguida, acrescentar a ideia de rizoma. Por fim, são detalhados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

Caracterizando-se pelo livre criar, a cartografia acompanha movimentos, podendo fazer seus próprios desvios. Concebe mapas, diagramas, territorialização e desterritorialização, reunindo um conjunto de cores, sentidos e intensidades, percorrendo espaços ainda não visitados. Os mapas, objeto da cartografia, também podem ser pensados na ordem da estética, conectáveis e modificáveis que se prestam a interpretações poéticas, incorporando valores culturais e crenças políticas ao figurarem e reconfigurarem o espaço:

[...] o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 21).

A cartografia é um método utilizado no campo da arte e da filosofia como pressuposto à investigação em poéticas visuais. Em sua origem, ela é a ciência que trata da concepção, produção, difusão, utilização e estudo dos mapas. Através da invenção de mundos e seus lugares, da interpretação do espaço, ela pode ser aplicada como método de acompanhamento para traçar percursos poéticos, sendo aquilo que força a pensar e ver o todo do processo do artista, dando-se como possibilidade de caminho a ser desenhado no trabalho, como uma atenção voltada ao processo em curso (MOURA e HERNANDEZ, 2012).

Entendendo, então, que o método cartográfico convida o pesquisador a um exercício cognitivo peculiar, traçando um campo problemático, ele requer um conhecimento muito mais capaz de inventar o mundo, ao invés de simplesmente reconhecê-lo. Seu esforço consiste em suscitar problemas, possibilitando identificar os termos nos quais eles se colocam. Para isso, mexe-se, revolve-se e tira o pensamento do lugar. Sua base está no desassossego, no agito de interações violentas com o pensamento e a formação de novos mundos (OLIVEIRA e PARAÍSO, 2012).

De acordo com Moura e Hernandes (2012), a cartografia repensa o funcionamento que rege as pesquisas, se aventurando, desnovelando investigações, acontecendo de uma maneira que não tem regras a seguir. Ela é um movimento atencional, concentrado na experiência, na localização de pistas e de signos do processo em curso. Nesse caso, ela não está relacionada à cartografia ligada aos estudos da geografia, a partir de traçados de conhecimentos precisos, fundado em bases matemáticas, estatísticas e que conta com instrumentos e técnicas sofisticadas (FILHO e TETI, 2013).

Para a arte, a cartografia é a experimentação do pensamento ancorado no real, é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que emerge do fazer (KASTRUP, 2010), com base no processo em que o conhecimento é construído através da atenção que configura o campo perceptivo. O sentido da cartografia é de acompanhamento de percursos, aplicação em processos de produção, conexões de rede ou rizomas. Associar à cartografia a ideia de rizoma é atestar o pensamento na sua força performática, cuja pragmática está inteiramente voltada para uma experiência ancorada no real (DELEUZE e GUATTARI, 2000).

Deve-se considerar o aspecto subterrâneo de uma formação rizomática, que leva a um problema de visibilidade imediata dessa complexa e intrincada teia de relações. Nesse sentido, Deleuze e Guattari (2000) expõem que tal formação rizomática tem como um dos princípios a cartografia/decalcomania indicando que o rizoma resiste à aplicação do modelo estrutural-gerativo, opondo-se a quaisquer noções de eixo genético ou de estrutura profunda. O modelo árvore-raiz reproduz em série os decalques de um campo, uma situação, uma paisagem, enquanto o olhar rizomático traça uma cartografia, desenhando um mapa como diagrama variável (FILHO e TETI, 2013).

Para facilitar a compreensão de rizoma, Deleuze e Guattari (2000) ainda o explicam a partir de seis princípios. Dois deles já foram apresentados acima: a cartografia e a decalcomania. A seguir, a **Tabela 1** identifica todos de forma sintética.

Tabela 1: Características aproximativas de um rizoma.

PRINCÍPIOS	DESCRIPTIVO SINTÉTICO
Da conexão e da heterogeneidade	Qualquer ponto de um rizoma deve ser conectado a outro. Cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas etc. Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais. Não existe locutor-auditor ideal, como também não existe comunidade linguística homogênea.
PRINCÍPIOS	DESCRIPTIVO SINTÉTICO
Da multiplicidade	As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. Inexistência de unidade ainda que fosse para abortar no objeto e para “voltar” no sujeito. Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). Os fios da marionete, considerados como rizoma ou multiplicidade, não remetem à vontade suposta uma de um artista ou de um operador, mas à multiplicidade das fibras nervosas que formam, por sua vez, outra marionete, seguindo outras dimensões conectadas às primeiras. Os fios ou as hastes que movem as marionetes seriam chamados de <i>trama</i> . Um agenciamento é precisamente esse crescimento das dimensões em uma multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições em um rizoma como se encontra em uma estrutura, uma árvore, numa raiz. Existem somente linhas.

PRINCÍPIOS	DESCRITIVO SINTÉTICO
Da ruptura a-significante	<p>Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. É impossível exterminar as formigas, porque elas formam um rizoma animal do qual a maior parte pode ser destruída sem que ele deixe de se reconstruir. Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem em uma linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Essas linhas não param de se remeter uma às outras. É por isso que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito. Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?</p>

PRINCÍPIOS	DESCRITIVO SINTÉTICO
Da cartografia e da decalcomania	<p>O rizoma é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda que tem os princípios de decalque reprodutíveis ao infinito. Toda lógica de árvore é uma lógica do decalque e da reprodução. Diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa, não o decalque. A orquídea não reproduz o decalque da vespa, ela compõe um mapa com a vespa no seio de um rizoma. Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Pode-se desenhá-lo em uma parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca, nesse sentido, é um rizoma animal,</p>

PRINCÍPIOS	DESCRITIVO SINTÉTICO
Da cartografia e da decalcomania	e comporta às vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação (cf. por exemplo, a lontra). Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é uma questão de performance, enquanto o decalque remete sempre a uma presumida “competência”.

Fonte: Deleuze e Guattari (2000).

Para a produção desse artigo, sob a inspiração do método cartográfico¹⁰, foram fotografados os grafites desenhados nas ruas que vão da Rua Tomazina à Travessa do Amorim no extremo sul do Bairro do Recife Antigo¹¹. Ao todo, foram realizadas quatro visitas ao local entre os dias 23 de junho e 15 de agosto de 2015. Na primeira, houve a coleta das imagens, fotografando todos os grafites encontrados. Cada imagem correspondia a um grafite, respeitando os limites, tantas vezes difusos, entre as produções artísticas.

Das 47 imagens coletadas, 11 foram selecionadas por apresentarem, mais explicitamente, questões levantadas nas discussões de David Harvey sobre o poder contra-hegemônico ao capital na formação das cidades, evidenciando o traço problematizador da vida cotidiana em centros urbanos, típico da grafitagem (GITAHY, 1999; KP, 2001; WAINER, 2005; VAZ, 2013).

Para a composição dos mapas, houve mais três visitas em diferentes horários com o objetivo de observar os grafites e senti-los em diferentes contextos. A segunda visita foi numa terça-feira à tarde, quando o bairro era frequentado prioritariamente pelos moradores da Comunidade do Pilar e pelos funcionários das repartições públicas e de empreendimentos privados. A terceira observação foi no sábado à noite com os bares e boates abertos atraindo jovens e adultos para aquela redondeza. A última visita foi feita numa manhã de domingo, quando famílias frequentavam o Recife Antigo para atividades de lazer.

Com a seleção dos 11 grafites, foram compostos 4 mapas, considerando:

- o princípio da cartografia/decalcomania, em que atributos como imprevisibilidade e inevitabilidade que compreendem a lógica da diferença foram fundamentais para a adoção do método de matriz cartográfica rizomática (DELEUZE e GUATARRI, 2000);

¹⁰ Caracterizado como um estudo preliminar, buscou-se aqui seguir apenas algumas diretrizes apresentadas por Deleuze e Guattari (2000) sobre o método cartográfico rizomático. À medida que os grafites de novas áreas do Recife Antigo sejam incorporados ao estudo, pretende-se ampliar em rigor o método, adotando, em maior integridade, os seus procedimentos analíticos.

¹¹ Para esse artigo, foram selecionados os grafites presentes no Polo Alfândega/Madre de Deus. Com a ampliação da pesquisa, serão incorporados os grafites dos Polos Bom Jesus, Pilar, Capibaribe e Arrecifes.

- a disposição territorial dos grafites, observando a sua relação com aspectos históricos, políticos e sociais da localidade;
- uma coerência nas mensagens transmitidas pelos grafites, tanto explicitamente através de frases, como também nas imagens desenhadas;
- a compreensão de que também se evidencia na cidade um campo de luta anticapitalista com pautas específicas (HARVEY, 2014);
- a consciência de que os grafites espalhados pelos muros, assemelhados aos rizomas, são impossíveis de serem modelados, de seguir estruturas ou assumir pontos específicos (EL KHOURI, 2009).

Para a análise dos dados coletados, foram consideradas as categorias de análise a partir de três linhas (GONÇALVES, 2007) que compõem o rizoma e facilitam a operacionalização do método em foco:

- Linhas moleculares: são flexíveis e atravessam tanto sociedades como grupo de indivíduos. Elas possibilitam o afetamento da subjetividade criando zonas particulares de indeterminação capazes de possibilitar agenciamentos.
- Linhas de fuga: presentes no espaço liso, estão no plano de imanência do desejo e convergem em processos que conduzem para o novo, novos modos de ser, pensar e agir. Elas são associadas ao processo de desterritorialização e de fluxos descodificados, capazes de gerar precipitações e rupturas. Tais linhas com suas velocidades constituem agenciamentos.
- Linhas molares: remetem ao espaço estriado, operando a organização, as classes (gênero, sexo etc.) os estratos sociais (a família, a escola, o trabalho, etc.). Elas sempre classificam e sobre-codificam os sujeitos. São caracterizadas pelo controle e aprisionamento que atravessam sociedades inseridas no sistema capitalista de produção. São linhas de viscosidade e de retardamento relativo.

Dessa forma, a seguir, são apresentados esboços incompletos, no máximo traços cartográficos que norteiem um pensamento, indiquem caminhos, expressem algo por vir, um *devenir*. Dessa forma, assim como defende Williams (2013), em um constante exercício, as grafitagens podem ser revistas, rediscutidas, ressignificadas a cada novo olhar, rompendo representações, apropriando-se de conceitos para criar algo novo, buscando diferenças.

5 A GRAFITAGEM NO RECIFE ANTIGO

Figura 2: Mapa 1.



Fonte: Os autores, 2015.

Inicialmente, são apresentados aqui 4 grafites (**Figura 2**) que remetem à estética particular da grafiteagem. Através do autorretrato de um grafiteiro em que parte do rosto é coberta, numa possível tentativa de não identificação, o artista surge do buraco do muro e impõe sua arte mesmo sem prévia autorização do uso do espaço. Esse buraco remete às fissuras da sociedade onde as manifestações de injustiça e descontentamento precisam emergir. O *spray* é arma e a arte, violência, desestabilização, desconforto (DIAZ, 2014).

Na prática, isso já se percebe no caso da grafiteagem. Com uma atuação isotópica e axiomática que busque a ordem e o uso racional do espaço, o Estado, por meio de linhas molares, demarca e autoriza espaços públicos para essa produção artística, promovendo certames públicos com temáticas pré-definidas, tantas vezes distantes de assuntos polêmicos e conflituosos. A mesma ação é feita pelo capitalismo quando a arquitetura de interiores, por exemplo, contrata grafiteiros para pintarem, sob encomenda, em paredes de escritórios, salas e quartos residenciais. Nesse caso, restabelece-se uma ordem e atenua os aspectos provocadores e tensionantes próprios da arte da grafiteagem.

O boné e o casaco são trajes típicos de identificação de uma tribo, o pertencimento ao grupo. Normalmente, a sociedade considera os grafiteiros como aqueles que transgridem regras, loucos que possuem um comporta-

mento libertário (MERRILL, 2015; BAKER, 2015). Isso pode ser exemplificado no grafite inscrito com a citação de Bob Marley (**Figura 2**). Sua arte “obscura”, de produção “sorradeira”, é incompreendida por muitos e totalmente ignorada por tantos, inclusive por outros profissionais atuantes no campo da cultura.

Uma vez os grafismos gerando incômodo ao sistema, devido ao seu caráter de ilegalidade, transgressão e tentativa de dar voz àqueles que, intencionalmente, são pouco ouvidos nas decisões da *polis*, o Estado compreende que eles precisam ser apreendidos, capturados, codificados em seu território estriado. A arte urbana, então, representa – ainda em sua maioria – uma classe artística que está fora das redes aprisionadoras do sistema.

Nesse sentido, Deleuze e Guattari (1993), ao explicar a atuação do Estado no Tratado de Nomadologia, empenham uma atenção especial à sua relação com aquela sociedade que está fora de seu território de domínio, de controle, demandando-lhe um esforço de apreensão de fluxos, por meio de seu aparelho de captura. Isso é narrado logo no *Axioma I* do *Tratado de Nomadologia* cujo título é “*A máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado*”.

Resgatando as metáforas sobre a grafitagem, tanto a tatuagem, como a cicatriz ou a micose representam a manobra no terreno liso, a linha molecular, ou seja, o risco sobre a pele, o corte no tecido social. Nesse caso, sua proposta é romper com a estabilidade, a uniformidade e o padrão estético, chamando a atenção do olhar, provocando inquietudes. Essas novas subjetividades são produzidas em situações em que a máquina de guerra encontra espaços e tempos lisos, capazes de produzir relações afetivas que não são firmadas por um centro racional ou político, mas sim, por um paradigma da criação e da ação contínuas (DELEUZE e GUATTARI, 2000). Isso pode ser materializado pela não-censura, pelo engajamento por saídas, pelo desbloqueio. É também o dever de minorias que estão em disputas historicamente.

Por ser uma *street art*, ela interage constantemente com o meio e produz sensações e sentidos diversos a partir disso. A luminosidade – sendo dia com sol, nublado com chuva ou noite com a luz dos postes – produz novas sombras no grafite. A chuva acentua cores, a umidade traz lodo, brota plantas nas frestas dos muros e interage com a arte. Além disso, a grafitagem se expande até onde os muros permitirem, invade janelas, portas e dialoga com grades. O fato de não ter molduras e dobrar esquinas contribuem para a sensação de estar inacabada, um eterno devir (ABREU, 2010).

Diante da velocidade dos passantes, tantas vezes apenas centrados apenas em seu destino, a arte de rua pode ser vista, mas não percebida. Mesmo assim, eles, apenas pelo passar, experimentam e influenciam essa arte. No Recife Antigo, diferentes públicos transitam por esse território: o turista desavisado, os jovens em tribo, os desabrigados, os empregados da localidade. Cada

um impõe o seu olhar e, ao mesmo tempo, uma vez sendo visto passando ou parado diante do grafite, ele também está emitindo novos significados a outros olhares que ali circulam. Isso resgata a autonomia da arte defendida por Deleuze e Guattari em que, uma vez criada, não depende nem do seu criador nem do espectador. A não-presença de um vínculo de autoria, de contextualização ou da experiência são capazes de libertar a grafiteagem da prisão do estilo, do olhar, da história.

Figura 3: Mapa 2.



Fonte: Os autores, 2015.

Aqui, a grafiteagem assume os papéis onírico e esclarecedor. No primeiro (**Figura 3**), o sonho não desaparece face à opressão daqueles que capitalizam a realidade. Pelo contrário, ele é potencializado quando pode ser socializado em paredes e muros. No segundo grafite, a mensagem é um alerta e esclarece uma das bases do sistema capitalista com a geração de riqueza oriunda da exploração. Ao lado (**Figura 3**), há o “A” circulado, marca identitária do movimento anarquista¹².

Percebe-se que a discussão sobre os efeitos danosos do capitalismo nas cidades é recorrente. Em contribuição, a grafiteagem surge como uma resistência às estratificações sociais, privatização do espaço público, condições negligenciadas de cidadania entre outros. A grafiteagem rompe hegemonias, permitindo que os pensamentos, sonhos e ideais daqueles que vivem sob um regime econômico de opressão sejam registrados publicamente. É uma crítica extra-muros ao capitalismo, em sua essência, na mais valia, onde há a exploração do trabalho pelo capital, gerando lucro e divisão de classes.

Com isso, a periferia invade o centro do Recife, de maneira impositora, tornando difusa as fronteiras espaciais do subúrbio e do centro, num mundo capitalista. É a voz do oprimido, do excluído do padrão vigente de sociedade.

¹² Constitui uma ideologia surgida em meio aos movimentos populares das classes dominadas na segunda metade do século XIX e que visa, desde então, a partir de determinadas críticas, proposições e estratégias, impulsionar um processo determinado de transformação social.

A grafitagem se torna a manifestação daquele que não pode adquirir, possuir e consumir bens e, em compensação, consome espaços ociosos e grita através de sua arte.

Para Harvey (2014), os movimentos sociais urbanos – assim como a grafitagem – são constantemente interpretados como algo, por definição, subordinado às lutas de classe, podendo ser mero desdobramento ou desvio da causa primária. Eles são anticapitalistas cujas raízes estão na exploração e alienação do trabalho. Muitas vezes, tais movimentos são originados “[...] do desespero que provém do sombrio desespero da marginalização, da repressão policial e da juventude ociosa perdida no puro tédio do aumento do desemprego e do desleixo nos subúrbios sem alma que terminam por se transformar em redutos de ruidosa rebeldia.” (HARVEY, 2014, p. 12).

Nesse sentido, o grafite se opõe à opressão e à atuação seletiva do poder público. Para Deleuze e Guattari (2000), percebe-se um isomorfismo do Estado (do totalitário ao social-democrático) por sempre atuar a serviço do capitalismo. O que diferencia cada modelo, basicamente, é sua ação axiomática que vai da supressão de axiomas no totalitário até a multiplicação dos mesmos quando se deseja atender demandas sociais, estancando possíveis movimentos oposicionistas.

Lefebvre (1999), ao considerar a cidade como campo de disputa, diz que esse cotidiano aprisionador é produto de uma sociedade terrorista controladora, manipuladora, que restringe as liberdades civis e que intervém na ação do Estado, orientando suas iniciativas na concepção de espaços, a partir de uma lógica tecnocrática.

De fato, esse olhar crítico e perturbador não pode ser desconsiderado, como também os reflexos negativos da modernidade na arte urbana, porém é evidente alertar para a necessidade de trazer novos olhares para o fenômeno urbano e perceber que, em um cenário em que o Estado e o capital ainda não aprisionaram todos os códigos sociais, ainda existem espaços vazios de produção rebelde em movimento, capazes de desestabilizar o cotidiano hegemônico, o poder instituído, as axiomatizações e a passividade do cidadão contemporâneo (DUTRA, 2018).

Figura 4: Mapa 3.



Fonte: Os autores, 2015.

Dois temas que retratam a precarização do urbano são contemplados nesse mapa (**Figura 4**). O primeiro está em constante evidência na mídia devido à seca que se alastra no país, em especial na região Sudeste. O uso sustentável dos recursos naturais como a água nunca foi tão discutido em sociedade. Isso remete a uma provocação que David Harvey explora sobre a apropriação do bem público, como a água, pelas grandes corporações, uma prática capitalista segregadora que só permite o uso do recurso natural por aqueles que têm condições de pagar pelo mesmo. Os custos da sua exploração desenfreada e inadequada normalmente são passados para o Estado que, numa relação de desigualdade e dependência para com as grandes corporações, termina assumindo prejuízos com receio de futuras crises econômicas (HARVEY, 2004).

A segunda imagem desse mapa (**Figura 4**) traz uma caveira sem dentes com a caixa craniana de tijolos numa possível alusão às cidades concretadas, onde a natureza é substituída pelas construções, o que torna as cidades doentes. A localização desse grafite é defronte aos armazéns que foram reformados, abrigando atualmente bares e restaurantes de luxo. Para atender a esse público, a Prefeitura alterou o projeto de recuperação do Polo Arrecifes e, onde seria uma praça arborizada, passou a ser a construção de estacionamento com dois pisos. Nesse caso, o grafite se torna espelho, refletindo quais são as prioridades do poder público, concretadas logo à frente. Em posições opostas compondo o rizoma, o grafite se manifesta por meio de linhas moleculares e de fuga, enquanto a Prefeitura, em atuação pelo ordenamento público, atua em linhas molares, aprisionadoras.

Figura 5: Mapa 4.



Fonte: Os autores, 2015.

Resgatando a história do Recife Antigo e identificado sua origem portuária, o bairro já teve momentos áureos seguidos de períodos decadentes. Muitas de suas ruas serviam de baixo meretrício onde a prostituição, bebidas e drogas eram ofertadas aos residentes e portuários que transitavam pelas suas vielas estreitas e pouco iluminadas. Atualmente, o território pesquisado resgata muitos desses atributos, onde cortiços são habitados por famílias que recorrem à prostituição como fonte de renda. Isso tem inspirado grafiteiros a provocarem tais questões em suas artes. Nesse mapa (Figura 5), isso se faz evidente, em especial pela exploração sexual de menores.

Tal exploração – de meninas nessa passagem – é um tema recorrente nas grafitagens do bairro. O primeiro (Figura 5) traz a personagem infantil *Peppa Pig* transmitindo uma mensagem sobre a banalização do assunto, quando abusar sexualmente uma “novinha” parece algo normal, distanciando-se do fato de ser uma criança. A segunda imagem refere-se também à prostituição de menores como um sinal de protesto em que um corpo de uma menor é exposto acompanhado de uma mulher, ambas com rostos velados em sinal de #LUTO. Porém, apesar das adversidades, a esperança não está morta. O semblante triste da menina, na terceira imagem, é acompanhado do pedido de continuar perseguindo os seus sonhos, registrando que sempre é possível identificar espaços utópicos de esperança em meio ao caos (HARVEY, 2004).

Esses grafites (Figura 5), em especial o primeiro e o terceiro, por registrarem imagens infantis, permitem maiores variações de sensações. No domingo de sol, pais e filhos passam diante deles em suas bicicletas ou caminhadas, fazendo com que o grafite componha o cenário sem agressões. No caso da *Peppa Pig*, crianças posam em frente para registro fotográfico de seus pais desatentos às mensagens. À noite, esse mesmo local é frequentado por jovens e adultos. Poucas iluminações aliadas ao rock e a dance music em alto volume dos bares e boates da localidade dão uma sensação totalmente oposta ao deparar-se com os grafites. O lúdico e infantil assumem, então, tons som-

brios onde, mais do que as imagens, os textos que as acompanham se fazem coerentes. Aqui, os grafites também estão em harmonia com o cenário, porém com diferentes significados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir movimentos sociais e intervenções urbanas anticapitalistas, Harvey (2014) elenca uma série de acontecimentos pelo mundo, desde os sucessivos movimentos revolucionários de Paris de 1789 a 1830 até ações mais recentes na América Latina como os movimentos revolucionários em Oaxaca, no México, em Cochabamba (2000 e 2007) e El Alto (2003 e 2005), na Bolívia, ao lado de manifestações muito diferentes, mas igualmente importantes em Buenos Aires, de 2001 a 2002, e em Santiago do Chile (2006 e 2011). Todos eles deixam marcas não apenas na memória da sociedade, como também nos muros das ruas dessas cidades. A grafiteagem pode ser considerada um efeito pictórico dessa história, cuja essência está nas lutas de classe de base urbana. Lutas que não se restringem a armas, mas que também envolvem a arte.

Portanto, é evidente que a cidade funciona como um espaço importante de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar, sua engenharia física e social, bem como a organização territorial são possíveis armas nessas lutas políticas. Esses foram apenas alguns elementos para olhar as grafiteagens aqui apresentadas.

Associar grafiteagem com território e arte discutido por Deleuze e Guattari (1992) possibilita compreender a criação de um território como uma maneira instintiva, não racional de fazer arte. Para os filósofos franceses, não é um desenvolvimento de uma habilidade funcional, mas a criação de uma paisagem. Entende-se aqui a paisagem como o traço que compõe o território, dando-lhe um modo próprio de vida, criando linhas com as forças em movimento, revelando figuras. A arte, nesse caso, começa com o devir-animal, com a toca, onde não há causalidade ou finalidade na toca: agenciamento território-casa. Nesse sentido, um território é uma marcação intensiva, uma matéria de expressão que se dá nas posturas e nas cores do corpo, nos cantos e nos gritos (DELEUZE e GUATTARI, 1992).

A grafiteagem pode, então, ser associada à metalurgia no Tratado de Nomadologia, quando a arte tanto pode ser um instrumento de arma-afeto para a máquina de guerra como um utensílio introceptivo para o aparelho de estado (ONETO, 2010). Compete ao metalúrgico, nesse caso o grafiteiro, agenciar seus desejos a depender dos seus objetivos: inquietar-se, romper, metamorfosear ou obedecer, atender e reprimir.

Dentro da cidade, então, direcionou-se o olhar para espaço público no Recife Antigo. Ali, percebe-se que o uso desse espaço assume inúmeras con-

figurações, onde cada uma delas possibilitaria novos estudos. As ruas, praças e calçadas do bairro tanto servem para o encontro de pessoas, constituindo uma sociedade mais forte, como também a convivência no espaço público melhora coletivamente a qualidade de vida. Em oposição ou complementação, esse espaço é também um ambiente de tensões, conflitos e disputas por territorialidade. A arte da grafitagem e a violência urbana, cada uma à sua forma, denunciam os problemas acarretados pela priorização do Estado aos interesses do sistema capitalista sob o discurso da prosperidade, em detrimento do bem estar social.

O método cartográfico, como já discutido, possibilita, então, uma multiplicidade de entendimentos, interpretações, conexões e linhas que são inesgotáveis, incorporando valores culturais e crenças políticas para a configuração e reconfiguração do espaço. Mais do que esgotar os mapas, buscou-se o mínimo de coerência ao olhar, considerando os princípios do funcionamento rizomático.

Nessa perspectiva, compreende-se que os grafites, de fato, formam uma rede heterogênea, variável, acêntrica, aberta. A cada novo elemento em análise (o discurso dos grafiteiros, o olhar dos passantes, a interpretação do poder público, o entendimento de urbanistas entre outros), os mapas podem ter suas linhas rompidas ou quebradas para assumir novas configurações. O trabalho é contínuo e mutável a cada novo olhar, como tão bem explica Diaz (2011) ao mencionar a fuga pela representação em “*O Rigor da Ciência*” de Borges:

Não se deveria perder de vista, ainda, que qualquer abordagem da realidade sempre se opera a partir de uma perspectiva. Querer produzir mapas que evoquem as multiplicidades pode ser desastroso. Em “*O Rigor da Ciência*” Borges narra os esforços de todos os habitantes de um reino para fazer um mapa perfeito de seu país. A compulsão representativa os levou a estender tanto os limites desse mapa que finalmente alcançou as mesmas dimensões do reino. Nesse momento, perdeu-se sua condição de mapa e tornou-se inútil e foi abandonado com o tempo. Quando uma criação se confunde com o que ela pretende aludir, ela perde o sentido. E o absurdo não é revertido pela saturação dos códigos, mas sim, através de um simples gesto, a rota de fuga.

REFERÊNCIAS

ABREU, O. F. A arte na filosofia de Deleuze. In: **HADDOCK-LOBO, R. Os filósofos e a arte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

BAKER, A. M. Constructing citizenship at the margins: the case of Young graffiti writers in Melbourne. *Journal of Youth Studies*, vol. 18, issue 8, p. 997-1014, Oct. 2015.

BOSCO, F. A Lírica do Resto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 out. 2010. Segundo Caderno, p. 01.

BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13, fev. 1998, p.1.

CAMPELO, R. *Bairro do Recife em revitalização: desafios e perspectivas*. Recife: Monumenta, 2008.

CHACÓN, P. E.; LUTEREAU, L. *Alain Beaulieu*: “Para Deleuze, el arte es un medio privilegiado de resistencia frente al presente”. 2012.

Disponível em: <http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Beaulieu-Deleuze-Badiou_0_748125381.html>. Acesso em: 01 jul. 2015.

COWICK, C. Preserving Street Art: Uncovering the Challenges and Obstacles. *Art Documentation: Bulletin of the Art Libraries Society of North America*, v. 34, issue 1, p. 29-44. 2015.

CROGAN, P. Theory of state Deleuze, Guattari and Virilio on the state, technology and space. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*. v. 4, n. 2, p. 137-148, jun. 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo-SP: Editora 34. 2000.

_____. *O que é Filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1993.

DE MATTOS, C. A. “Mercado metropolitano de trabajo y desigualdades sociales en el Gran Santiago. Una ciudad dual?” *Revista Eure*, Santiago-Chile, v. XXVIII, n. 85, p. 51-70, dic. 2002.

DE RUITER, A. Imaging Egypt’s political transition in (post-) revolutionary street art: on the interrelations between social media and graffiti as media of communication. *Media, Culture & Society*, v. 37, issue 4, p. 581-601, mayo, 2015.

DIAZ, S. Arte y pensamiento en Gilles Deleuze. Una experiencia lúdico-estética más allá de la interpretación. *Revista de Estética y Teoría de las Artes*, n. 13, feb. 2014.

DIAZ, E. *Gilles Deleuze y la arte de la fuga*. 2011.

Disponível em: <<http://biofiloart.blogspot.com.br/2011/03/gilles-del-e-uze-y-el-arte-de-la-fuga.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

DUTRA, H. “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”. A arte urbana dos grafismos e sua relação com a cidade de São Paulo. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Administração, 2018.

EL KHOURI, M. M. Rizoma e educação: contribuições de Deleuze e Guattari. In: XV ABRAPSO, 2009, Maceió-AL. *Anais do congresso*. Maceió-AL, 2009.

ELSTEIN, A. Is it graffiti or street art? *Crain's New York Business*, v. 31, issue 24, p. 0026-0026. 2015.

FILHO, K. P. ; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul-RS, n. 38, p. 45-59, 2013.

FOLHA-PE. *Arrastão, correria e disparos de arma de fogo assustam visitantes no Recife Antigo*. 2015. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/policia/arqs/2015/01/0022.html>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. *Bairro do Recife é palco de brigas em mais um domingo*. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/cotidiano/2016/6/bairro-do-recife-e-palco-de-brigas-em-mais-um-domingo-0405.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

FRUGOLI JR., H. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.16, 2001.

G1. *Rua da Moeda, no Bairro do Recife, volta a ser ponto de tráfico e violência*. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/12/rua-da-moeda-no-bairro-do-recife-volta-ser-ponto-de-trafico-e-violencia.html>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

G1. *MPF pede que Prefeitura entregue casas no Pilar até 30 de setembro*. Disponível em <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/08/mpf-pe-de-que-prefeitura-entregue-casas-no-pilar-ate-30-de-setembro.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

GITAHY, Celso. *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GIUSTINA, Leda Bernardi Della. *O pilar que ficou: um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o Caso da Igreja do Pilar do Recife*. Recife, PE, 2010. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, CAC, Desenvolvimento Urbano, 2010.

HAMBURGER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a ideia de espetáculo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 78, jul. 2007.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

- _____. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 2005.
- _____. *Cidades Rebeldes*. Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins-Fontes, 2014.
- HUTSON, S. R. The art of becoming: the graffiti of Tikal, Guatemala. *Latin American Antiquity*, v. 22, Issue 4, p. 403-426, dec. 2011.
- IVERSON, J. T. Onder Walls - Stencil Graffiti has Moved From Streets of Paris into Art books. *Time* - Global Adviser, USA, p. 61-62, 14 de Jun. 2008.
- KASTRUP, V (org.). *Pistas do método da cartografia*: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, Porto Alegre, Sulina, 2010.
- KP, Juny. *Elemento fundamental*: arte grafite. 2001. Disponível em: <http://www.graffiti.org/faq/elementos_br.html>. Acesso em: 07 jul. 2015.
- LEAL, S. *Fetichismo da participação popular*: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife. Recife: Editora do autor, 2003.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOJKINE, J. O papel do Estado na urbanização capitalista. FORTI, Reginaldo (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARICATO, E. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes [recurso eletrônico]*. São Paulo: Bomtempo: Carta Maior, 2013.
- MERRILL, S. Keeping it real? Subcultural graffiti, street art, heritage and authenticity. *International Journal of Heritage Studies*, v. 21, issue 4, p. 369-389, apr. 2015.
- MOURA, C. B.; HERNANDEZ, A. *Cartografia como método de pesquisa em arte*. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/1694/1574>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- NE10. *Recife Antigo de Coração atrai mais de 40 mil pessoas para o Bairro do Recife*. 2014. Disponível : <<http://entretenimento.ne10.uol.com.br/turismo/noticia /2014/11/30/recife-antigo-de-coracao-atrai-mais-de-40-mil-pessoas-para-o-bairro-do-recife-522035.php>> Acesso em: 15 dez. 2014.

NERY, N. S.; CASTILHO, C. J. M. de. A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. *Humanae*, Recife-PE, v.1, n. 2, p. 19-36, dez. 2008.

_____. SÁ, A. J. A “modernidade” anunciada para o espaço de moradia dos pobres do bairro do Recife-PE. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, vol. 26, no. 3, set-dez. 2009.

_____. *Inclusão socioespacial de comunidades pobres: programa de requalificação urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar, Bairro do Recife-PE* – Recife: o autor, 2012.

OLIVEIRA, E. F. *Revitalização dos centros urbanos: a luta pelo direito à cidade*. O autor: 2009.

OLIVEIRA, T. R. M; PARAÍSO, M. A. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 3 (69), p. 159-178, set/dez, 2012.

ONETO, P. D. A Nomadologia de Deleuze-Guattari. *Lugar comum*, n. 23-24, p. 147-161, jun. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Empresa de Urbanização do Recife – URB. *Processo de revitalização do Bairro do Recife 1986-2001*. Recife, nov.2001.

RECIFE ANTIGO DE CORAÇÃO. *O projeto*. 2013. Disponível em: <<http://www.recifeantigodecoracao.com.br/o-projeto.html>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

RINK, A.; METTRAU, M. B. *Grafitagem: Resistência e criação*. Revista Tamoios, Rio de Janeiro-RJ, ano VI, n. 1, p.76-90. 2010.

ROSS, J. I. Graffiti goes to the movies: American fictional films featuring graffiti artists/writers and themes. *Contemporary Justice Review*, v. 18, issue 3, p. 366-383, sep. 2015.

SANTOS, R. S.A. *(re)ordenação espacial do Bairro do Recife a partir da proposta do plano de revitalização turística*. Porto Alegre, RS, 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

TRINDADE, T. A. *A luta pelo direito à cidade na América Latina: políticas de revitalização das áreas centrais e organizações do movimento de moradia*, 2011. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/thiago_aparecido_trindade.pdf>. Acesso em 26 nov. 2015.

VAZ, T. Pichação + arte + educação: outros olhares. *Revista Digital do LAV*-Santa Maria-RS, ano VI, n.10, p. 85-97, mar. 2013.

VELÁZQUEZ, R. R. B; COBOS, E. P. *Teorías sobre la ciudad en América Latina* – Volume II. Cidade do México: Editores e Impresores Profesionales Edimpro S.A., 2013.

WAINER, J. Pichação é arte. *Super Interessante*, São Paulo-SP, n. 213, p. 98, abr/maio 2005.

WILLIAMS, J. Toward a theory of spatial justice. *Annual Meeting of the Western Political Science Association Los Angeles*, CA: 2013.

ZORZO, F. A. A visualidade urbana contemporânea como campo de estados interdisciplinares. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói-RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF. *Anais do congresso*. Niterói-RJ, 2012.



 Fundação
Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO
FEDERAL

ISSN 0304-2685



770304 268000

